



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Centro Tecnológico
Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil

MARCÍLIA REGINA GAMA NEGRÃO

**A Contribuição dos Programas Oficiais para a Consolidação Sócio-
Espacial de Assentamentos Informais**

Uma Avaliação do Plano de Desenvolvimento Local nos Assentamentos do
Riacho Doce e Pantanal– Belém / Pa.

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Civil da Universidade
Federal do Pará, para titulação do
Mestrado em Engenharia Civil.

Orientadora: PROF^a. DR^a. ANA CLÁUDIA DUARTE CARDOSO

Belém (Pa), fevereiro de 2007.

**A Contribuição dos Programas Oficiais para a Consolidação Sócio-
Espacial de Assentamentos Informais**

Uma Avaliação do Plano de Desenvolvimento Local nos Assentamentos do
Riacho Doce e Pantanal– Belém / Pa.

Este trabalho é dedicado ao meu pai, que sonhou com a conclusão desta jornada tanto quanto eu.

"As cidades também acreditam ser obra do espírito ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas".

Ítalo Calvino, *As Cidades Invisíveis*.

Agradecimentos

Caminhar sozinho pela estrada do saber é tarefa impossível. Então agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho.

À Família

- À Deus, pelo dom da vida.
- A meus pais, pelo amor incondicional e pela formação que me proporcionaram.
- Ao meu marido, pelo apoio e companheirismo nas horas difíceis.
- Ao meu irmão, pela sua musicalidade e seu senso de humor.
- À Xaxá, pelo carinho e pela recepção calorosa de todos os dias.

Aos Professores

- A Prof^ª. Dr^ª. Ana Cláudia Duarte Cardoso, que ultrapassou as fronteiras da orientação acadêmica, toda minha admiração e respeito.
- Aos professores do curso de pós-graduação, pela dedicação e competência.
- À secretaria do curso, pela compreensão e amizade.

Aos Colegas

- Aos colegas de curso que compartilharam as aulas voltadas para o espaço urbano.
- Aos colegas de trabalho do Shopping Center Iguatemi Belém pelo apoio, em especial à futura arquiteta Raphaela Vilarinho e ao Levi Semei que ajudaram na coleta de dados.
- Ao Gerente de Operações do Shopping Center Iguatemi Belém Aurélio Filizzola e ao Engenheiro Nelson Lobato, que compreenderam a importância deste trabalho e que incentivaram esta pesquisa.

E por fim, meu agradecimento especial às Comunidades do Riacho Doce e Pantanal que me acolheram de forma amigável e me forneceram informações preciosas para a elaboração deste trabalho.

Índice

Lista de Figura	Pág. 07
Lista de quadros	Pág. 08
Resumo	Pág. 11

INTRODUÇÃO	Pág. 12
-------------------	---------

CAPÍTULO I Pobreza: O Caminho para a Produção da Habitação Informal

1.1 - O que é ser pobre?	Pág. 15
1.2 - As Causas Estruturais da Pobreza dos Países em Desenvolvimento e o Caso do Brasil	Pág. 20
1.3 - Perspectivas de Vida Dentro do Contexto da Cidade	Pág. 24
1.4 - A Política Liberal de Combate à Pobreza	Pág. 26
1.5 - As Políticas Sociais Liberais	Pág. 29
1.6 – A Evolução da Pobreza no Espaço Urbano	Pág. 31
1.7 – Sumário e Conclusão	Pág. 35

CAPÍTULO II A Produção Formal da Habitação no Brasil

2.1 - A Trajetória da Política Habitacional no Brasil	Pág. 37
2.2 - Programa Habitar- Brasil - BID	Pág. 50
2.3 – Sumário e Conclusão	Pág. 59

CAPÍTULO III Delimitação e Caracterização da Área de Estudo e Apresentação do PDL-UAS

3.1 - A Produção do Espaço Urbano na Cidade de Belém	Pág. 61
3.2 - Caracterização das Áreas do Riacho Doce e Pantanal	Pág. 65
3.3 - As Intervenções Ocorridas na Bacia do Tucunduba	Pág. 71
3.4 - O Plano de Desenvolvimento Local – PDL	Pág. 74
3.5 – Sumário e Conclusão	Pág. 94

Capítulo IV Aspectos Metodológicos

4.1 – Introdução	Pág. 96
4.2 – A Problemática da Pesquisa	Pág. 96
4.3 – Justificativa	Pág. 97
4.4 – Metodologia e Implementação da Pesquisa Empírica	Pág. 98
4.5 – Seleção do Estudo de Caso	Pág. 99
4.6 – Objetivos Específicos	Pág. 101
4.7 – Análise Documental e Revisão Bibliográfica	Pág. 103
4.8 – Seleção dos Domicílios à Serem Visitados	Pág. 103
4.9 – Coleta de Dados	Pág. 105
4.10 – Análise dos Dados	Pág. 109
4.11 – Sumário e Conclusão	Pág. 109

Capítulo V Aspectos Sócio-econômicos, Espacialidade do Domicílio e Metas do Programa PLD.

5.1 – Introdução	Pág. 111
5.2 - Aspectos Sócio-Econômicos	Pág. 111
5.3 - Espacialidade do Domicílio	Pág. 118
5.4 - Análise do PDL	Pág. 122
5.5 – Os Mecanismos de desapropriação e seus resultados	Pág. 127
5.6 – Sumário e Conclusão	Pág. 146

Considerações Finais

Pág. 148

Bibliografia

Pág. 159

Anexos

Pág. i

Lista de figuras

- Figura 01** - Estrutura metodológico-conceitual de Sen (2000).
- Figura 02** - Estrutura metodológico-conceitual de Cardoso (2002).
- Figura 03** - Processo de periferização na RMB.
- Figura 04** - Localização da área de intervenção.
- Figura 05** - Estivas no Pantanal.
- Figura 06** - Situação do início da ocupação no Pantanal.
- Figura 07** - Navegabilidade do Rio Tucunduba.
- Figura 08** - Rua da Olaria antes do projeto -Riacho Doce.
- Figura 09** - Traçado das ruas do Riacho Doce em formato em espinha de peixe.
- Figura 10**- Planta de Setorialização do PDL.
- Figura 11** - Planta de Setorialização do Projeto Urbanístico.
- Figura 12** - Locação dos blocos habitacionais na área da primeira etapa do Riacho Doce na segunda versão do projeto, em 2004 (sem escala).
- Figura 13**-Locação dos blocos habitacionais e unidades unifamiliares a serem construídas na área do Pantanal, na segunda versão do projeto, em 2004 (sem escala).
- Figura 14** - Planta baixa do pavimento tipo na segunda versão do projeto (sem escala).
- Figura 15** - Layout do apartamento tipo na segunda versão do projeto (sem escala).
- Figura 16** - Corte longitudinal dos blocos de habitação multifamiliar na segunda versão do projeto (sem escala).
- Figura 17** - Fachada dos blocos de habitação multifamiliar na segunda versão do projeto, em 2004 (sem escala).
- Figura 18** - Localização da Bacia do Tucunduba e dos assentos informais do Riacho Doce e Pantanal.
- Figura 19** -Vista aérea dos assentamentos do Riacho Doce e Pantanal.
- Figura 20** - Sobra de material da habitação demolida no Riacho Doce.
- Figura 21** - Demolição das moradias no Riacho Doce.
- Figura 22** - Início da construção das unidades sanitárias no Pantanal.
- Figura 23** - Moradores resistentes no Pantanal.
- Figura 24** - Vista aérea dos assentamentos do Riacho Doce e Pantanal.
- Figura 25** - Pequeno comércio no Riacho Doce.
- Figura 26** - Detalhe do pequeno comércio no Riacho Doce.
- Figura 27** - Venda de açaí no Riacho Doce.
- Figura 28** - Bar no Pantanal.
- Figura 29** - Rua da Olaria depois do projeto – foto 1.
- Figura 30** - Rua da Olaria depois do projeto-foto 2.
- Figura 31** - Atividades na margem do Igarapé do Tucunduba - Riacho Doce.
- Figura 32** - Canoa na margem do Igarapé do Tucunduba – Pantanal.
- Figura 33** - Crianças brincando de pular corda em uma rua do Riacho Doce.
- Figura 34** - Crianças brincando de “garrafão” em uma rua do Riacho Doce.

Figura 35 - Tipologia ribeirinha I.

Figura 36 - Detalhe do pórtico de entrada da habitação.

Figura 37 - Tipologia ribeirinha II.

Figura 38 - Morador consolidado na areado Riacho Doce.

Figura 39 - Casa em obra.

Figura 40 - Moradia onde cohabitam várias famílias.Riacho Doce.

Figura 41 - Planta Baixa da habitação onde cohabitam várias famílias.Riacho Doce.

Figura 42 – Fachada do prédio da 2ª proposta.

Figura 43 - Mecanismos de desaproprio e seus resultados.

Figura 44 - Casa do Sr Raul no Riacho Doce.

Figura 45 – Final da Rua Barão de Igarapé-Miri que d acesso aos assentamentos.

Figura 46 - Coleta de gua I.

Figura 47 - Coleta de gua II.

Figura 48 - rea demolida.

Figura 49 - Moradia isolada.

Figura 50 - Conjunto de casas no Pantanal.

Figura 51 - Planta Baixa da casa proposta pelo projeto.

Figura 52 - Moradia ampliada no Pantanal I.

Figura 53 – Moradia com dois pavimentos.

Figura 54- Melhorias realizadas na residência

Figura 55 – Local previsto para feira.

Figura 56 – Moradia em ampliação no Pantanal.

Figura 57 – Moradia ampliada no Pantanal II.

Figura 58 - Família que resiste ao remanejamento I.

Figura 59 - Família que resiste ao remanejamento II.

Figura 60 - Moradia anterior no Riacho Doce I

Figura 61 - Moradia anterior no Riacho Doce I

Figura 62 - Moradia anterior no Riacho Doce II.

Figura 63 - Fachada da moradia atual em Marituba.

Figura 64 – Fundos da moradia atual em Marituba.

Figura 65 - Moradia da filha do Sr. Jesus nos fundos da casa.

Figura 66 - Poço da moradia atual em Marituba.

Figura 67 - Percurso feito pelo filho do Sr Jesus Dionísio.

Figura 68 - Continuação do percurso feito pelo filho do Sr Jesus Dionísio.

Figura 69 - Moradia anterior do Sr Adelsino.

Figura 70 – Moradia anterior do Sg. Itaparica.

Figura 71 - Primeira invasão do outro lado do igarapé em um terreno da UFPA.

Figura 72 - Segunda invasão às margens do igarapé.

Figura 73 – Pessoas conversando na porta da casa.

Figura 74 – Passeio de bicicleta e festa de aniversário ao fundo.

Figura 75 – Coleta de lixo.

Figura 76 – Rua do Pantanal I.

Figura 77 – Rua do Pantanal II.

Figura 78 – Blocos de apartamentos.

Lista de quadros

Quadro 01 - Políticas sociais recomendadas pelo Banco Mundial

Quadro 02 - Resultado das políticas sociais liberais

Quadro 03 - Determinantes e indicadores associados da vulnerabilidade urbana e nível de bem estar de acordo com Moser (1995:167).

Quadro 04 - Análise da Política Habitacional até a década de 50

Quadro 05 - Fases de preparação e implantação do sub-programa de Desenvolvimento Institucional.

Quadro 06 - Esquema metodológico.

Quadro 07 - Nível de escolaridade

Quadro 08 - Equipamentos Comunitários (antes do início da intervenção).

Quadro 09 - Tipologia das Habitações.

Siglas e Abreviaturas

BNH	Banco Nacional da Habitação
SFH	Sistema Federal da Habitação
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
COHAB	Companhia de Habitação
SEAC	Secretaria Especial de Ação Social
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
SEPURB	Secretaria Pública de Urbanismo
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
OGU	Orçamento Geral da União
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
PDL	Plano de Desenvolvimento Local
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
PEMAS	Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Sub-normais
HBB	Habitar Brasil BID
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CEF	Caixa Econômica Federal

Resumo

Este trabalho apresenta uma investigação realizada junto aos habitantes de dois assentamentos produzidos informalmente em áreas pertencentes ao poder público municipal e ao governo federal em Belém, denominados Riacho Doce e Pantanal, a respeito do impacto na área resultante da implantação de um projeto de melhoria física e de desenvolvimento social, denominado Plano de Desenvolvimento Local, financiado pelo programa Habitar Brasil – BID. A pesquisa identificou cinco grupos de moradores (não remanejados, em remanejamento, remanejados, indenizados, moradores de um assentamento em formação) definidos a partir do perfil sócio-econômico intra-domiciliar, e de sua localização relativa no assentamento. Os impactos do plano foram bastante diversos, os moradores com maior experiência acumulada nesse tipo de processo, e aqueles que não foram remanejados foram os mais beneficiados. Dentre remanejados destaca-se a satisfação com a melhoria física, e através do grupo em remanejamento e dos novos assentados observamos as limitações do processo, decorrentes de mudanças na gestão municipal, e da desarticulação do PDL com políticas setoriais aplicáveis ao tema.

Palavras-Chaves: Política Habitacional, consolidação sócio-espacial, assentamentos informais.

Abstract

This work presents a fulfilled investigation with the inhabitants of the two produced sittings informally in a area belongs to municipal public power and federal government in Belém, known Riacho Doce and Pantanal, about the resulting impact of the implantation in the area of a physics improvement project to enable population, known Local Development Program, financed by Habitar Brasil – BID program. The research identified economic-social aspects, occurred modifications in the habitation, beyond to fulfill the estimate about the directrixes of the project where we can identify five resident groups (no removed , in removing, removed, indemnified, the resident of a sitting in formation) all established after of the intra-domicile social-economic profile, and their relative localization in the sitting. The plain impacts were too various, the resident with accumulated experience greater in the process type, and those that weren't removed were the more benefited. Between removed detach the satisfaction with the physics improvement, and through in removing and seated new observe the limitations of the process, recurrent of change in the municipal management, and of the disarticulation of the PDL with sectorial politics applicable to theme.

Keys-words: Habitacional Politics, social-space consolidation, informal settlements.

Introdução

O trabalho apresentado dá continuidade ao estudo iniciado em 2003, na ocasião do Curso de Especialização em Gerenciamento e Gestão da Qualidade na Indústria da Construção Civil promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Naquela oportunidade realizamos uma Avaliação Pós-Ocupação do Conjunto Habitacional Engº. Enéas Resque. A pesquisa foi realizada com famílias que tiveram acesso ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR), financiado pela Caixa Econômica Federal, para aquisição da casa própria.

O contato com os programas habitacionais oficiais nos possibilitou identificar aspectos que serviram como reflexão para a pesquisa atual. Entretanto, trilhamos um caminho inverso ao da pesquisa anterior ao considerarmos famílias de baixa renda, moradoras de assentamentos informais, que não possuem acesso a créditos. Estudos realizados por Abramo (2003) e Cardoso (2002) demonstram que as estratégias utilizadas pelas famílias para resolver o problema de habitação são variadas. Entretanto, tais estratégias ficam limitadas em relação à provisão de infra-estrutura, o que demanda maior quantidade de dinheiro, necessitando de investimentos públicos. Diante desta reflexão surgiu a inquietação em pesquisar os impactos dos programas oficiais aplicados em assentamentos informais sobre o modo de vida das comunidades que habitam nesses assentamentos.

Adotamos como estudo de caso o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) que está sendo desenvolvido nos assentamentos do Riacho Doce e Pantanal, localizados na Bacia do Tucunduba, no bairro do Guamá, na cidade de Belém, estado do Pará. Elaborado em 1998 pela Prefeitura de Belém, o PDL é regido pelo Programa do Governo Federal Habitar Brasil - BID e apresenta como objetivo principal a implementação de projetos físicos de reurbanização em assentamentos precários, incorporados à práticas sociais que visam promover a qualidade de vida aos moradores dessas áreas e apresenta-se de forma inovadora ao estruturar-se a partir de uma perspectiva de construção de uma metodologia que considera a participação popular.

Distante de um discurso urbano-higienista, comum no final do século XIX, a relevância do trabalho está na avaliação dos resultados do programa, a partir do ponto de vista

qualitativo, que difira dos estudos voltados apenas para os aspectos quantitativos comuns no período de 1964 a 1986, época em que Política Habitacional era regida pelo BNH, assim como a avaliação do controle técnico e social do projeto como forma de auferir sua eficácia. Esta questão foi proposta com a intenção de entender se os mecanismos utilizados pelos programas oficiais, no que diz respeito à modificação espacial do assentamento, mais especificamente a provisão da habitação, correspondem aos anseios das comunidades envolvidas.

Para responder ao objetivo geral da pesquisa recorreremos aos seguintes objetivos específicos:

- a) Avaliar a evolução sócio-econômica da comunidade a partir do projeto de macrodrenagem e do PDL.
- b) Avaliar as transformações espaciais ocorridas na habitação tomando como amostra famílias selecionadas a partir da avaliação da evolução do quadro sócio-econômico.
- c) Verificar se os objetivos definidos pelo programa foram alcançados.

Diante da proposta, o trabalho foi dividido em seis capítulos. No primeiro abordamos os conceitos de pobreza a fim de identificarmos quem é o pobre moderno. A seção é seguida pela discussão sobre o conceito de perspectiva de vida elaborado por Cardoso (2002) que nos possibilita identificar as chances de melhoria de vida do pobre dentro do assentamento informal.

O segundo capítulo tem como propósito discutir a Política Habitacional Brasileira. A seção é composta por uma breve reflexão sobre a trajetória da política habitacional no Brasil, onde apresentamos os mecanismos de provisão da habitação formal no Brasil desde o final do século XIX até os dias atuais, e é encerrada com a apresentação do Programa Habitar Brasil, programa oficial voltado para a melhoria de assentamentos informais.

No terceiro capítulo delimita-se a área de estudo e apresenta-se o PDL. A fim de entendermos claramente as intervenções ocorridas na Bacia do Tucunduba, se faz necessário uma breve exposição sobre os projetos anteriores ao PDL como o Projeto Infra-Marco, Habitar-Brasil e Projeto Tucunduba.

O quarto capítulo refere-se à metodologia utilizada para a coleta de dados da pesquisa e a forma como estes foram tratados, seguido pelo quinto capítulo que apresenta os resultados da pesquisa, e por fim, a conclusão apresenta algumas questões referentes à forma de condução dos programas além de apresentar sugestões como contribuição para melhoria de vida das comunidade que habitam em assentamentos informais atingidas pelos programas oficiais.

Capítulo I Pobreza: O Caminho para a Produção da Habitação Informal

Este capítulo se propõe a investigar de que forma o pobre tem acesso à terra urbana, como produz sua habitação e quais são suas estratégias e perspectivas de vida em relação ao espaço ocupado dentro da cidade. O capítulo parte da definição sobre o pobre moderno, e de considerações sobre sua origem e a respeito de seus prospectos, seguido por uma reflexão sobre política liberal social, e por fim observamos a evolução da pobreza no espaço urbano.

1.1 O que é ser pobre?

Lena Lavinas (2003) define pobreza a partir de uma abordagem baseada no conceito de necessidades. Lavinas considera pobre o indivíduo que possui sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de suas necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios para satisfação de tais necessidades.

A esse respeito, Lavinas (2003) informa que até a primeira metade do século XIX na Inglaterra, as necessidades básicas estavam assentadas em um elenco hierarquizado de prioridades, a começar pelo direito à subsistência. Esta vertente nutricionista associa as necessidades à sobrevivência física, sem levar em consideração elementos de ordem social ou política, o pobre é percebido como o indivíduo que não dispõe de um padrão de subsistência mínimo (Townsend,1993).

Em um segundo momento, surge uma nova interpretação a respeito do que seriam necessidades básicas, e um novo entendimento do que seria pobreza, que não se limita ao nível de renda. Para Townsend (1993) as pessoas são relativamente pobres se não puderem usufruir, plenamente ou suficientemente de condições de vida (dietas, amenidades, padrões e serviços) que lhes permitam atuar, participar e se comportar, tal como seria esperado, na qualidade de membros que são de uma sociedade. Outra linha de pensamento, representada por Gough (2000) identifica a saúde e autonomia, como fatores imprescindíveis para a condução de uma vida socialmente ativa, e orientada por metas e objetivos que dependam de decisão.

Em outra vertente, Sen (1992) advoga que tão importante quanto ter suas necessidades básicas atendidas, seria dispor da liberdade de ação e decisão (liberdade de escolha) concomitante com oportunidades reais, dadas as circunstâncias pessoais, sociais e espaciais que o indivíduo está inserido. Dessa forma, Sen contesta o conceito de pobreza a partir da insuficiência de renda, e prediz as seguintes condições para que haja a liberdade de escolha:

- a) Disponibilidade de meios para funcionar (*functionnings*) – que leva em consideração os valores pessoais, que pode ser considerado desde a condição de se alimentar adequadamente quanto à condição do respeito próprio.
- b) Disponibilidade de um conjunto de habilidades (*capability set*) - capacidade de condução do modo de vida escolhido e que permitam obter a satisfação de tais necessidades.

Logo, Sen não se atém ao orçamento monetário disponível, mas ao conjunto de habilidades e capacidades ao alcance de cada indivíduo, conjunto esse que lhe permite escolher livremente o modo de vida de sua preferência.

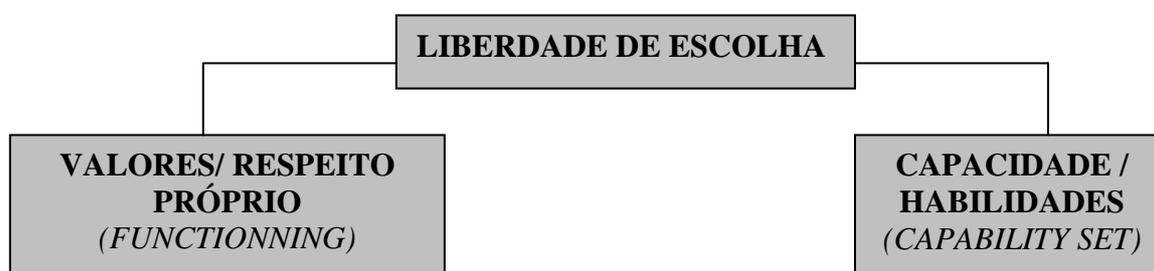


Figura 01: Estrutura metodológico-conceitual de Sen (2000).

As definições de pobreza construídas a partir de indicadores tipicamente econômicos (renda, ou outros indicadores padronizados para tal fim) se justificam pela necessidade de comparação de diferentes realidades e momentos históricos por agências internacionais e governos nacionais, mas infelizmente são utilizadas para orientar políticas públicas mais comprometidas com a otimização da contabilidade governamental do que com o atendimento de necessidades, ou respeito às estratégias de sobrevivência, das populações mais vulneráveis. As aproximações quantitativas visam a concentração de gastos em situações consideradas inaceitáveis, dentro de formatos pré-estabelecidos, que por mais bem definidos que sejam, sempre partem de uma visão de

mundo ou de parâmetros de prosperidade e desenvolvimento estabelecidos em realidades diferentes daquelas tomadas como alvo. Para Sen (1992, apud Lavinias 2003), um patamar de renda pode revelar-se inadequado não porque se situa abaixo de uma linha de pobreza, determinada por parâmetros exógenos, mas porque está abaixo das condições adequadas para mobilizar um conjunto específico de habilidades (capabilities) compatíveis com as necessidades de uma determinada pessoa.

Dois parâmetros muito usados, definidos pela quantidade de dinheiro disponível para a obtenção dos bens necessários para a reprodução de um indivíduo em termos econômicos são as linhas de indigência e a linha da pobreza, a primeira é definida pela quantidade de dinheiro necessário para o acesso à alimentação; e a segunda refere-se à quantidade de dinheiro necessário para agregar à alimentação, despesas com vestuário, transporte e moradia. Estas linhas são baseadas apenas na renda, e comprometem a mensuração de outro indicador, o crescimento (ou a diminuição da pobreza), que é auferido a partir de relações entre o número de pobres (ou de famílias pobres) e o número de habitantes (ou de famílias). O crescimento é um indicador muito utilizado, porém é limitado ao priorizar definições monetarizadas de pobreza por não incorporar informações referentes à distribuição da renda ou ao acesso à renda não monetária, muito freqüente em áreas rurais de países em desenvolvimento (Goldschmidt-Clermont, 1992).

Outra limitação dos indicadores quantitativos de pobreza é a apresentação estática, como uma fotografia da população naquele momento. Ao levarem em conta exclusivamente a renda monetária, os indicadores superestimam a pobreza nos países menos avançados e semi-industrializados, onde indivíduos resolvem suas necessidades nas cidades a partir de estratégias não monetárias tais como redes de solidariedade e trabalho voluntário; o fator solidariedade praticado no seio da família não é considerado, desprezando a importância que a ajuda mútua no âmbito familiar teria nesse contexto para a superação da pobreza.

Por outro lado, esses indicadores não distinguem diferenças entre o modo de vida rural e o urbano. Colocam todos os pobres no mesmo patamar, sem permitir a estratificação das circunstâncias dos pobres, ou a identificação de seu grau de vulnerabilidade, enfocando prioritariamente as situações em que o Estado deveria intervir para reduzir o impacto do

empobrecimento, sem possibilidade de orientar políticas que levem à superação da pobreza em longo prazo. De acordo com Cardoso (2002) o conceito de vulnerabilidade é traduzido de outros campos do conhecimento para os estudos urbanos por “insegurança e sensibilidade no bem estar de indivíduos, famílias e comunidades diante de um meio ambiente em transformação, e implícito nisto sua capacidade de oferecer respostas e de resistir a riscos enfrentados em cada transformação negativa” (MOSER, 1998:3). Tais transformações ou mudanças podem ser ecológicas, econômicas, sociais e políticas e muitas vezes contribuem para aumentar o risco e a incerteza e contribuem para o declínio do auto-respeito.

No contexto domiciliar, o conceito de vulnerabilidade pode estar também ligado à gestão dos recursos dentro do domicílio de acordo com a idade, sexo, condições físicas, etc. Cardoso (2000) afirma que isso também permite um melhor entendimento de estratégias de subsistência em uma moradia, reconhecendo os pobres como agentes ativos que respondem o melhor que podem a circunstâncias em que eles se encontram. Assim a idéia de vulnerabilidade poderia capturar a dinâmica de pessoas movendo para dentro e fora da pobreza. Mesmo que nem todas as pessoas vulneráveis sejam pobres, e nem todos os pobres sejam sempre os mais vulneráveis, sua aplicação pode permitir uma melhor diferenciação entre populações de baixa renda (Moser, 1998:5).

Tais divergências metodológicas têm sido evidenciadas pelos desequilíbrios econômicos causados por ocasião da aplicação de soluções oferecidas por órgãos internacionais em países periféricos (receitas de reajuste econômico), nos quais é comum se observar o aumento do empobrecimento e ampliação das desigualdades na distribuição de renda considerados necessários em um primeiro momento, devido a necessidade de redução de investimentos em ações de caráter social, e que após alguns anos demonstram um equívoco, haja vista, que a relação entre crescimento e distribuição de renda é direta e nem sempre é acompanhada por uma diminuição da pobreza (Salama & Valier, 1997).

Neste sentido, Demo (1996) ao analisar dados do Índice de Desenvolvimento Humano fornecidos pelo PNUD (1996) enfatiza que quando os índices melhoram, estes tendem a melhorar para todos, tanto para os ricos quanto para os pobres (pobreza absoluta), entretanto para os ricos melhoram em uma proporção maior e num prazo de tempo menor (pobreza relativa). Este tempo maior para a melhoria da qualidade de vida dos

pobres, traduz-se espacialmente no tempo de consolidação das áreas por eles habitadas na cidade.

As áreas ocupadas pela população pobre no país são tradicionalmente vinculadas a uma condição periférica ou inadequada (loteamentos clandestinos, ocupações de áreas sujeitas a alagamentos ou desmoronamento, faixas de domínio de redes de alta tensão, conjuntos habitacionais isolados) devido à dificuldade de acesso dos mesmos à terra urbana, em função da sua condição de mercadoria tanto mais cara, quando mais infra-estruturada, acarretando para essas populações a necessidade de um tempo de espera, necessário para a integração gradual desses assentamentos à cidade, quando são amalgamados em bairros populares.

Durante esse processo de consolidação as casas são melhoradas lentamente, e a pressão da comunidade sobre as autoridades e políticos locais resulta na provisão de infraestrutura física, e por conseguinte, de moradia que estaria acima das possibilidades de acesso de seus habitantes em termos estritamente econômicos. Para alcançar este estágio essa população convive por anos com problemas de saneamento (relacionados à precariedade de acesso à água, à instalações sanitárias, a disposição de lixo, ao controle de vetores de doenças, a lançamento de dejetos e esgoto), motivadas pelos benefícios da localização, manifesto no acesso mais rápido e barato aos equipamentos públicos e às oportunidades de geração de renda oferecidos pela cidade, e via de regra tais áreas são beneficiadas por ações de maior envergadura quando deixam de ser consideradas periféricas face ao processo contínuo de crescimento da cidade.

De acordo com as estratégias citadas as condições de vida do indivíduo são gradativamente melhoradas (reduzindo o processo de empobrecimento) ainda que suas condições sociais de reprodução permaneçam as mesmas (ou que o mesmo se mantenha na condição de pobre em termos econômicos).

1.2 As Causas Estruturais da Pobreza dos Países em Desenvolvimento e o Caso do Brasil

Na América Latina e na África, as desigualdades distributivas, tanto de renda quanto sociais, assim como toda a extensão da pobreza, possuem origens profundas em traços culturais, na história e nos diversos padrões de inserção dessas economias na economia mundial. Diferente da pobreza produzida apenas pelas adversidades do mercado, a pobreza nestes continentes tornou-se estrutural. Para Koga (2003), o Brasil possui experiências históricas marcadas por um sistema autoritário, dentre as experiências é possível destacar o sistema de escravidão, o patrimonialismo e a hierarquização nas relações sociais, classificadas como um sistema descendente (que vem de cima para baixo).

Na obra de Salama & Valier (1997), os autores identificaram as principais diferenças entre países da América Latina principalmente Argentina, Chile, Brasil e México. Segundo os autores, nos primeiros a população indígena pouco densa foi erradicada, no interior da Argentina a distribuição de terras ocorreu de acordo com a quantidade de índios residentes. A mão de obra escrava foi pequena e uma parte substancial da população era originária da Itália, Portugal e Espanha. Os padrões culturais eram os europeus, sendo que isto explica a importância das idéias anarco-sindicalistas, difundidas até a década de 30, dentro do movimento operário e a referência aos direitos do homem. Já, nos países onde a colonização de povoamento não substituiu a população local, a última foi submetida a uma exploração feroz, a ponto de se poder falar em genocídio de índios. Quando a quantidade desses últimos era insuficiente, essa carência era resolvida com a importação de mão de obra escrava procedente da África, o que permitia que se implantasse uma economia de exportação.

Para discutir as causas estruturais da pobreza no Brasil, Sprandel (2004), faz uma análise sobre a representação da pobreza nas obras de autores clássicos do pensamento social brasileiro e como se deu no Brasil a construção deste tema como problema nacional. Tais autores reconhecem a existência da pobreza no país, desde o “descobrimento”, entretanto a abordagem da pobreza como problema é mais recente. Em breve revisão da obra, é possível constatar como se estruturou a pobreza no país. Inicialmente Roberto da Matta (1995, apud Sprandel 2004), faz uma análise da

concepção medieval sobre a pobreza. Naquela época, quando os valores da Igreja Católica predominavam e a pobreza tinha valor social e despertava solidariedade e compaixão, além de admiração (tanto do pobre, quanto do rico que vivia com modéstia). Esta classificação de pobreza teria ocorrido como um processo compensatório de classificação social, no qual pessoas ricas poderiam ser consideradas pobres em virtudes, e as pobres poderiam ser admiradas pela sua riqueza espiritual. Esse autor enfatiza que somente a partir do século XIV, principalmente após a reforma protestante, a ordem social se torna individualista e voltada para o mercado. A figura do pobre ora vinculada à representação cristã, passa a ter uma outra leitura, o pobre passa a ser uma ameaça, e a pobreza passa a ser associada ao desemprego, à vagabundagem, preguiça e crime.

A moralidade relacionada à Idade Média (cristã) foi substituída pela lógica do Estado, no qual o Estado e não o cidadão, passa a ser responsável pela sobrevivência e controle da população pobre, o que de acordo com estudos de Matta e Poovey (1998, apud Sprandel, 2004) acelerou o crescimento da pobreza. Até o final da Segunda Guerra, o debate sobre a pobreza se configurava em torno de questões raciais, onde vários pensadores afirmavam que o Brasil era um país sem nação. A pobreza foi considerada ora como resultado da mestiçagem, ora como resultado da escravidão; os moradores do interior do Brasil eram analisados por sua apatia, tristeza e doenças, para os quais a pobreza seria mais um adjetivo.

De acordo com Sprandel (2004), os abolicionistas, como José Bonifácio, alegavam que jamais seríamos livres enquanto persistisse a escravidão. Alguns senhores tinham a coragem de alegar que se os escravos parasses de trabalhar faltariam alimentos para o consumo da população. Outros, como Joaquim Nabuco condenavam a escravidão, e acreditava que existia uma relação entre pobreza e escravidão, haja vista que o regime escravo ao aumentar a dependência entre os homens pobres e livres em relação à uma elite escravocrata e aristocrática, teria sido responsável pela ruína econômica de seu país e de seu povo.

Koga (2003), identifica no Brasil o traço da família patriarcal como uma relação de dependência. Sprandel (2004) relata em sua obra que Joaquim Nabuco era totalmente contra ao latifúndio, e alegava que a pobreza dos negros era decorrente na dependência

aos grandes proprietários de terras e que estes não possuíam casa para morar e terra para cultivar, além dos problemas habitacionais, Nabuco descreve os problemas alimentares referente aos escravos.

Para Joaquim Nabuco existiam três classes: os donos de escravos, os escravos e os miseráveis, esta última formada quando os escravos foram libertados sem contarem com acesso à renda e moradia, etc. De acordo com Caio Prado (1942 apud Sprandel, 2004) o problema não estava na cor mas sim no nível de desenvolvimento moral e intelectual das raças escravizadas. Estas teriam formado um “corpo estranho” na sociedade brasileira cuja absorção ainda não teria se completado.

As raças escravizadas e assim incluídas na sociedade brasileira durante o período colonial, eram orientadas por um outro sistema de valores, formando um corpo estranho e incômodo. O processo de sua absorção se prolongará até os nossos dias, e está longe de terminado. Sobre a rejeição das elites brasileiras nos processos de miscigenação, não se trata apenas de eliminação étnica que preocupa tanto os racistas brasileiros, e que se demora, se fez e ainda se faz normal e progressivamente sem maiores obstáculos. O aspecto estético não é o aspecto mais grave do problema, a mistura de raças não tem para o país importância alguma e de certa forma pode até ser considerada vantajosa. O que pesou muito mais na formação da nação brasileira foi o baixo nível intelectual destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. (Caio Prado, 1942 : 276 ,apud Sprandel, 2004).

Após a segunda guerra, o problema em relação à diferença racial dá lugar à diferença de classes sociais. Depois da revolução da década de 30, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a partir desta década os autores passam a reconhecer o fator pobreza não apenas como um adjetivo, e identificam a formação da pobreza a partir da falta de oportunidade, da fome, além de identificar a pobreza do homem do campo. Josué de Castro, era médico, e um visionário quanto aos problemas decorrentes do êxodo rural. O mesmo alegava em sua obra “O Livro Negro da Fome”, publicado em 1957, que o subdesenvolvimento do Brasil estava diretamente ligado à fome, que disseminava várias epidemias que levavam a população à pobreza. O médico ficou conhecido por sua luta implacável contra as desigualdades econômicas e a miséria dos povos que sofreram com

a exploração colonial do mundo capitalista, denunciando a fome como um dos males sociais do subdesenvolvimento e do colonialismo.

Castro analisou as qualidades nutritivas da alimentação de pessoas de diferentes regiões do Brasil e do mundo, procurando identificar as causas fundamentais dessa alimentação chegou a conclusão que elas são decorrentes de fatores socioculturais mais do que de natureza geográfica. Criticou a inserção do Brasil na economia mundial e defendeu a reforma agrária como a solução para se acabar com a fome no Brasil. Em trabalho de campo, Antônio Cândido (1954, apud SPRANDEL 2004) ao analisar as populações rurais, procurou localizar um aspecto da vida social (a obtenção das formas de subsistência) considerado não apenas como tema sociológico, mas também como “um problema social”. Cândido identificou o tipo de alimentação, identificou redes de solidariedade, aspectos culturais, e a precariedade de direitos com relação a terra, e a sua agregação à cidade como operário. Cândido conclui que a solução para o problema seria a reforma agrária , como uma forma de acabar com a fome e anomia no meio rural.

Vitor Nunes Leal (1948) chamou atenção para a figura do coronel, a base do coronelismo é a estrutura agrária que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono. Infelizmente, historicamente as mudanças políticas ocorridas no Brasil (República Velha, Estado Novo, Regime Militar) até a Constituição de 1988, mantiveram a estrutura de poder baseada na figura do coronel como líder local, especialmente nas áreas de acesso mais remoto, onde a falta de informação e a impunidade favoreciam a arbitrariedade manifesta, entre outras coisas, no abuso do poder econômico, no controle de votos, na intimidação política e física, que marcaram profundamente populações rurais e ainda constituem-se em grande obstáculo para a construção participativa de políticas comprometidas com justiça social e equidade. A partir da década de 60, questões como clima, raça, doença e fome deixaram de ser assunto dos debates nacionais.

Num contexto de ditadura militar e de aprofundamento das especializações universitárias, foram priorizados os estudos de classes e estruturas sociais, nos quais pobreza ou a desigualdade social eram elementos sempre presentes. A partir da promulgação da constituição de 88 a pobreza torna-se tema de reflexão política, entretanto, o ideário da consolidação de assentamentos rurais a serem promovidos pela

tão esperada reforma agrária é substituído pela formação dos latifúndios, onde as condições de educação e capacitação profissional ainda são insuficientes para manter a população no campo e para garantir seu acesso à vida urbana digna.

1.3 Perspectivas de Vida Dentro do Contexto da Cidade

Observando as manifestações da pobreza no espaço urbano, Cardoso (2002) apresenta a pobreza como um problema multidimensional, a ser enfrentado a partir de uma abordagem participativa, que alinha-se com as interpretações que associam a pobreza à precariedade de direitos, ausência de condições materiais para sobrevivência e desarticulação de valores entre segmentos sociais. A autora utiliza uma definição de pobreza construída a partir da filosofia, história e ciência política, e assume que ser pobre é não ter *perspectivas de vida*, ou estar privado de acesso dentre outros direitos básicos, à educação, à assistência de saúde, ao trabalho remunerado, à moradia e ambiente seguro, e estar separado de seu contexto social.

De acordo com o trabalho de Cardoso (2002) o conceito de perspectivas de vida baseia-se em três dimensões:

a) a *disponibilidade de meios legais de acesso*, que emergem dos direitos básicos, incluindo direitos constitucionais garantidos pela vinculação a uma sociedade, e acesso ao mercado. Eles nos dirigem ao que deveria ser o direito básico e geral da pessoa de ser cidadão.

b) a *disponibilidade de provisões*, que significa disponibilidade de suprimentos e é dependente do crescimento econômico. No presente trabalho, a expressão provisão é vista como relativa às condições de infra-estrutura urbana e de habitação.

c) e as *ligaduras*, ou conexões, baseadas em valores, motivações que levam indivíduos a fazerem opções dentre as provisões disponíveis e considerando os meios legais de acesso a que dispõem.

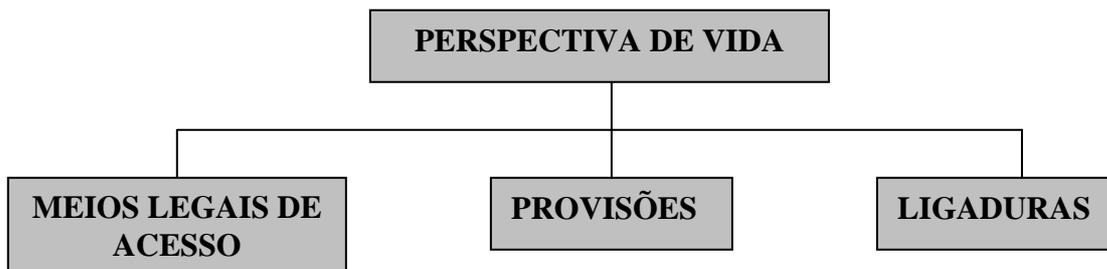


Figura 02: Estrutura metodológico-conceitual de Cardoso (2002).

Em países desenvolvidos esta discussão tende a privilegiar a ampliação de meios legais de acesso (das garantias individuais e sociais), ao passo que em países pobres as lutas estão concentradas pela ampliação de provisões (tais como de habitação, em sentido amplo), ainda que para tanto sejam feitos sacrifícios e renúncias que só se justificam a longo prazo (morar sobre o alagado, enfrentar doenças, construir aterros e casas gradativamente). Chega-se à conclusão que a simples provisão da habitação não garante o bem-estar do morador. Existe a necessidade do indivíduo estar inserido social, politicamente e economicamente. Além da garantia dos direitos de acesso (inserção social) que seriam: garantias legais, renda, escola, transporte, cultura.

Essa abordagem assume a cidade como um espaço de oportunidades, onde, em contextos como o brasileiro, é possível ter acesso a facilidades e equipamentos não disponíveis no meio rural ou em pequenas aglomerações; mas também onde existe diversidade de valores e comportamentos, que muitas vezes podem encarecer a sobrevivência (a cópia de gostos elitistas reduz os recursos para alimentação), ou ampliar a exposição a riscos ambientais e sociais (em áreas destituídas de infra-estrutura física e social).

Apesar de tudo, as cidades continuam sendo atrativas por sua condição de ambientes onde direitos são mais facilmente garantidos, devido a maior disseminação de informação e maior potencial de mobilização; onde a extensão de provisões acontece mais rapidamente (com maiores investimentos em infra-estrutura); e onde é possível encontrar um grupo com valores (sociais, religiosos, políticos, intelectuais, etc) semelhantes e assim fazer parte de uma rede social de apoio por ocasião de exposição à vulnerabilidade. Na pesquisa empírica realizada (Cardoso, 2002), observou-se que os

habitantes que conseguem se manter em áreas em processo de consolidação, o fazem por aspirarem pela melhoria e por encontrarem meios de se apropriar dos benefícios dela decorrentes, diversificando formas de geração de renda e assumindo valores voltados para o fortalecimento da comunidade como as redes de solidariedade, caracterizadas pelo Relatório de Desenvolvimento da Pobreza no Mundo (1990) como reciprocidade dentro de comunidades e entre domicílios/famílias, baseada na confiança derivada de laços sociais.

1.4 A Política Liberal de Combate à Pobreza

A origem do liberalismo econômico se dá a partir da crise do sistema capitalista deflagrada pela crise do petróleo em 1973, de acordo com Souza (2004), esse episódio estimulou os neoliberais a clamarem por um Estado mínimo e por maior confiança em um mercado livre, política que ganhou impulso decisivo no final da década de 70 com a subida ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan no EUA. Entretanto, as propostas de reformas liberais só foram implementadas nos países subdesenvolvidos a partir de meados da década de 80 e início da década de 90.

Entretanto, combate à pobreza através das vias liberais revelou-se de custo social muito alto. Para recuperar o equilíbrio orçamentário os governos além de diminuir seus gastos sociais ausentam-se totalmente do mercado instituindo o liberalismo econômico tanto interno como externo, comportando-se na melhor das hipóteses como reguladores, e muitas vezes na prática como expectadores. A partir do momento em que a estratégia econômica se sobrepõe não só aos anseios, mas também aos direitos sociais da população (os cidadãos se transformam em consumidores), a luta se torna desigual assegurando o interesse dos mais fortes sobre os mais fracos, assume-se então o espírito empresarial que estimula a iniciativa privada a partir da oferta de vantagens e regalias, tais como: isenções tributárias, terrenos e infra-estrutura subsidiados, isenção de impostos, etc.

No relatório do Banco Mundial (1993), é admitida a hipótese de que as políticas econômicas de estabilização poderiam provocar “efeitos negativos” sobre os mais pobres durante um certo período, tornando essencial a elaboração de políticas de estabilização à curto prazo. O Banco recomenda ainda que é preciso saber “esperar” e

não recorrer à políticas macroeconômicas com fins sociais ou redistributivos, criticando políticas assistenciais populistas. De acordo com o relatório do Banco Mundial de (1991) o bom funcionamento do mercado freqüentemente gera com maior naturalidade uma maior justiça social. Considerando a fragilidade das instituições de países como o Brasil, e o peso do passado marcado por privilégios de classes sociais sobre outras, as definições de programas de ajuste baseadas em medidas estritamente econômicas reduzem significativamente as chances de melhoria das condições de vida das camadas mais pobres da população. Medidas relacionadas ao tempo necessário para o ajuste, e alternativas de correções de rumo em caso de fracasso são do maior interesse dos segmentos mais vulneráveis aos cortes em investimentos sociais (Salama & Valier, 1997).

Conclui-se que as estratégias pelas vias liberais de combate à pobreza não garantem uma segurança aos pobres. O grande erro da política neoliberal está em admitir que o crescimento econômico se constitua na única forma para solucionar o problema da pobreza nos países subdesenvolvidos. As políticas sociais liberais foram sistematicamente propostas pelas organizações internacionais e implantadas em muitos países subdesenvolvidos a partir do final da década de 80, sendo que estas políticas possuem como ponto de partida uma crítica ao Estado do Bem-Estar Social.

Salama e Valier (1997), referem-se ao Estado de Bem-Estar como uma concepção de Estado, caracterizada pelo estabelecimento de um sistema de proteção social definido por meio da existência de direitos sociais universais, ou seja, que beneficia a todos, em termos de garantias sociais. No Brasil, o sistema de proteção social se consolida principalmente nas décadas de 30 e 40, durante os regimes políticos populistas a fim de evitar ameaças de revoluções sociais. De acordo com estes autores, a partir dos resultados de uma pesquisa realizada por Mesa-Lago com dados de 1985, pode-se constatar que a presença legal do Estado de Bem-Estar é nitidamente mais forte na América Latina do que na maior parte dos demais países subdesenvolvidos.

Entretanto, é nítida a distinção entre direito (em termos conceituais) e realidade dentro do sistema de proteção social. No que se refere ao acesso ao direito básico à habitação, por exemplo, a exclusão do sistema de proteção social se dá com o aumento considerável do setor informal e diferença entre recursos destinados aos ricos e pobres,

de tal modo que os programas promovidos pelo Governo Federal, ao fim e ao cabo, destinam-se à atender àqueles que fazem parte do setor formal da cidade.

A queda dos salários e o aumento do desemprego provocam uma diminuição sensível dos recursos financeiros do sistema, e essas diminuições são agravadas pelo aumento do número de aposentadorias. A fraude e os atrasos de pagamento das contribuições sociais também aumentam. A constatação da insuficiência e incapacidade de resposta do Estado de Bem –Estar social em relação aos pobres é claramente manifesta na disputa por habitação, educação e assistência de saúde.

Dentre as críticas feitas ao modelo implementado pelo Sistema Financeiro da Habitação, Maricato (1996:45) ressalta que tal política combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados com interesses políticos clientelistas. Na verdade essa política foi fundamental para a estruturação de um mercado de orientação capitalista, que se constituiu em mais um expediente de concentração de renda, uma vez que privilegiou a produção de habitação subsidiada para a classe média em detrimento dos setores de mais baixa renda.

Quanto á educação, com a precarização dos serviços públicos as camadas mais abastadas mandam os filhos para as escolas particulares enquanto o pobre estuda no sistema do governo, que possui menos qualidade. O resultado apresenta-se nas universidades públicas que beneficiam na grande maioria as camadas mais abastadas. Com relação ao sistema de saúde e previdenciário a busca por hospitais particulares e planos de previdência privada é comum na camada de maior poder aquisitivo.

Logo, chega-se à conclusão que o sistema de proteção social não foi um instrumento eficaz de combate à pobreza no Brasil. Entretanto, o mesmo não deve ser considerado promotor da pobreza nos países subdesenvolvidos. De acordo com Salama e Valier (1997) isto significaria negar os efeitos da própria crise, em termos de informalização e precarização maciça dos assalariados, haja vista que dentro da crise não só cresceram dois fenômenos já presentes na proteção social como exclusão e diferenciação, como também os próprios benefícios tenderam à diminuir.

1.5 As políticas Sociais Liberais

Esperar a volta do crescimento através do liberalismo econômico não é o suficiente para melhorar a vida dos pobres, até porque, segundo o Banco Mundial, levará muito tempo para que essas políticas beneficiem os mais pobres da sociedade além da possibilidade do aumento temporário da pobreza e desigualdades sociais. Por isso a proposição das políticas sociais complementares e de efeitos imediatos tornaram-se necessárias, enquanto se esperam os efeitos positivos decorrentes do crescimento promovido por reformas liberais. O Banco Mundial foi o principal inspirador dessas políticas sociais, designadas como liberais por Salama e Valier (1997), que foram sistematicamente difundidas em todos os países em desenvolvimento. Tais políticas sociais apresentam três características básicas: a) tratamento diferenciado para os extremamente pobres; b) privatização de formas de assistência e transferência de responsabilidades social; c) descentralização de políticas e estímulo à participação popular. De acordo com tais características o quadro abaixo apresenta a síntese das políticas sociais recomendadas pelo Banco Mundial.

Quadro 01 - Políticas sociais recomendadas pelo Banco Mundial

1-Tratamento diferenciado para os extremamente pobres	Faz-se uma distinção entre os pobres e os extremamente pobres, visto que os mais pobres são mais vulneráveis aos impactos dos ajustes neoliberais, e não contam com políticas específicas, devido a premissa de que o alívio da pobreza será consequência natural do restabelecimento do crescimento. Propõe-se a criação de redes de segurança, sob várias formas de programas destinados à alimentação, educação, capacitação profissional, melhorias do habitat nos bairros pobres, etc. As políticas sociais focalizadas seriam temporárias, praticadas durante a recuperação do crescimento. Entretanto, o Banco Mundial avalia que alguns indivíduos dentre os mais pobres continuarão vulneráveis ainda depois que as políticas liberais obtiverem êxito, de forma que algumas redes de solidariedade deverão continuar existindo. Os empréstimos do Banco Mundial para esse tipo de política têm aumentado cada vez mais, dessa forma, o combate abrangente à pobreza é substituído pelo combate no varejo, orientado apenas para os excluídos do mercado.
2- Privatização de formas de assistência e transferência de responsabilidades social	Recorre-se às ONGS para identificar grupos e distribuir a ajuda. Os mais abastados abandonam o setor público e recorrem ao setor privado. Introduz-se uma segmentação: bens públicos - bens e serviços de primeira necessidade para os mais pobres, sem capacidade de compra. Bens privados – bens e serviços mais sofisticados destinados àqueles com capacidade de compra.

3-Descentralização de políticas e estímulo à participação popular.	Políticas sociais descentralizadas, segundo a qual cada estado faz uma contenção local da pobreza. Fanfabi (1993:8,15) pergunta-se se ainda é possível se falar de política social “nacional”. Esta evolução está ligada, de acordo com o autor, com o fato de que a classe operária organizada, ator nacional enfraquecido, deixa um espaço cada vez maior para uma miríade de atores locais, justificando a participação popular.
--	---

Além dessas características, os programas de ajuste prevêm o combate às reivindicações trabalhistas de operários urbanos, muito atingidos pela ampliação da pobreza, e também tem favorecido a atuação de organizações não governamentais internacionais no apoio aos excluídos e organização do setor informal, que teria o seu crescimento atribuído a excessiva regulamentação e contraditoriamente seria impedido de se organizar também pela mesma regulamentação excessiva.

Ainda com relação ao acesso à benefícios, Salama e Valier (1997) mencionam por exemplo, o caso de muitas ocupações ilegais em Allahabad (na Índia) cujos moradores não conseguem comprar comida com preços subsidiados porque para isto é preciso dispor de um documento que só é entregue aos que têm uma habitação legal. Segundo esses autores, o apoio ao setor informal recomendado pelas organizações internacionais restringe-se a uma fração mínima de atividades, essencialmente às dos microempresários. Por fim, ao valorizar o desenvolvimento do setor informal, o Estado legitima o não-respeito à lei e é levado, segundo Lautier, a administrar “uma sociedade de caos cujo único princípio regulador seria a ordem mafiosa” (Lautier,1993:117). Entretanto, a promoção do setor informal é apresentada como um complemento às políticas focalizadas de assistência, no combate à pobreza extrema. No quadro abaixo apresentamos os resultados sociais e políticos das políticas focalizadas.

Quadro 02 - Resultado das políticas sociais liberais	
Resultados sociais	Os pobres que hoje já não se beneficiam do sistema de proteção social não podem esperar se beneficiar amanhã. As condições dos trabalhadores do setor formal que foram beneficiados continuam se deteriorando. Os pobres que não são extremamente pobres, não são assistidos pelos programas focalizados, apesar desta fração também necessitar de recursos essenciais. As políticas oferecem poucos serviços, por contarem com fundos restritos, que sofreram um fenômeno de erosão aos longo dos anos. A insuficiência das receitas tributárias e fiscais explica em parte a insuficiência dos recursos mobilizados.

Resultados Políticos	Politicamente as políticas sociais focalizadas de assistência conseguiram conter os movimentos sociais e se constituíram em prova de eficiência, legitimando as determinações do Banco Mundial. Se as políticas sociais focalizadas forem interpretadas como instrumentos para o estabelecimento de um “pacto social” junto ‘as camadas mais pobres, com o intuito de limitar os conflitos sociais e de obter legitimidade nessas camadas, pode-se dizer então que estas alcançaram êxito parcial.
----------------------	--

O Banco Mundial, assim como todos os que pregam essas políticas focalizadas de assistência, afirma que as mesmas poderiam constituir uma alternativa ao clientelismo, que tem comprometido o combate à pobreza. No entanto, a realidade é diferente. Essas políticas, de fato, estão muito longe de constituírem um instrumento de combate ao clientelismo, apenas o travestiram sob outras formas. Os canais de distribuição dos subsídios, que garantem o apoio político e a mobilização eleitoral, certamente mudaram, concentrando-se num nível local e setorizado. Assim, o combate à pobreza, definido por ações focalizadas, passa a ter sua implantação dependente de barganha política com as autoridades públicas. Portanto, o futuro do clientelismo está garantido, graças a essas políticas focalizadas de assistência.

Entretanto, embora essas políticas focalizadas de assistência tenham demonstrado eficácia, os resultados sociais foram pouco significativos, ainda que suficientes para a promoção momentânea de legitimidade governamental. Assim, considera-se que as políticas de combate à pobreza, embora tenham apresentado êxitos políticos relevantes, tiveram resultados sociais fracos, reforçando e aprofundando as desigualdades sociais que se propunham combater.

1. 6 A Evolução da Pobreza no Espaço Urbano

Nos países em desenvolvimento, as taxas de crescimento da população urbana em relação à rural tem crescido em ritmo acelerado. Através de uma visão da geografia o termo urbanização é interpretado como a proporção da população concentrada em cidades ou como o crescimento dessa proporção. Entretanto, entendemos que o simples aumento da densidade demográfica da cidade não é indício de urbanização, uma vez que a cidade pode crescer sem qualquer tipo de investimento.

Analisando a história da origem das cidades concordamos com Taschener (2003:23;24) quando a autora advoga que o processo de produção do espaço urbano é marcado pela desigualdade social. Historicamente, tanto as cidades do mundo antigo clássico, quanto as cidades medievais e as do mercantilismo são segmentadas socialmente. Na trajetória da evolução das cidades os aspectos naturais, a organização social e o avanço tecnológico foram fatores decisivos para a deflagração da Revolução Industrial na Inglaterra. Revolução esta alavancada por uma economia massificadora, que fez prosperar o caos social e principalmente ambiental.

Castells (1979) advoga que o progresso técnico desempenhou um papel essencial na transformação das formas urbanas e sociais, influenciando um novo tipo de atividade de produção e consumo. Por outro lado, a uniformização de uma massa crescente da população quanto à posição que ocupam na produção (assalariados) conduz à segregação social e contribui para o entendimento do processo de exclusão sócio-espacial quando identifica o cidadão incluído e o excluído. De acordo com o autor o que diferencia o incluído do excluído é o acesso à renda e a serviços básicos de manutenção da vida urbana. Santos (1994) contribui para a reflexão a cerca da evolução do processo de segregação sócio-espacial ao considerar como pobres aqueles que vivem na cidade mas que não possuem condições de consumir.

Castells (1979) nos faz acreditar que a segregação sócio-espacial na cidade moderna ocidental está diretamente ligada à Revolução Industrial. De acordo com Kohlsdorf (1985:22) nasce juntamente com a sociedade industrial uma nova ordem do espaço urbano e ambos o fazem de maneira à romper abruptamente com seus antecedentes. A autora enfatiza que esse momento é marcado pelo esvaziamento das áreas rurais e uma aceleração fantástica do crescimento demográfico das cidades, iniciando o processo de urbanização, com a inversão das relações de dominação entre cidade e campo, em um movimento de concentração necessário à realização do modo de produção capitalista.

No Brasil, a passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana-industrial aconteceu de forma tardia e rápida. Historicamente podemos afirmar que durante este processo não houve uma preocupação efetiva, em termos da Política Nacional, com as necessidades sociais como um todo, dentre as quais ocupa lugar de destaque a questão

da habitação. Como consequência, as cidades tomaram proporções maiores, resultando em espaços dotados de grande complexidade sócio-espacial.

Apesar da necessidade de obtenção de mão-de-obra para o setor industrial, o assentamento da população proveniente das áreas rurais se concretizou na ausência, do que se pode chamar de “Estado de Bem-Estar” para a maior parte da população. A riqueza proveniente do processo de industrialização não foi repartida equitativamente, e a falta de recurso dificultou o acesso à terra aos imigrantes o que contribuiu para aumentar a pobreza refletida claramente nas cidades. De acordo com Rodrigues (2003) o preço da terra se define originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do trabalhador sem recurso à terra.

Dados da Agenda Habitat (2003) apontam que atualmente a desigualdade da distribuição de renda é dramática: 1,0% da população detém a mesma quantidade de recursos que os 50% mais pobres; e os 20% mais ricos possuem renda 33 vezes maior que os 20% mais pobres. Com base no Censo de 2000, o déficit habitacional no Brasil estimado é de 6,7 milhões de domicílios, sendo 5,4 milhões na área urbana, sendo que 91,6% desse déficit urbano é composto por famílias com renda de até cinco salários mínimos. A ausência de uma política habitacional direcionada aos pobres, dentre eles os que ganham de um a cinco salários mínimos, e a necessidade destas pessoas de estabelecerem na cidade criou condições favoráveis para a ocupação de terras em locais desprovidos de infra-estrutura, e inadequados para o assentamento como: áreas alagadas, encostas, morros, entres outros.

No entanto, pesquisas como a Cardoso (2002) e Abramo (2003) apontam que os pobres são capazes de reconhecer as possibilidades oferecidas pelo espaço urbano e as utilizam como estratégia para superação da pobreza ao se estabelecerem próximo às áreas dotadas de infra-estrutura como é o caso da configuração urbana apresentada no estado do Rio de Janeiro onde observamos uma grande quantidade de terras ociosas na Zona Norte e grande parte da população pobre localizada nos morros da Zona Sul a fim de usufruir das amenidades e oportunidades advindas da área nobre da cidade. É fato, notar que as vagas de empregos que exigem cargos menos qualificados são preenchidas por moradores dos morros. Outro exemplo acontece na cidade de Belém, onde podemos

observar ocupações localizadas em áreas alagadas próximas ao centro da cidade, onde, de acordo com Lima (2000), a acessibilidade é um fator determinante para a escolha do assentamento. Tais amenidades colaboram para a consolidação dos assentamentos e propiciam, juntamente como a implementação de programas formais, que estas áreas sejam incluídas à trama da cidade formal como bairros de classe baixa.

Podemos observar que as pesquisas mais recentes têm privilegiado a análise das transformações sobre o urbano na configuração sócio-espacial nas cidades. A desigualdade social nelas encontrada, bastante acirrada nas duas últimas décadas, tem como expressão a segregação sócio-espacial da população de baixa renda. Atualmente, podemos afirmar que existe uma diversificação maior sobre as situações de pobreza dentro do espaço urbano. Além das condições precárias de moradia em termos de infraestrutura, ambientais e de propriedade, como visto anteriormente, a desagregação social impõe aos pobres uma condição de vulnerabilidade.

Em relação ao domicílio, Katzman (2000:7 apud Cunha, 2004) define o termo vulnerabilidade como a incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos sócio-econômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deteriorização. Portanto, o autor considera que o estado de vulnerabilidade seria resultante de uma defasagem ou falta de sincronia entre os requerimentos de acesso às estruturas de oportunidades que o mercado, o Estado e a sociedade oferecem.

Cunha (2004) reforça que a questão básica que enfoca o conceito de vulnerabilidade é a debilidade ou a forças dos ativos que indivíduos, famílias, ou de maneira mais abrangente, domicílios dispõem para enfrentar os riscos existentes no entorno que implicam a perda do bem-estar. O quadro abaixo de Moser (1998:3 apud Cardoso,2002) identifica as diversas formas de manifestação de vulnerabilidade.

Quadro 03 - Determinantes e indicadores associados da vulnerabilidade urbana e nível de bem estar de acordo com Moser (1995:167)	
Indivíduo	Acesso à nutrição adequada e assistência de saúde Acesso à educação adequada Acesso à renda adequada Segurança pessoal contra a violência doméstica Acesso á crédito
Família/Domicílio	Tipo de família/domicílio Estrutura da família/domicílio em termos do número de membros em trabalho produtivo, reprodutivo e comunitário Estágio no ciclo da vida Acesso à moradia
Comunidade	Acesso confiável e de qualidade às necessidades básicas: água, eletricidade, saneamento, vias públicas, educação e assistência médica Segurança pessoal contra roubo e violência Capacitação e capacidade das organizações comunitárias
Sociedade Civil	Grau de liberdade e direitos políticos

Observamos ainda que quando o Estado se ausenta tende a aumentar o grau de vulnerabilidade entre os mais pobres. A falta de preocupação com o acesso à terra somado à ausência do Estado do Bem-Estar social, tem resultado em um tecido urbano periférico heterogêneo, o que traz um problema grande para as políticas públicas, as quais precisam considerar essas diferenças, caso contrário tais políticas tendem a ser distribuídas indiferenciadamente num espaço que não é homogêneo.

1.7 Sumário e Conclusão

Este capítulo introduz o conceito de pobreza a partir de uma visão multidimensional do assunto. A conceituação da pobreza foi seguida pela abordagem sobre as perspectivas de vida dentro do contexto da cidade. A estrutura do conceito de perspectivas de vida permite uma abordagem exploratória do processo de produção dos assentamentos informais, capaz de levar em consideração as motivações individuais e foi complementado com importantes variáveis oferecidas pelo conceito de pobreza. O conceito de perspectiva de vida é apresentado no trabalho a partir do estudo de Cardoso (2002) que relaciona meios legais de acesso (entendidos como acesso lícitos), provisão (entendido como suprimento quantitativamente adequado de bens) e ligadura (conexões e motivações com significado) .

Breves considerações foram apresentadas sobre a política liberal de combate à pobreza, onde chegamos à conclusão que os meio utilizados para garantir o bem-estar social tem sido insuficientes e os programas implementados, principalmente os voltados para a

provisão da habitação, acabaram por beneficiar o mercado formal, disseminando a busca pela habitação informal. Em relação à política social liberal buscamos enfatizar as mudanças do Estado para com a sociedade civil, sua ausência, assim como os reflexos da política neoliberal sobre os mais pobres e a constante luta de combate à pobreza através da provisão. Por fim, observamos a evolução da pobreza no espaço urbano, e reconhecemos que a segregação sócio-espacial se caracteriza de forma estrutural.

No Brasil este processo foi agravado pela ausência de política habitacional efetiva, principalmente no que diz respeito ao acesso à habitação pelo pobre. Atualmente podemos observar, que a retirada do Estado contribui para a segregação sócio-espacial da população de baixa renda atingida pela vulnerabilidade. Nesta seção o pobre moderno é compreendido como aquele que além do aspecto econômico está impedido de ampliar suas perspectivas de vida. No capítulo a seguir veremos de que forma o Estado conduziu a Política Habitacional Brasileira e quais seus reflexos sobre os dias atuais.

Capítulo II A Produção Formal da Habitação no Brasil

O presente capítulo tem como objetivo realizar uma breve revisão sobre a trajetória da política habitacional no Brasil, a fim de entendermos qual a necessidade da intervenção do Estado neste setor, quais foram os agentes motivadores de tal política e quais os principais entraves no que diz respeito ao atendimento das famílias com renda até 03 salários mínimos, e ao fim do capítulo caracterizamos o Programa Habitar Brasil –BID.

2.1 A trajetória da Política Habitacional no Brasil

Iniciaremos nossa análise a partir do final do século XIX, quando a intervenção do Estado no setor habitacional se fazia pela adoção de medidas legais de cunho sanitário. A forma de planejamento urbano, era copiada dos países centrais, cuja preocupação se dava em torno das condições higiênicas da cidade. Até então, a população habitava no centro da cidade em cortiços, vila de cômodos e o padrão da habitação popular se orientava pelo aluguel, dessa forma, os custos com a moradia, deveriam ser considerados como item integrante da reprodução da força de trabalho. (Silva, 1989).

Até 1937, com a política de saneamento, o governo tinha como finalidade desobstruir a área central da cidade para circulação do capital e o estabelecimento da classe dominante emergente. Com essa medida, as intervenções pontuais evoluem para uma política de periferização e a segregação é favorecida através de leis municipais como o Código de Posturas Municipais de São Paulo (1886) e do Rio de Janeiro (1889) que isentava dos impostos as vilas operárias que fossem construídas conforme o padrão estabelecido pela prefeitura e fora do perímetro central da cidade (Bonduki,1982:89).

De fato, somente a partir da Constituição Brasileira de 1937, no artigo 6º é que a habitação é garantida como direito fundamental do ser humano e este direito foi reforçado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948: que diz que “*toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação...*” (artigo XXV, item 1). Logo, todo ser humano tem o direito a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família.

Portanto, a produção formal da habitação só passa a ser tematizada como questão efetivamente a partir da década de 30, momento em que o urbano se define a partir do novo modo de acumulação, em decorrência do redirecionamento econômico do setor agrário para o industrial. A aceleração da industrialização gerou taxas de urbanização superiores às necessidades da oferta de empregos levando ao agravamento das condições habitacionais do meio urbano, e como consequência alterou-se a relação cidade e campo em decorrência da modificação social do trabalho.

A partir desta década o Estado assume a responsabilidade sobre a produção da habitação popular, período em que pela primeira vez, é definida uma política habitacional efetiva no Brasil. Entretanto, as soluções apresentadas para a promoção da habitação de interesse social eram consideradas de forma dissociada do contexto da cidade. Cardoso e Ribeiro (1996:63) enfatizam a relação dos governos militares com as oligarquias que valorizavam as questões regionais em detrimento da cidade, o que leva a crer que a importância política do regionalismo, aliado à um processo de industrialização ainda em expansão, fizeram com que o urbano não fosse tematizado como questão.

Portanto, observa-se que durante os governos militares, a política habitacional no Brasil, era conduzida a partir da centralização do poder e da tomada de decisão autoritária aqui

classificada como descendente (de cima para baixo), baseada em ações clientelistas, paternalistas, populistas, e que embutiu na sociedade brasileira a sensação de que o Estado agia como o grande protetor dos fracos e subjugados.

Cardoso (2000) enfatiza que a centralização do poder também criou uma atitude oficial de controle, onde não havia a participação popular em hipótese alguma em processos sócio-espaciais. O governo brasileiro esperava corrigir padrões de habitação precários, tais como as invasões, com autoridade e esqueceu das causas sociais desses fenômenos.

Diversos autores, dentre eles, Bonduki (1982), Valladares (1983), Silva (1989) destacam como a primeira ação da política habitacional adotada pelo governo Vargas, ainda como medida higienista, a criação os Parques Proletariados. Os parques que deveriam servir de abrigo provisório para famílias faveladas desabrigadas em função das políticas habitacionais vigentes. Entretanto, não passaram de casas coletivas de madeira, enfileiradas, que serviram de suporte para remoções compulsórias e tornaram-se para muitos, a única possibilidade de uma habitação permanente. De acordo com Silva (1989:38) os Parques Proletariados não passaram de amontoados de barracos e currais eleitorais, pois só ia para lá quem tivesse cartão político.

Portanto, com o aumento expressivo da população nos centros urbanos, é na década de 1940 que podemos verificar a ação efetiva do Estado no setor habitacional onde destacamos: congelamento dos aluguéis, produção em massa de habitação, por intermédio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's) e criação da Fundação da Casa Popular. Além disso, no mesmo período, consolidou-se a aceitação, pelo Estado e pela população, de alternativas habitacionais precárias, ilegais e excluídas do âmbito capitalista, como a favela e a casa própria em loteamentos clandestinos e desprovidos de infra-estrutura.

Durante este período, a população imbuída em um discurso populista, estabeleceu a casa própria como sinônimo de status, o que favoreceu a Lei do Inquilinato. Embora a Lei do Inquilinato restringisse o direito de propriedade, este continuava vigorando. Assim, o proprietário poderia vender livremente os imóveis ocupados, desde que fosse dada a prioridade aos inquilinos. Se estes não pudessem comprar o imóvel em que residiam, a

ação de despejo caberia então, ao novo adquirente que, se não fosse proprietário de outro imóvel, teria o direito de ocupá-lo para uso próprio, conseguindo o despejo.

Segundo Bonduki (1982), nessa situação os inquilinos, mesmo pagando aluguéis irrisórios, não se sentiam seguros. A possibilidade de serem desalojados e de terem que pagar consideráveis luvas e aluguéis mais elevados os apavorava. Além do mais, seu padrão de consumo já se adaptara ao pagamento de aluguéis desvalorizados e uma mudança teria efeitos desastrosos na qualidade de suas vidas. Assim, para os despejados, e mesmo para os ainda alojados, a aspiração pela casa própria começou a ser incentivada, como condição básica para a segurança familiar. O autor explica que, ao tumultuar o mercado de locação com o suposto objetivo de proteger o locatário, a lei acabou por criar uma forte expectativa pela casa própria. Para Bonduki, ser inquilino, antes condição natural de todo trabalhador, tornou-se uma situação incômoda e sem futuro, pois:

... a Lei do Inquilinato, além de reduzir a rentabilidade dos investidores que viviam da renda imobiliária, estimulava a difusão da pequena propriedade urbana e da casa própria – postura coerente com o discurso getulista que via como fator de estabilidade social e política tornar o trabalhador um proprietário. (Id. Ibid, 1982: 258).

Na mesma linha, o governo do General Dutra cria a Fundação da Casa Popular, plano de financiamento de moradia da classe operária. A atuação da Fundação Casa Popular orientou-se, em toda a sua trajetória por uma ação limitada, pulverizada, além de pautar-se pelo clientelismo na decisão de onde construir, e na seleção e classificação dos candidatos. Ao mesmo tempo em que se apresentava tutora e paternal, mostrava-se autoritária na administração dos conjuntos, chegando a interferir no comportamento individual e social dos moradores, transformando-se em verdadeiro instrumento de controle social (Azevedo & Andrade, 1982:30).

Sobre a construção de moradias promovidas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão, verifica-se, a partir de 1950, um declínio da construção dos conjuntos habitacionais em decorrência da diminuição de recursos devido ao incremento da inflação. Por outro lado, registra-se a intensificação do clientelismo e do favoritismo na distribuição das

moradias, utilizadas, segundo Silva (1989:42) como instrumento para esvaziamento de pressões sobre o Estado.

O forte poder do governo favoreceu uma mistura de diferentes objetivos econômicos em uma mesma ação, como a promoção da integração nacional do desenvolvimento da indústria da construção civil, através de programas de provisão de habitação executados em cidades como Belém, destacado no capítulo III. Ainda em Belém, a mesma atitude de cima para baixo também estava presente nas soluções de macrodrenagem, realizada de modo independente de programas de urbanização social. Além do mais havia o interesse político de usar a escala de intervenção para atrair a atenção e facilitar o acesso à financiamento para esse tipo de obra. De acordo com Cardoso (2002:14) o setor de produção da habitação sempre foi estruturado para apoiar as soluções técnicas mais complexas e caras, e para trabalhar com as empresas maiores (supostamente mais confiáveis, mas também mais influentes nas campanhas eleitorais) do que para trabalhar com abordagens caso orientadas.

A partir da década de 50, no Brasil, parte-se da revolução industrial para a internacionalização da economia, fase marcada pela entrada do capitalismo monopolista no país com ênfase na implantação da indústria pesada, com destaque para uma poderosa indústria automobilística. A política habitacional fragmentária e clientelista entra em colapso face à inflação crescente e o retorno dos financiamentos que se davam em parcelas fixas. Na prática, o que se constata é um maior agravamento das condições habitacionais das massas populares, num período que se acentua um processo crescente de urbanização, estimulado pela deteriorização da vida do campo e o impacto da grande arrancada desenvolvimentista assumida nesse governo (Villaça, 1999).

O quadro a seguir sintetiza a análise da política habitacional até a década de 50 segundo Silva (1989), Bonduki (1982) e Cardoso & Ribeiro (1996):

Quadro 04 – Análise da Política Habitacional até a década de 50

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
Urbanismo higienista, filantrópico e objetivismo tecnocrático	República Velha (1880-1930)	<ul style="list-style-type: none"> • Correntes migratórias do campo para cidade. • Intervenções localizadas. • Padrão de habitação popular baseada no aluguel, o que interferia diretamente na renda. • Incentivo à construção fora do perímetro urbano da cidade. • Ação racionalizadora do Estado marcada pelo objetivo tecnocrático. • A cidade é vista como locus da desordem social e política (ruralismo). • Década de 20 - Plano Agache para Rio de Janeiro. Identificação com o modelo urbanístico europeu • Adesão do país ao comércio internacional pela desenvolvimento da cultura do café.
Política habitacional fragmentária e clientelista	1º Período Vargas (1930-1946)	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação do governo populista e autoritária • Política de eliminação e contenção das favelas. Criação dos Parques Proletariados. • IAP's e Lei do Inquilinato. • Difusão da propriedade privada através da auto-construção.
	Governo Dutra (1946-1950)	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Fundação Casa Popular
	2º Período Vargas	<ul style="list-style-type: none"> • A política habitacional entra em colapso face a inflação crescente e o retorno dos financiamentos que se davam em parcelas fixas.
	Jucelino Kubitschek (1956-1960)	<ul style="list-style-type: none"> • Milagre econômico
	Jânio Quadros e João Goulart	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios para a aquisição da casa própria o tempo de residência na cidade, estabilidade no emprego e capacidade de trabalho . • Criação de movimentos organizativos na favela

A partir da década de 60, o crescimento explosivo da demanda por habitações urbanas (derivado da intensificação do processo de urbanização do país), em um contexto fortemente inibidor do investimento na área (marcado por forte aceleração inflacionária, taxas de juros nominais fixas e leis populistas no mercado de aluguéis), atingia diretamente os setores imobiliários, que se traduzia numa crescente baixa de investimentos no setor, resultando no aumento do déficit habitacional que acabou por gerar um déficit habitacional estimado em oito milhões de habitações (IBMEC, 1974).

2.1.2 A atuação do BNH

O período antecedente à implementação do BNH em 1964, apresentava uma taxa de crescimento negativa do Produto Interno Bruto. A resposta do governo militar brasileiro a esse problema foi a criação do SFH, um mecanismo de captação de poupança de longo prazo para investimentos habitacionais, cuja idéia central era que a aplicação de um mecanismo de correção monetária sobre os saldos devedores e as prestações dos financiamentos habitacionais viabilizaria tais investimentos (caracteristicamente de longo prazo), mesmo em uma economia cronicamente inflacionária.

As fontes de recursos do SFH eram basicamente duas: a arrecadação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), isto é, o conjunto da captação das letras imobiliárias e cadernetas de poupança; e a partir de 1967, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerado a partir de contribuições compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia. A idéia essencial do sistema era, pois, que “os imóveis eram (...) bons ativos para lastrear os passivos assumidos com os depositantes livres (em cadernetas ou letras imobiliárias) ou compulsórios (FGTS)” (Abdalla, 1996, p.12).

As primeiras experiências datam de fins de 1964, quando foram criadas as cooperativas denominadas abertas ao público, em oposição ao conceito clássico de cooperativas voltadas para um quadro social pré-definido. Em 1966, nessa linha mais autêntica, sob o contexto de uma nova política, foi iniciado o programa de Cooperativas Habitacionais para trabalhadores sindicalizados que visavam a execução de 100.000 unidades no

período de 1966 à 1970. O programa era dirigido ao atendimento de trabalhadores sindicalizados, com renda familiar compreendida entre 3 a 5 salários mínimos.

O órgão central do SFH era o BNH, responsável pelo gerenciamento do FGTS, pela normatização e fiscalização da aplicação dos recursos das cadernetas de poupança, e pela definição das condições de financiamento das moradias para os consumidores finais. Além disso, o BNH tinha a incumbência de garantir a liquidez do sistema diante de dificuldades conjunturais (derivadas, por exemplo, de eventuais problemas com a captação das poupanças voluntárias no curto prazo ou de elevações temporárias dos índices de inadimplência dos mutuários). Com efeito, como descreve Abdalla (1996, p.12), “o BNH atuava como agente garantidor, seja das cadernetas, seja das letras imobiliárias às quais aplicava a sua chancela. Além disso, supria linhas de crédito (dado que era o órgão gestor do FGTS) e era órgão regulador, em uma mistura de papéis semelhante à do Banco Central.”

Esse sistema favoreceu a criação e a operacionalização de um conjunto de programas que estabeleceram, em nível central, as diretrizes gerais a serem seguidas, de forma descentralizada, pelos órgãos executivos. Favoreceu a criação de uma agenda de redistribuição dos recursos, que funcionou principalmente em nível regional, a partir de critérios definidos centralmente. E, por último, a criação de uma rede de agências, nos estados da federação, responsáveis pela operação direta das políticas e fortemente dependentes das diretrizes e dos recursos estabelecidos pelo órgão central. (Brasil, 2000)

Entretanto, Villaça (1999) enfatiza que a relação entre arrecadação e investimento do BNH era desproporcional além de existir uma nítida concentração de aplicação no Sudeste e Centro-Sul. Com relação aos municípios, ao contratarem financiamentos dos fundos, acabavam por se endividar e comprometer a gestão com problemas futuros. Dentre as críticas feitas ao modelo implementado pelo BNH, Maricato (1996:45) ressalta que tal política combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados com interesses políticos clientelistas. Na verdade, essa política foi fundamental para a estruturação de um mercado de corte capitalista. Ela constituiu também um dos expedientes de concentração de renda, uma vez que privilegiou a produção de

habitação subsidiada para a classe média em detrimento dos setores de mais baixa renda.

A desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos também era apontada, bem como a construção de grandes conjuntos, como forma de baratear o custo das moradias, geralmente feito em locais distantes e sem infra-estrutura e, por último, o seu modelo financeiro que se revelou inadequado em uma economia com processo inflacionário. A dificuldade em atender as camadas de menor poder aquisitivo foi o principal fator que levou à adoção, a partir da segunda metade da década de 70 dos chamados programas alternativos, baseados na auto-construção¹, considerada mais viável para a consecução de objetivos realistas em termos de eficácia. (Cardoso, 2002).

Em março de 1975, novas modificações foram introduzidas no Programa de Cooperativas, principalmente nos seus aspectos contratuais e financeiros. As principais modificações foram:

- O mutuário deveria ter uma poupança mínima de 5% do custo estimado da unidade, destinado a cobrir as despesas legais da aquisição.
- Eliminação quanto às faixas de renda dos mutuários.

Em Belém, entre 1966 e 1986, inicialmente a COHAB/PA construiu 19.190 casas para a população de baixa e média renda no Estado (mercado popular). Em Ananindeua, as primeiras 118 unidades foram feitas em 1972 e o volume maior das construções foi no período de 1977 a 1986, com a construção dos Conjuntos Habitacionais “Cidades Novas”, em áreas distantes do núcleo urbano de Belém, cerca de 16.000 casas, isto é, 83%, foram construídas em Ananindeua, 1.200 casas construídas no distrito de Icoaraci e 1.542 casas no Bairro da Marambaia (Paracampo,2001).

¹ Azevedo (1981), afirma que esta concepção é largamente disseminada pelos organismos internacionais de fomento, como o Banco Mundial, ressaltando que esses programas visavam principalmente dar uma resposta política imediata às necessidades das famílias de baixa renda. Dentre os diversos estudos sobre o processo de auto-construção Valladares (1982) considera que a habitação produzida pelo trabalho não pago, trabalho executado durante as horas de folga do trabalhador, sobre-trabalho, contribui para o processo de exploração capitalista da força de trabalho.

Já na década de 80, seguindo o modelo das linhas de financiamento, observa-se um direcionamento maior para as classes médias, e a COHAB resolve construir conjuntos habitacionais próximos ao centro de Belém dando prioridade ao atendimento do funcionalismo público do estado.

No final dos anos 80, o Governo Federal adotou algumas medidas emergenciais para solucionar a crise habitacional, entretanto, Santos (1999) ressalta que a maioria dos programas públicos não conseguiu corresponder às expectativas, servindo de comprovação da má utilização dos recursos públicos, como por exemplo o Programa Nacional de Mutirões que atendia famílias com renda menor que 3 salários mínimos. Administrado pela Secretaria Especial de Ação Social – SEAC, não conseguiu atingir suas metas devido o público alvo ser similar ao do SFH.

Extinto em agosto de 1986, as atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), cuja competência abrangia as políticas habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto que a Caixa estava vinculada ao Ministério da Fazenda. (Brasil, 2000)

Após a extinção do BNH, a política habitacional perde seu referencial, passando por vários ministérios e secretarias, num processo de desarticulação progressiva da instância federal, com fragmentação institucional, perda de capacidade decisória e redução significativa dos recursos disponibilizados para investimentos na área. Sendo assim, de 1986 ano da extinção do BNH até 1995 quando se dá o início de uma estruturação mais consistente do setor, a política habitacional sem que se conseguisse definir com clareza um padrão de política a ser implementado se configura de forma inexpressiva.

Neste mesmo período a evolução das desigualdades no conjunto dos Estados dos países subdesenvolvidos e o aumento da pobreza extrema, como abordado no Capítulo I, não só baseada em níveis de renda como também na falta de perspectivas pelos mais pobres, são tais hoje em dia, que após uma década de planos de ajustamentos, não é possível deixar de se perguntar quanto às relações entre essas políticas e o aumento da pobreza.

2.1.3 Política Habitacional a partir da década de 90

O período que se seguiu ao regime militar foi caracterizado pela crise final do modelo de política habitacional baseado no SFH. Com efeito, durante os governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992), os problemas do sistema, que já se faziam sentir no ocaso do governo militar, se agravaram a ponto de praticamente inviabilizar qualquer tentativa de retomada da política habitacional nos moldes anteriores. A idéia de que a política habitacional poderia ser feita mediante um sistema capaz de se auto-financiar (liberando os recursos do poder público para outros fins) foi praticamente sepultada, e o peso dos programas habitacionais *alternativos*, executados em sua maioria com recursos orçamentários e do FGTS, no total dos financiamentos habitacionais, aumentou consideravelmente.

A partir de 1995 emerge um novo padrão de política onde se verifica o atendimento às demandas locais conforme alianças instáveis visando objetivos de curto prazo do Executivo Federal. No Governo Collor o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH) disponibilizou alta quantias do FGTS para a construção de unidades, porém as moradias foram consideradas caras e tornaram-se difíceis de serem comercializadas, além de apresentarem baixa qualidade. A utilização predatória dos recursos do FGTS, que caracterizou os dois últimos anos em que o Collor esteve no poder, teve conseqüências graves sobre as possibilidades de expansão do financiamento habitacional, levando a suspensão por dois anos de qualquer financiamento, no período subsequente. (Cardoso,2001:7)

O cenário começa a mudar a partir de medidas adotadas pelo Governo Federal, na gestão de Itamar Franco, medidas de prevenção para o controle da situação “através da participação comunitária dos governos locais e uma contrapartida financeira de investimentos da União” (Santos,1999), havendo inserção do controle social e maior transparência dos programas em questão, tornando-se pontos fundamentais para uma nova direção da política habitacional. Neste governo foram lançados os programas Habitar Brasil e Morar Melhor que serviram de base para gestão posterior.

A gestão posterior governada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso buscava através da SEPURB integrar ações de habitação, saneamento e infraestrutura urbana a fim de promover uma integração intra e intergovernamental. Com essa medida, o Estado cria uma nova secretaria a SEDU - Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, que descentraliza a iniciativa de promoção da habitação e repassa aos governos estaduais e municipais a iniciativa de desenvolver novos programas para as populações de baixa renda.

2.1.4 Os novos rumos da Política Habitacional

Desde 2003, o Governo Federal opera a política habitacional através do Ministério das Cidades, que deu continuidade às ações e programas em andamento implementados pela SEDU. A Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades é responsável pela formulação e proposição de instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação.

Os programas implementados pelo Governo Federal são classificados como oficiais e são operados pelos governos estaduais e municipais e tem como objetivo promover moradia social e melhorias infra-estruturais, como urbanização e regularização fundiária, em áreas degradadas da cidade com a finalidade de combater dos problemas decorrentes da informalidade urbana.

As ações voltadas para a população de baixa renda seguem duas vertentes:

a) A atuação via setor público é feita por intermédio de dois programas governamentais de financiamento: Morar Melhor, que utiliza recursos do Fundo de Garantia por tempo de Serviço – FGTS, e o Habitar –Brasil, que utiliza recursos do Orçamento Geral da União – OGU.

b) Outra alternativa de atuação do Governo Federal é o atendimento direto à demanda pelos programas Carta de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor. Nesse segmento as linhas de crédito permitem que as famílias, de forma individualizada ou em associação, façam a opção pela melhor solução para seu problema de moradia: aquisição do lote, construção, melhoria, ampliação ou aquisição da casa própria, de acordo com o poder de

barganha do mutuário. Os dois formatos de programas são financiados pela Caixa Econômica Federal sendo que o segundo possui o emprego formal como fator preponderante para adesão ao instrumento, uma vez que o mesmo utiliza recursos do FGTS, como citado anteriormente.

Entretanto, observa-se que excetuando-se os financiamentos internacionais como Habitar-Brasil/BID, gerenciado pelo governo federal e que redistribui recursos a nível municipal, os empréstimos habitacionais estão hoje limitados à atuação do setor privado, ou aos empréstimos individuais, como o Programa Carta de Crédito. Devido a este processo econômico tais linhas de crédito não atingem o objetivo principal que é atender a população de baixa renda. Valença (2001) faz uma crítica à política habitacional atual, que exige retorno dos recursos investidos, ou seja, uma contradição, que obriga a população com menor poder aquisitivo a buscar soluções de moradia em áreas informais.

De acordo com o relatório do IBAM (2002), outras dificuldades encontradas na operacionalização dos programas é que os mesmos possuem um tempo de vida que nem sempre está de acordo com suas metas a serem alcançadas, mas com a disponibilidade de recursos, de forma que sua implantação é feita de forma gradual adaptando-se a cada momento.

De forma que, quando termina o tempo útil dos programas, as experiências e os conhecimentos adquiridos, na maioria das vezes, não são aproveitados para administrações posteriores. A falta de interesse por parte das administrações públicas gera escassez de recursos, levando os programas a implementar constantemente a flexibilização tanto técnicas construtivas quanto urbanísticas o que leva a uma sobre-regulação.

Enfim, as prioridades econômicas têm resultado em investimentos inadequados para o atendimento das necessidades dos usuários finais. A política de construção de grandes conjuntos habitacionais em terras mais baratas realmente fortaleceu a indústria da construção civil, mas não ofereceu habitação de interesse social conforme o esperado.

2.2 Programa Habitar Brasil - BID

Dentre os programas habitacionais em vigência voltados para a produção de habitação para as famílias com renda até 03 salários mínimos, observamos em particular o Programa Habitar Brasil – BID devido o mesmo ser o agente promotor do Plano Diretor Local Riacho Doce e Pantanal (PDL-RDP), nosso objeto de estudo, no qual são observadas as inovações na forma de gestão da habitação.

a) Conceito

O Programa Habitar Brasil - BID visa elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda predominantemente na faixa de até 3 salários mínimos, que residam em assentamentos precários – favelas, mocambos, palafitas e cortiços, entre outras – localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de Estado, fortalecendo as condições administrativas e institucionais dos municípios para dotá-los de maior capacidade de atuação no controle e recuperação desses núcleos e na adoção de medidas para a prevenção contra novas ocorrências.

O programa é realizado com os recursos previstos no Contrato de Empréstimo nº 1126 OC/BR, firmado entre a União Federal e o BID. Tem como Órgão Gestor o Ministério das Cidades, sendo a CAIXA o agente financeiro, técnico e operacional e responsável pela implementação do Programa. Os recursos destinados tem como meta:

- Viabilizar a elaboração de estudos sobre o setor habitacional do país assim como proporcionar o fortalecimento institucional dos municípios.
- Execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental

Essas metas materializam-se por meio do Subprograma de Desenvolvimento Institucional - DI e do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais - UAS.

b) Os Sub-Programas

Desenvolvimento Institucional de Municípios - DI

O Subprograma de Desenvolvimento Institucional de Municípios tem como objetivo geral apoiar a criação, ampliação ou modernização da capacidade institucional de prefeituras para atuar na melhoria das condições habitacionais, prioritariamente, das famílias de baixa renda.

Os objetivos específicos desse subprograma são:

- criar ou aperfeiçoar os instrumentos que permitam a regularização dos assentamentos precários, nas dimensões urbanística, institucional e ambiental (ZEIS);
- propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo;
- adequar os padrões urbanísticos e administrativos às condições sócio - econômicas da população de baixa renda, facilitando que o aumento da oferta habitacional se verifique dentro do marco legal ;
- implantar estratégias de controle e desestímulo à ocupação irregular de áreas.
- Elevar a capacitação técnica do pessoal da prefeitura responsável direta, ou indiretamente, pelo funcionamento do setor.

E para que se alcance estes objetivos, o programa recomenda aos municípios a preparação do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Sub-normais (precários) – PEMAS.

c) Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Sub-normais – PEMAS

O PEMAS constitui-se em um diagnóstico do setor urbano/habitacional e a definição de uma matriz, contendo os objetivos específicos, metas e respectivos indicadores de aferição da execução do Plano. O conjunto de metas e respectivos indicadores de aferição, consolida os compromissos de DI do Município no Programa. Essas metas,

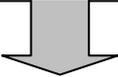
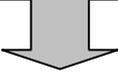
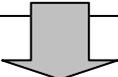
que serão vistas logo à seguir, deverão ser atingidas através de ações de DI que poderão ser financiadas pelo Subprograma de Desenvolvimento Institucional de Municípios.

A elaboração do PEMAS se divide em três fases:

- **PRIMEIRA FASE: Elaboração de Diagnóstico sobre a Capacidade Institucional do Município no Setor Habitacional / Urbano:** Consiste no desenvolvimento de uma análise sobre os problemas habitacionais enfrentados pela famílias de baixa renda e sobre a capacidade institucional do município relativamente às questões mais diretamente ligadas ao funcionamento do setor habitacional / urbano.
- **SEGUNDA FASE: elaboração da Matriz :** O PEMAS compreende 3 módulos Políticas e Programas; Planejamento e Gestão e Regulação Urbanística, organizados em função da natureza dos instrumentos e das ações do governo local que interferem direta ou indiretamente no funcionamento do setor habitacional.
- **TERCEIRA FASE: definição das ações de DI :** Tratar-se-á de se definir o conjunto de ações de DI para se atingir os objetivos e metas previstos para cada componente do PEMAS, indicando-se os custos daquelas ações para cuja implementação o Município necessita receber apoio financeiro do Programa. No item 4 estão indicadas as modalidades de ações que podem ser apoiadas pelo Programa.

O quadro baixo apresenta um resumo das fases de preparação e implantação do sub-programa de Desenvolvimento Institucional.

Quadro 05 - Fases de preparação e implantação do sub-programa de Desenvolvimento Institucional.

Fases	Produtos
<div style="text-align: center;"> <p>1^a</p> <p>Diagnóstico da capacidade institucional</p>  </div>	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação dos dados • Avaliação dos instrumentos de política habitacional /urbanística • Síntese do diagnóstico
<div style="text-align: center;"> <p>2^a</p> <p>Matriz do PEMAS</p>  </div>	<ul style="list-style-type: none"> • Módulos • Componentes • Objetivos • Metas / Indicadores
<div style="text-align: center;"> <p>3^a</p> <p>Definição das ações de DI</p>  </div>	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e Projetos • Treinamento • Aquisição de equipamentos
<div style="text-align: center;"> <p>4^a</p> <p>Implementação do PEMAS</p> </div>	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação Termos de Referência • Mobilização de recursos humanos e técnicos • Implementação das ações

É válido observar que para ter acesso ao primeiro contrato de repasse do Subprograma de Urbanização de assentamentos Subnormais –UAS, o município, ou o sub-programas de Desenvolvimento Institucional deverá cumprir as seguintes metas: (i) apresentar PEMAS; (ii) ter as metas seus indicadores de aferição e respectivos prazos de cumprimento e custos, constantes da Matriz do Plano; (iii) comprometer-se a alcançar essas metas nos prazos acordados; e (iv) realizar uma hierarquização preliminar do atendimento aos assentamentos subnormais, para fundamentar a ordem de escolha das intervenções.

Ou seja, para a concretização do subprograma Urbanização de assentamentos Subnormais –UAS se faz necessário que as metas do Desenvolvimento Institucional sejam cumpridas

d) Urbanização de Assentamentos Subnormais/UAS

O Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais objetiva a elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que compreendam a regularização fundiária/dominial e a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e de ações de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade em todas as etapas de sua implementação.

O sub-programa possui como componentes unidades o órgão Gestor, Executor e Beneficiário. O órgão executor é formado pelo Ministério das Cidades, da Presidência da República, órgão central gestor do Programa, encarregado pela União de exercer a representação e intermediação com o BID. A Unidade de Coordenação do Programa (UCP), órgão seccional do Ministério das Cidades, tem competência efetiva para implementar, controlar e avaliar o HBB, e compõe-se de Técnicos Especialistas responsáveis pela coordenação e acompanhamento do Programa junto à CAIXA.

O sub-programa possui como unidade executora o Município - Unidade Executora Municipal –UEM e o Estado – Unidade Executora Estadual formada por Equipe multidisciplinar especialmente constituída, para coordenar a execução do Programa em nível municipal ou estadual, diretamente responsável pela implementação dos projetos e ações financiadas pelo Subprograma UAS.

E a Entidade Beneficiária que são as organizações comunitárias responsáveis pela representação dos beneficiários finais dos projetos financiados pelo Programa.

e) Componentes do Sub-programa UAS

Os itens abaixo descritos são os previstos para compor os investimentos nos projetos integrados do Subprograma. Os limites indicados em alguns desses itens determinam maior ou menor grau de participação financeira do município, no projeto, com recursos de repasse da União. Além dos investimentos da União e do BID é exigida uma contrapartida local que varia entre 5% à 20%, de acordo com o item 9.1 do Regulamento Operacional do Programa. A implantação de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais engloba as seguintes ações, obras e serviços:

- a) Terreno - área objeto da intervenção. Quando não se constituir em área de uso público, deverá ter seu valor atestado e verificada a sua titularidade, pela CAIXA. Será adotado o menor valor entre avaliação, compra / venda e desapropriação. Item de contrapartida obrigatória.
- b) Regularização fundiária – conjunto de ações técnicas e jurídicas, incluindo o cadastramento físico da ocupação e o projeto de regularização ou parcelamento, necessárias à outorga de direitos de uso ou de propriedade dos lotes ou unidades habitacionais aos beneficiários. Item de contrapartida obrigatória.
- c) Indenização de benfeitorias aos proprietários - em caso de remanejamento ou reassentamento, restrita a situações devidamente justificadas e tendo o seu valor limitado a avaliação de órgão competente, aceita pela CAIXA. Item de contrapartida obrigatória.
- d) Remanejamento e/ou reassentamento de famílias – despesas com relocação de famílias. Item de contrapartida obrigatória.
- e) Projetos e estudos preliminares - elaboração de todos os projetos e estudos que compõem o projeto integrado. Item de contrapartida obrigatória, limitado a 1,5 % do custo total das obras.
- f) Alojamento provisório - edificação de instalações dotadas de condições de higiene e salubridade, destinada ao alojamento temporário de famílias que deverão ser remanejadas ou reassentadas, em decorrência da implantação do projeto. Item de contrapartida obrigatória, quando não reaproveitável.
- g) Infra-estrutura subdividido em:

- (i) abastecimento de água: Construção, ampliação e recuperação de sistemas, redes de distribuição e as correspondentes ligações domiciliares. Nos casos em que seja necessário, obras de captação e adução
- (ii) esgotamento sanitário: Construção, ampliação e recuperação das ligações domiciliares e das fossas domésticas. Quando não seja possível a ligação à rede principal, serão financiadas obras para tratar os esgotos. Será financiada a capacitação da comunidade para o uso desses serviços.
- (iii) drenagem pluvial: construção, ampliação e recuperação dos canais de drenagem, para o escoamento da águas pluviais e a proteção contra a erosão, deslizamento de terra e mitigação a jusante.
- (iv) sistema viário: construção, ampliação, e recuperação, pavimentação e obras complementares de calçadas, vielas e escadarias, pequenas pontes e sistemas de nomenclatura das ruas e casas. Dar-se-á prioridade às vias de acesso de locomoção coletiva e de veículos de serviço. Os padrões de pavimentação deverão definir-se segundo as necessidades locais.
- (v) iluminação pública: instalação, ampliação e recuperação dos sistemas de iluminação pública, incluindo os postes e acessórios necessários.
- (vi) Ligações intradomiciliares de eletricidade: execução de ligações domiciliares de energia elétrica.
- (vii) Coleta de resíduos sólidos: Construção de soluções comunitárias de coleta de lixo, instalação de equipamentos de limpeza e recolhimento e construção de locais para guardar o equipamento.
- (viii) Contenção e estabilização de encostas e/ou de áreas: Construção de muros de contenção para os acessos e para proteger as instalações destinadas aos pedestres, drenagem para o controle de águas em zonas de declive acentuado, obras para conter a erosão e deslizamento de terras.
- (ix) Recuperação de áreas degradadas: destinadas a eliminar ou mitigar impactos ambientais negativos na área objeto de intervenção ou, no caso de remanejamento ou reassentamento de famílias, na área anteriormente ocupada, evitando nova

ocupação, tais como recomposição vegetal adequada, arborização, recuperação do solo e sua regulação, de onde foram retiradas famílias e /ou outras áreas do entorno do projeto. Tais ações deverão atender às necessidades indicadas na avaliação de impacto ambiental da área do projeto.

- (x) obras especiais: as que decorrem de necessidades específicas das áreas elegíveis e que não sejam usuais nos projetos de urbanização em geral, tais como: adução, estações elevatórias, estações de tratamento de esgoto, diques, canais, ancoradouros, subestações, entre outras, limitadas a 25% do custo total do projeto.
- (xi) Provisão de serviços sociais básicos: Postos de saúde, escolas de primeiro grau, centros comunitários, centros de assistência ao menor e outros equipamentos comunitários
- h) Unidade habitacional básica - habitação unifamiliar ou multifamiliar com área de até 32,00 m², contendo, basicamente, quarto, sala, banheiro e cozinha, construída pelo regime de empreitada, mutirão ou auto-construção, limitado a R\$ 8 mil reais a unidade.
- i) Cesta básica de materiais de construção - materiais destinados à construção, ampliação, melhoria ou conclusão da unidade habitacional básica, do módulo hidráulico ou do equipamento comunitário público, executados em regime de mutirão ou auto-construção, podendo incluir remuneração do trabalho das famílias beneficiadas ou contratação de mão- de- obra especializada.
- j) Módulo hidráulico - construção utilizada para complementar as unidades habitacionais existentes, compreendendo banheiro, cozinha e tanque, com área de até 9,00 m², limitado a R\$ 1.500 reais por família.
- k) Recuperação habitacional - execução de obras de recuperação de imóvel que venha a ser objeto de demolição parcial por interferir com obras de infra-estrutura a serem implantadas, respeitado o limite da área total construída.
- l) Melhoria habitacional - Somente será elegível como consequência da intervenção no bairro e em situações de risco ambiental ou de saúde. Será financiada a troca de telhados, revestimento para a prevenção de focos de infecção e execução de cimentados nos pisos, limitado a R\$ 1.500 reais por família.

- m) Administração e gerenciamento – acompanhamento, supervisão e fiscalização do andamento das obras e serviços previstos no projeto integrado, item de contrapartida obrigatória.
- n) Apoio ao desenvolvimento comunitário – conjunto de ações que visem promover a mobilização e organização comunitária, a educação sanitária e ambiental, a capacitação profissional e a implantação de atividades voltadas à geração de trabalho e renda para as famílias residentes na área do projeto. (BRASIL, 2004: 20-22).

Diante dos limites indicados nos itens acima, podemos afirmar que as exigências “standartizam” o projeto de habitação quando permite apenas um determinado tipo de construção. Tais limites também inibem a conexão entre o projeto Desenvolvimento Institucional (DI) e o projeto de Urbanização (UAS), haja vista, que o sentido inicial do programa, indicado no DI de se criar uma legislação específica para assentamentos especiais para habitação de baixa renda ou localizados em Zonas especiais de Interesse Social (ZEIS) se perde, quando não é possível a liberação de recursos para a criação de um ambiente mais favorável ao clima e à cultura local, quando financia apenas um embrião com um material “universalmente” aceitado. Outro fator à ser observado é que o Habitar Brasil - BID exige um percentual de contrapartida do município,

A análise técnica dos aspectos de engenharia, jurídicos, sócio–econômicos e ambientais dos projetos integrados é feita pela CEF, de acordo com os princípios, especificações e critérios de elegibilidade recomendados pelo HBB. A CEF tem a responsabilidade de emitir laudo conclusivo sobre a proposta, que deverá ser encaminhado ao MCIDADES. Apenas de posse do laudo favorável da CEF o Ministério das Cidades pode declarar o projeto elegível no âmbito do Programa e autorizar a CEF a assinar o contrato de repasse com o Município ou Unidade da Federação, de acordo com a sua disponibilidade orçamentária. (BRASIL, 2004: 31).

2.3 Sumário e Conclusão

Neste capítulo desenvolvemos o tema sobre a trajetória da política habitacional desde o final do século XIX até os dias atuais.

Historicamente, os governos de países em desenvolvimento representaram os interesses das classes médias e superiores e concederam benefícios para legitimar seu poder. Frequentemente a provisão da habitação de interesse social é tomada mais como questão política do que técnica. Durante um longo período, mais precisamente durante o período militar (1937 à 1964) a política habitacional brasileira foi pensada apenas a partir da provisão da habitação em larga escala. A política desenvolvida pelo BNH baseou-se em resultados meramente quantitativos e acabou por não beneficiar camada da população à qual se propunha dentro da faixa de 01 à 05 salários mínimos.

Outro fator a ser considerado durante o período do BNH foi a construção de moradias populares em terrenos afastados, não dotados de infra-estrutura e desconectados da malha urbana, que resultou na negação da habitação na sua forma mais ampla, ignorando seus aspectos qualitativos assim como a negação da cidadania, dignidade e liberdade de seus habitantes.

A política habitacional implementada nos fez perceber que a simples provisão física da habitação não garante o bem-estar do morador. Atualmente a política habitacional dá os primeiros passos em relação a programas habitacionais que consideram as particularidades da comunidade envolvida. Dentro do Programa Habitar Brasil – BID o PEMAS desenvolvido pelo programa de Desenvolvimento Institucional (DI) é uma prática inovadora, entretanto, alguns componentes do Sub-programa Urbanização (UAS) comprometem a integração dos programas.

No capítulo a seguir será apresentado o estudo e o Plano de Desenvolvimento Local promovido pelo Habitar Brasil-BID.

CAPÍTULO III Delimitação e Caracterização da Área de Estudo e Apresentação do PDL

Este capítulo tem como objetivo delimitar e caracterizar a área de estudo constituída pelas áreas dos assentamentos informais Riacho Doce e Pantanal. Para isso, realizaremos uma breve abordagem sobre a produção do espaço urbano na cidade de Belém a fim de identificarmos quais os fatores que contribuíram para a formação das duas áreas de estudo. Por fim, apresentaremos o Plano de Desenvolvimento Local - PDL.

3.1 A Produção do Espaço Urbano na Cidade de Belém

A cidade de Belém foi fundada sobre uma porção de terra alta, na extremidade de uma península limitada pelo rio Guamá ao sul, pela baía do Guajará à oeste, pelo rio Maguari ao Norte, devido a uma estratégia militar da Coroa Portuguesa contra a invasão dos holandeses e franceses em terras da região norte do Brasil. O processo de formação geológica da região gerou duas unidades morfológicas no solo onde a cidade está localizada: as terras firmes com cotas entre 4 e 20 metros acima do nível do mar, e as planícies, alagáveis diariamente por pequenos rios que penetram no sítio com cotas de até 4 metros acima do nível do mar. Essas planícies são circundadas pelo rio Guamá, baía do Guajará e pequenos rios que cortam o continente (Ferreira,1995:17-32).

Desde a época da fundação da cidade até meados do século XVIII a cidade crescia às margens do rio, onde surgiram os primeiros bairros Campina e Cidade Velha. No entanto, o crescimento do núcleo urbano em direção ao sul tinha como obstáculo o Piri, imensa baixada (várzea) drenada por um igarapé de mesmo nome. A partir do século XIX, para vencer o obstáculo à expansão, as obras públicas são iniciadas, e conforme os padrões de salubridade as administrações coloniais deram preferência ao aterramento da área como são feitos até hoje como forma de saneamento de baixadas.

A segunda metade do século XIX é marcada pelos planos de melhoramentos e embelezamento das cidades, ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana herdada do período colonial. É o urbanismo

de Versalhes, Washington, da Paris de Haussmann e da São Paulo de Pereira Passos (Villaça,1992), predominante em Belém durante o ciclo de exploração da borracha, tais atividades conduziram a uma maior diferenciação espacial e a segregação em função do investimento pontual.

De acordo com Singer (1978), o investimento pontual em serviços urbanos, reproduz a renda diferencial ² do uso de terra, e tende a privilegiar determinadas localizações no espaço urbano. Em cidades, onde predomina a rápida expansão do número de habitantes, acontece a valorização exacerbada destas terras bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de renda mais elevada, capaz de pagar um preço alto pelo direito de morar. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas.

Em Belém, no final do século XIX, o plano de embelezamento da cidade é incentivado pela política do intendente Antônio Lemos (1897-1910), que determinou a construção de asilos, casas de saúde, recolhimento de mendigos e doentes mentais em áreas afastadas do centro da cidade que ainda não apresentavam ocupação urbana. A Santa Casa de Misericórdia promoveu na Bacia do Tucunduba a construção do Hospício dos Lázaros, e no decorrer do século XIX a área caracterizou-se por ser um local de isolamento aos vitimados pelas baixas condições de vida da época.

Depois da década de 30, os doentes foram transferidos para a Colônia de Hansenianos do Prata, em Marituba. A área, entretanto, sofreu ocupação progressiva por parte dos familiares dos doentes e da população carente de moradia. A cidade vai se expandindo, e as famílias que não conseguiam se manter no centro urbano, dotado de serviços e infra-estrutura eram levadas a ocupar áreas menos privilegiadas, porém a ocupação dessas áreas ainda era inexpressiva.

Durante a Segunda Guerra mundial, uma estratégia de defesa militar promoveu a formação do cinturão institucional formado por áreas de propriedade das Forças Armadas, Universidade e outras instituições educacionais, que definiu a área do primeiro período de ocupação da cidade denominado de primeira légua patrimonial. A formação deste cinturão posteriormente tornou-se um obstáculo à expansão da cidade

² A renda diferencial é caracterizada pelo investimento em infra-estrutura que agrega valor ao solo

além de contribuir para a ocupação das áreas alagadas, ocupação do “miolo” das quadras do centro da cidade formando vilas e passagens e a construção de prédios no centro da cidade, adensamento decorrente da dificuldade de acesso aos serviços além da 1ª légua patrimonial. (Trindade Jr,1993).

Paracampo (2001), destaca que as ocupações coletivas da população de baixa renda se articulam em um processo de periferização / metropolização da pobreza na Região Metropolitana de Belém - RMB com destaque para três vetores (ver figura 03) :

- O primeiro com as ocupações coletivas na área central da RMB, basicamente nas chamadas áreas de baixadas restritas ao Município de Belém nas décadas de 60 e 70.

- Um segundo envolvendo as ocupações na chamada área de transição, que se constituiu na formação de bairros com famílias removidas das áreas urbanizadas no centro de Belém.

- E por fim, um terceiro, no qual , as ocupações coletivas expulsas do centro migram em direção à área de expansão, no sentido nordeste da RMB, envolvendo primeiramente a região de Ananindeua e Ilhas, e posteriormente os novos municípios.

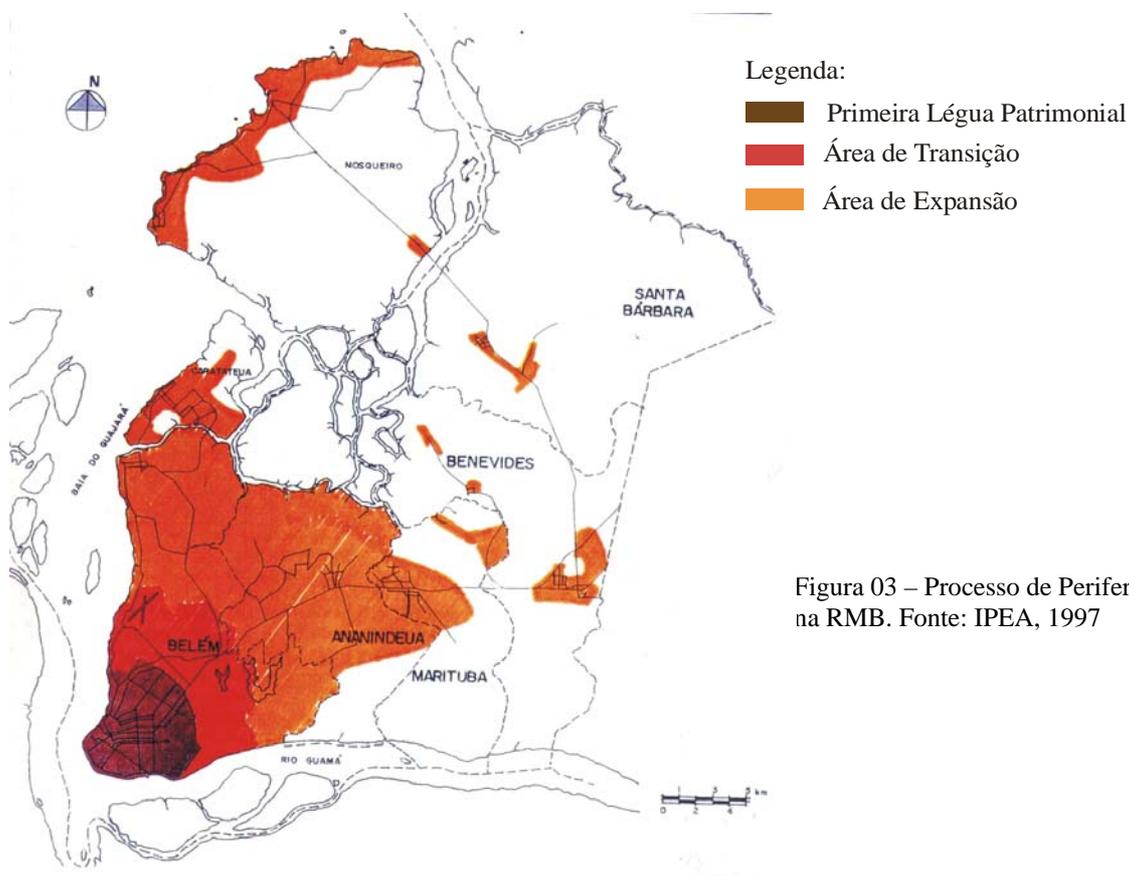


Figura 03 – Processo de Periferização na RMB. Fonte: IPEA, 1997

A partir da década 60, o crescimento populacional foi favorecido, em função do Programa de Integração Nacional (PIN) idealizado pelo Governo Federal, que tinha como objetivo viabilizar a integração nacional através da construção de um sistema de rodovias e o povoamento da Amazônia, propiciados por incentivos fiscais e projetos agropecuários que vão acentuar as tensões sociais com a corrida às terras “ociosas” da Amazônia.

Como parte do projeto, a construção da rodovia Belém- Brasília, integrou regiões isoladas ao Sudeste do Brasil que, de acordo com Ferreira (1995) repercutiu de maneira decisiva na transformação da estrutura intra-urbana belenense. A penetração de produtos industrializados do Centro-Sul do país sufocou inúmeros setores da produção local, e posteriormente os grandes projetos de mineração, de hidroelétrica e experimentos agrícolas como o projeto da ICOMI em Macapá, do Jarí e Tucuruí no estado do Pará e a abertura de estradas como a Cuiabá-Santarém e Transamazônica interligaram núcleos urbanos a eixos rodoviários, o que propiciou a migração às cidades e a formação de novos núcleos urbanos às margens das rodovias de integração acelerando o crescimento de bairros pobres e periféricos.

Nas décadas de 60 e 70 ocorre um adensamento mais restrito ao município de Belém. Até a década de 60 o centro de Belém já estava consolidado, quando se iniciam os trabalhos de drenagem em áreas de baixadas com o Projeto CURA, que resultou no saneamento da Doca de Souza Franco.

Conforme abordado no Capítulo II, os habitantes dessas invasões foram atingidos pela política vigente do BNH e através da COHAB foram remanejados para conjuntos habitacionais construídos além da primeira légua patrimonial. Concomitante à esta ação, no centro de Belém, o processo de verticalização se dava de forma mais intensa, estando os terrenos de cotas mais altas concentrados nas mãos de pessoas com maior poder aquisitivo.

Dessa forma, o adensamento populacional em Belém se intensificou na década de 80, quando a cidade passa a ser o centro das provisões de serviços e oportunidades do estado. De acordo com dados do IDESP/1986 entre 1950 e 1990 as populações de Belém e da RMB cresceram respectivamente de 255 e 268 mil para 1.099.008 e

1.390.276 milhões de habitantes. Esse período é caracterizado por tensões disseminadas pela luta por posse de terra no campo, escassez de trabalho e conseqüentemente um alto fluxo migratório da população rural de regiões circundantes que migram para cidade.

De acordo com Cardoso (2002), a década de 80 foi uma década de conflitos favorecida pela abertura política, que acontecia em todo país e permitia lutas contra a repressão. A trajetória da produção de assentamentos informais foi pautada pela ação de vários agentes dentre eles policiais, que eram convocados para a remoção de moradores de invasões localizadas em áreas institucionais, igreja Católica, organizações profissionais (advogados, arquitetos, assistentes sociais, sociólogos, etc.) que apoiavam as associações representativas das comunidades, e por políticos que se aproveitavam do momento para ganhar visibilidade, etc.

Acredita-se que o espaço constituído de invasões era considerado provisório pelas autoridades locais, de forma que a ocupação das áreas alagadas localizadas próximo ao centro da cidade, denominada de baixadas se deu sob o olhar omisso das autoridades, a exemplo do âmbito nacional, não houve a formulação de nenhuma política pública no estado a fim de propiciar o acesso a terra a essa demanda. A ênfase na regularização da propriedade da terra tinha como proposta o remanejamento de invasores para terras firmes mais afastadas do centro, considerada a melhor solução, apesar das claras desvantagens em termos de distância, acesso a fontes de trabalho e de disponibilidade de serviços urbanos.

Sobre as ocupações das áreas de baixada, observamos em particular os assentamentos informais - Riacho Doce e Pantanal localizados na Bacia do Tucunduba. Com efeito, Ferreira (1995) enfatiza que, a produção do espaço urbano na Várzea do Tucunduba, em específico nos terrenos da UFPa por famílias de baixa renda, concretizou-se através de diversos momentos e fases, caracterizadas cada uma por técnicas e materiais específicos. Nas áreas alagadas, é comum que as primeiras ações sejam realizadas pelos próprios moradores, abrindo ruas, aterrando-as primeiramente com lixo, serragens de madeira e caroços de açaí, sendo este procedimento insuficiente para resolver os problemas de alagamentos e inundações.

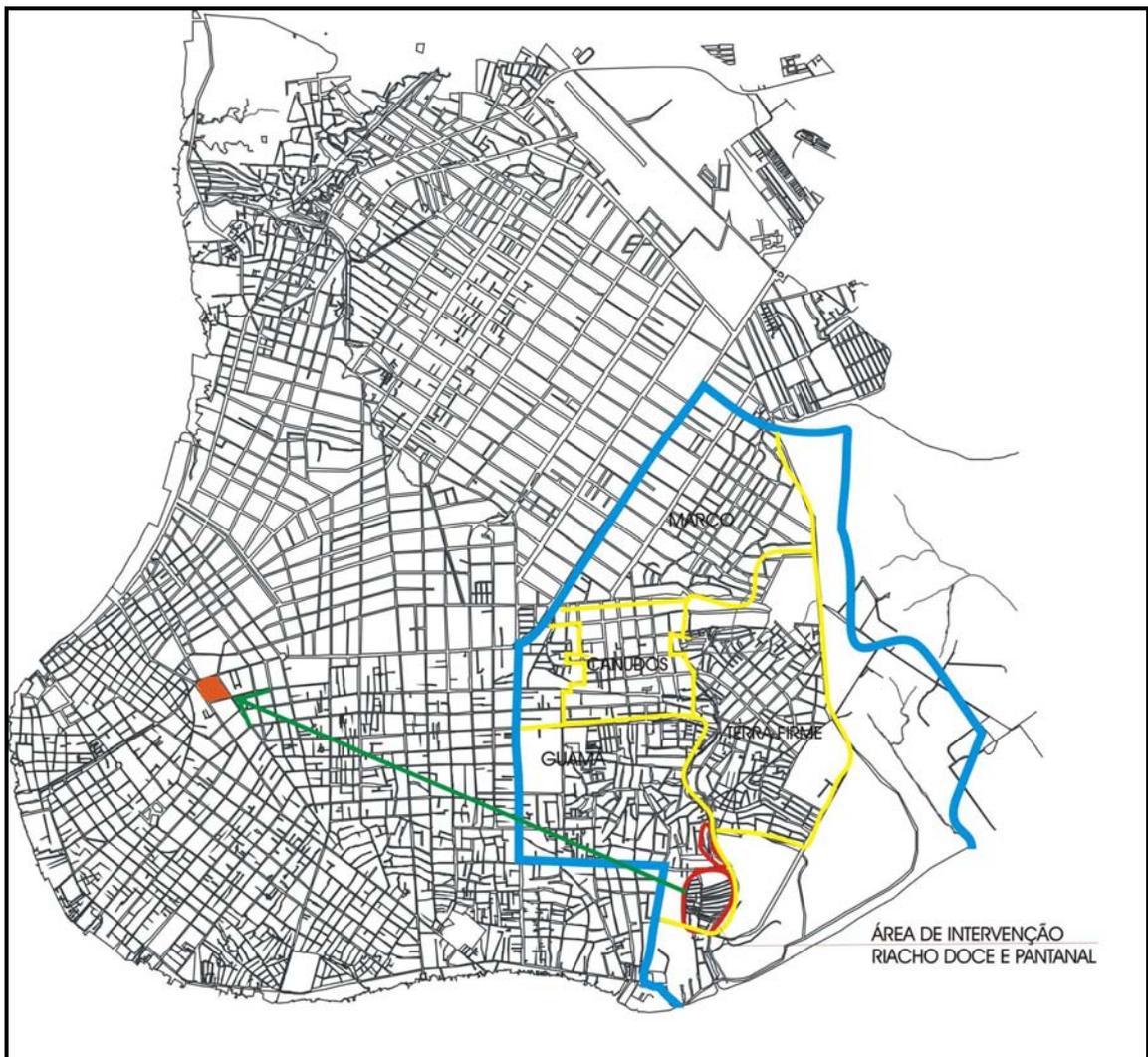
3.2 Caracterização das áreas do Riacho Doce e Pantanal

3.2.1 Localização

As áreas do Riacho Doce e Pantanal localizam-se dentro da área da Bacia do Tucunduba. A Bacia do Tucunduba está localizada a sudeste da cidade de Belém, sendo afluente do Rio Guamá possui, aproximadamente, 1.055ha, sendo que cerca de 575ha são áreas de “baixadas”, correspondendo a 21,02% das áreas de várzea de Belém (PMB/PDLRDP,2001 a).

A Bacia caracteriza-se por ser a 2º maior bacia e a única ainda navegável. É composta por 13 canais, com 14.175 metros de extensão dos quais 7.865 metros são retificados. Esta Bacia é constituída pelos Igarapés do Tucunduba, Lago Verde, Caraparú, 2 de Junho, Mundurucus, Gentil Bittencourt, Nina Ribeiro, Santa Cruz, Cipriano Santos, Vileta, União, Leal Martins e Angustura. O Tucunduba é o principal Igarapé da Bacia, com 3.600 metros de extensão, sendo este curso d’água e seus afluentes os responsáveis pelos alagamentos dos terrenos localizados nos bairros que compõem a referida Bacia. A Bacia abrange os bairros Universitário, Terra Firme, Guamá, Canudos e Marco (PMB/PDLRDP,2001 a).

Os dois assentamentos estão inseridos nos bairros do Guamá e Terra Firme, delimitadas pela poligonal definida pela Av. Perimetral, Av. Augusto Corrêa, rua Barão de Igarapé Miri, Pass. Ji Paraná e Limite interno da Faixa de Domínio do Igarapé do Tucunduba. As ocupação espontâneas Riacho Doce e Pantanal são áreas contíguas, localizadas no Bairro do Guamá, às margens do Igarapé do Tucunduba, situam-se à cerca de 5 Km (em linha reta) do centro da cidade (confluência com a Av. Presidente Vargas com a Av. Nazaré – Ed. Manoel Pinto da Silva).



Legenda:

- █ Delimitação da Bacia do Tucunduba
- █ Bairros pertencentes à Bacia do Tucunduba
- █ Área de estudo
- █ Distância do assentamento ao centro de Belém em linha reta

Figura 04 - Localização da área de intervenção
 Fonte: PMB/ 2000 – Adaptado pela autora

3.2.2 A formação dos assentamentos

a) Riacho Doce

A área do Riacho Doce até a década de 80 era ocupada apenas por uma olaria que aproveitava o tipo de solo para a fabricação de tijolos e uma outra área às margens do Igarapé era ocupada por uma fábrica de palmito. Ao longo da margem do Igarapé havia uma mata de várzea que foi gradativamente substituída palafitas. (PMB/PDLRDP,2001d:21). A ocupação, como movimento político, ocorreu no dia 04 de setembro de 1990 em meio a muitos conflitos com os supostos proprietários do terreno.

Em 1991, cerca de 100 famílias já ocupavam a área, no entanto não existia nenhum tipo de infra-estrutura. Em face dessas dificuldades, consolidaram-se movimentos populares de bairros, que passaram a denunciar as precárias condições de vida nesses espaços urbanos, e a exigir investimentos públicos, muito comuns em períodos eleitorais, para a implantação de serviços infra-estruturais e sócio-culturais (rede de esgoto, saneamento, arruamento, educação e saúde. As condições de vida eram as piores possíveis como relata uma moradora residente nas área do Riacho Doce desde o início da invasão.

(...)“Enchia tudo, tinha uma correnteza horrível. A água a gente pegava na Universidade e numa torneira na Barão de Igarapé Miri. Até que o Jader Barbalho mandou puxar água pra cá. E antes dele puxar a água pra cá ele mandava o carro pipa vim abastecer aqui. A gente passava o dia e a noite pra pegar água. Quanto a energia puxamos um gato da Barão. Quando eu vim morar pra cá eu tinha que pagar 5 cruzeiros para ligaram o gato, aí a Celpa vinha e desligava, e quando a Celpa ia embora, avisa que já ia e que a gente podia ligar de novo. Todo dia era isso, eles desligavam e a gente ligava. Aí o pessoal fez abaixo assinado, aí conseguimos colocar água e luz aqui. Não tinha rede de esgoto e a água ficava empossada” (Srº A. moradora do Pantanal)



Figura 05 – Estivas no Pantanal.
Fonte: PMB/PDLRDP,2001a



Figura 06 – Situação do início da ocupação no Pantanal.
Fonte: PMB/PDLRDP,2001a



Figura 07 – Navegabilidade do Rio Tucunduba
Fonte: PMB/PDLRDP,2001a



Figura 08 – Rua da Olaria antes do projeto
Fonte: PMB/PDLRDP,2001a

Sobre o processo de regularização fundiária, em virtude dos conflitos gerados pela posse de terra, em 1991 e em 1992 o então governador Jader Barbalho, desapropriou as áreas correspondentes ao Riacho Doce (PMB/PDLRDP,2001d). Entretanto, de acordo com Araújo (2004:56/57), esses decretos não geraram efeitos jurídicos. Assim, “apesar de todos dos documentos citarem a Santa Casa de Misericórdia do Pará como possível proprietária, a CODEM forneceu um atestado informando que em função do regime enfiteutico, a área do Riacho Doce pertence ao patrimônio da PMB” (PMB/PDLRDP,2001b:2) por estar inserida no limite da Primeira Légua Patrimonial.

O traçado das ruas do assentamento, apresenta-se em forma de espinha de peixe (ver figura 08) , e revela que a configuração do espaço segue uma racionalidade própria dos espaços projetados, embora domine a espontaneidade no processo de ocupação. Cardoso (2002) afirma que a ocorrência de obras oficiais de melhoria na bacia durante o final

dos anos 80, que consistiram na construção de canais, aterros e regularização de ruas melhorou a estrutura espacial local pela criação de uma hierarquia legível de ruas curtas e de caráter local.

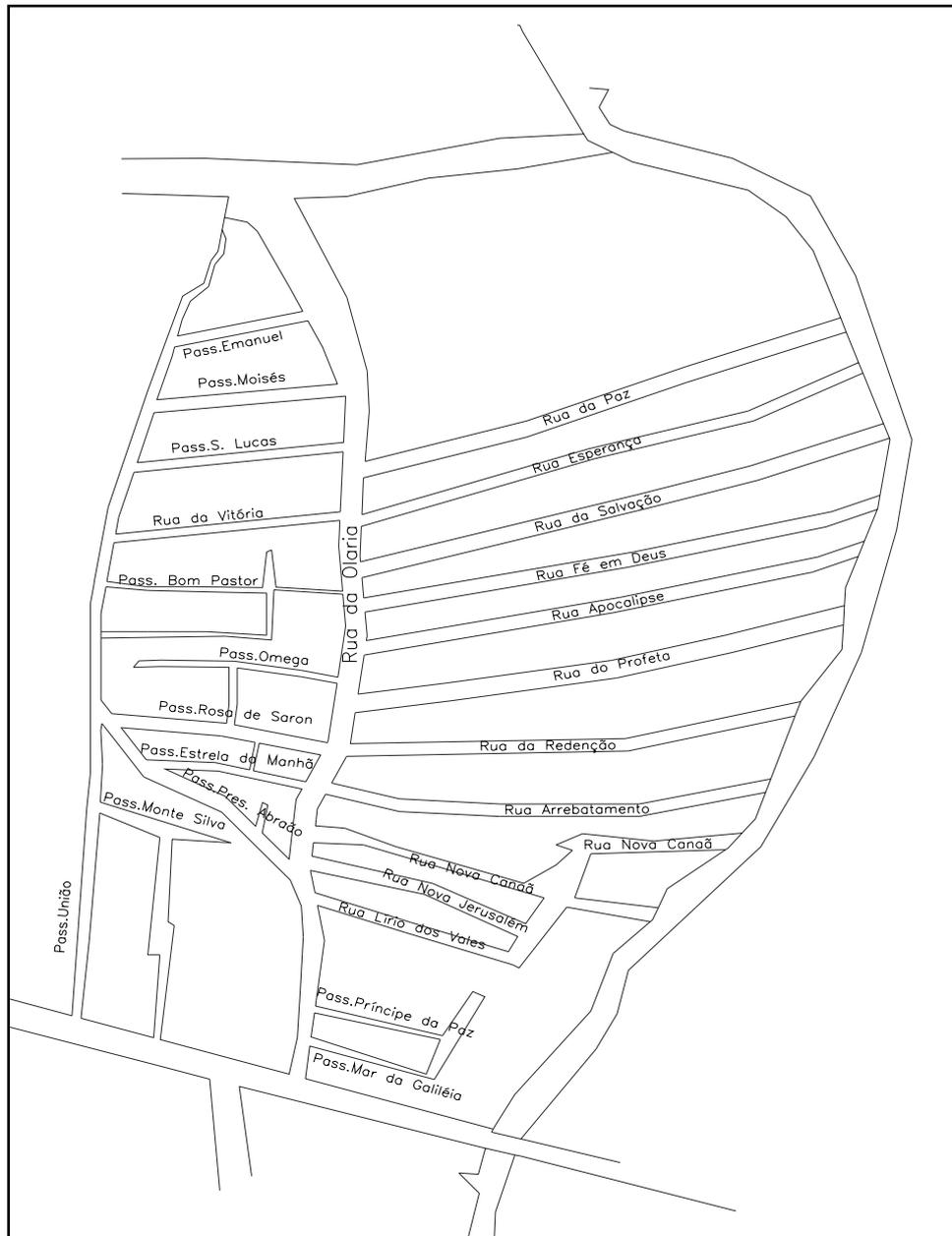


Figura 09 - Traçado das ruas do Riacho Doce em formato em espinha de peixe.
Fonte: CODEM, 2000

A via principal de acesso é a Rua da Olaria, foi a primeira rua aberta durante a ocupação e corta o assentamento do Riacho Doce transversalmente. Nesta rua observa-se uma

convergência das demais ruas do assentamento que a destaca como a rua de maior acessibilidade para o pedestre. Os nomes das ruas possuem conotação religiosa devido a forte presença da religião no assentamento (PMB/PDLRDP,2001 d)

A distribuição das ruas e a organização da área deram-se pela divisão do terreno em quadras, num total de 25. Nota-se que os limites de tais quadras correspondem às faces das habitações, organizadas lado a lado, ou ao conjunto de pequenas passagens que juntas compõem uma quadra. Tal configuração não obedecem ao padrão urbanístico daquilo que se classifica como quadra.

b) Comunidade do Pantanal

A área de ocupação do Pantanal encontrava-se sob domínio útil da UFPA, que posteriormente passou ser de domínio da CODEM compondo, atualmente, parte de seu patrimônio, controlado pela PMB (PMB/PDLRDP,2001d). De acordo com PDL a área denominada de Ilha Pantanal originou-se a partir de um processo de ocupação desordenada durante os meses de maio e agosto de 1990, recebeu esta denominação pôr se tratar de uma pequena ilha de mata fechada localizada às margens do Igarapé Tucunduba.

Segundo Costa (1998: s/pg) a formação da Comunidade do Pantanal ocorreu através da ocupação e criação de três passagens: a Primeiro de Agosto, a João Monteiro, assim denominada em homenagem a um vereador da época, e a Beirar-Mar. Assim como no Riacho Doce, os lotes foram divididos e a construção das moradias do tipo palafitas ocorreu de forma desordenada, inclusive com ocupações no leito do Igarapé. Sem saneamento básico, sem abastecimento de água e energia elétrica.

Durante o processo de organização sócio-espacial a comunidade do Pantanal recebeu apoio de organizações não governamentais, mas principalmente receberam o apoio da Comunidade dos Padres Capuchinhos, atuantes até hoje na área. A Igreja Católica implantou na área do pantanal a Comunidade Nossa Senhora Aparecida que conta com um ambulatório, uma creche e várias casas que foram destinadas ao atendimento da comunidade na organização de uma cooperativa, um clube de mães e um centro comunitário.

3.3 As intervenções ocorridas na Bacia do Tucunduba

Antes de apresentarmos o Plano de Desenvolvimento Local, se faz necessário uma revisão sobre as intervenções ocorridas na Bacia do Tucunduba e que influenciaram diretamente sobre o projeto atual. As intervenções na Bacia do Tucunduba foram iniciadas com os projetos Infra-Marco e Habitar Brasil. O objetivo do Projeto Infra-Marco era implementar a macrodrenagem nos canais das Travessas Angustura, Leal Martins, Timbó e Vileta, no bairro do Marco. Já o Projeto Habitar Brasil, iniciado em 1996, previa a construção dos canais da Rua dos Mundurucus, Av. Gentil Bittencourt, Travessa Cipriano Santos e Rua Santa Cruz, contando com um montante de R\$ 6 milhões (seis milhões de reais) para serem aplicados até 21/01/97. O governo municipal obteve, no entanto, uma prorrogação do prazo desses convênios com a CAIXA (Barbosa, 2003:19).

Durante a análise dos projetos Infra-Marco e Habitar Brasil verificou-se que os mesmos não consideravam o igarapé do Tucunduba na sua totalidade e as ações de macrodrenagem estavam previstas apenas para as partes intermediárias dessa Bacia. Nesse caso específico estas ações, tais como a concretagem das margens do igarapé, davam conta do problema de assoreamento do leito d'água de modo parcial e imediato, mas não resolviam a questão da insalubridade das habitações inseridas na Bacia e nem tratavam a retirada das benfeitorias edificadas sobre os leitos dos igarapés. Segundo Cardoso (2002) esta intervenção resultou em ações de melhorias isoladas e desconectadas, conforme a disponibilidade do financiamento.

De acordo com relatório elaborado por Barbosa (2003:20), em 1998, a PMB, com base nos problemas detectados e, com o intuito de minimizar seus efeitos, determinou a realização de estudos para redimensionar as intervenções de macrodrenagem na Bacia do Tucunduba. Porém, esta nova versão ainda mantinha o revestimento em concreto. Esta concepção foi mudada em janeiro de 2000, quando foi desenvolvido o Projeto Tucunduba, em concordância com o projeto de gestão de rios urbanos ³.

Além da mudança do projeto de revestimento do Igarapé, foram implantados procedimentos urbanísticos como: urbanização da margem do Igarapé (saneamento e implantação de vias pavimentadas, rede de água potável, eletrificação e instalação de telefonia) que contribuiu para a melhoria das condições de vida dessa população, que até então vivia em situação precária, e que renderam ao Projeto Tucunduba o Prêmio Global de Excelência 'Best Practices and Local Leadership Programme' (BLP)⁴.

O Projeto Tucunduba consistiu na retificação do Igarapé Tucunduba e o revestimento natural de seu leito bem como a drenagem pluvial das vias longitudinais e transversais, além da implantação de ciclo faixas e iluminação pública. O projeto contou ainda com a construção das pontes na Travessa Barão de Igarapé-Miri e na rua São Domingos favorecendo a ligação intermodal para o embarque e desembarque de mercadorias nos dois portos, também localizados na travessa Barão de Igarapé-Miri e na rua São Domingos. Esses portos contam com pátios de 2.000 m² cada, para o armazenamento e transbordo de cargas. Foram construídos taludes em concreto armado, que servem para o ancoradouro das embarcações, e a área contou com pavimentação em blockret.

A proposta de revestimento natural no Igarapé reduziu custos, possibilitando a ampliação das metas de drenagem e pavimentação. Foi possível realizar a pavimentação asfáltica, das avenidas marginais, assim como a pavimentação em blockrets das vias transversais das áreas Riacho Doce, Pantanal e Nova Terra Firme, adjacentes ao Igarapé. Entretanto, como o recurso não conseguiu abranger toda a área do assentamento, beneficiou apenas a parte adjacente ao igarapé até a Rua da Olaria.

³ O Programa "Gestão dos Rios Urbanos é coordenado mundialmente pelo CNUAH/HABITAT e é financiado pelo PNUD. Na gestão dos rios urbanos o PGU atua como consultor em 130 países. Belém faz parte da Rede Norte/Nordeste, inserida na Coordenação Regional para a América Latina e Caribe (PGU/ALC), com sede em Quito (Equador). As cidades nordestinas são Icapuí (CE), Maranguape (CE), Maracanaú (CE) e Independência (CE). O Projeto Tucunduba é financiado com 73% dos recursos oriundos de empréstimos junto ao FGTS, administrado pelo Conselho Curador do FGTS e pela CAIXA, com a contrapartida de 27% de recursos próprios da PMB (Brabosa 2003).

⁴ A cada dois anos, a CAIXA promove a escolha de 20 Melhores Práticas em Gestão Local, articulada com o Prêmio Global de Excelência 'Best Practices and Local Leadership Programme' (BLP), conduzido pelo CNUAH/HABITAT. Dentre as 20 Melhores Práticas, 10 são selecionadas para serem inscritas no BLP a fim de concorrer ao prêmio internacional Melhores Práticas. As experiências premiadas são agraciadas com diploma e troféu, além de serem inseridas em um banco de dados, com apoio técnico/financeiro para realização de estudo de caso, permitindo a difusão nacional, regional e internacional de seus resultados e contribuindo, desta forma, com a Agenda HABITAT.

Na área beneficiada, durante visita *in loco*, constatamos alguns problemas referentes à obra como a precariedade do abastecimento de água. Observou-se que a água só chega até as torneiras mais baixas a cerca de 30 centímetros do nível da rua e algumas residências que não interligaram seu sistema de esgoto à rede coletora e que continuam despejando a água servida diretamente no solo que fica acumulada de baixo das casas.

Técnicos do projeto afirmam que algumas ruas foram pavimentadas, sem a prévia a realização dos serviços de sistema de esgoto e que recentemente foi contratada uma empresa para mapear os locais desprovidos do sistema, haja vista, que o programa extrapolou uma gestão municipal e após a mudança de governo a nova gestão não teve acesso à memória de execução do projeto. De acordo com a equipe, o escritório do projeto PDL recebeu os computadores sem nenhum arquivo.

Houve necessidade de remanejamento das residências localizadas às margens do Igarapé do Tucunduba. Optou-se por desapropriar uma área localizada distante do local da intervenção, que de acordo com o projeto comportaria uma estrutura urbanística constituída por: construção de casas, de escola, de posto médico; implantação de rede de abastecimento de água, não só para os projetos supra mencionados, mas para o bairro.

Portanto, no período de 1997 a 1999, durante a execução dos projetos Infra-Marco e Habitar Brasil os procedimentos adotados para o deslocamento das famílias foram: o reassentamento das famílias no conjunto habitacional Eduardo Angelim, conjunto construído na área de expansão de Belém, a partir da sobra financeira oriunda da reavaliação e reformulação dos projetos supra mencionados e a indenização dos imóveis retirados, quando se passou então a solicitar que as famílias procurassem casas onde houvesse regularização fundiária, dentro de padrões de avaliações compatíveis com as benfeitorias existentes para que o poder público pudesse comprá-las. Com isto visava-se minimizar o impacto causado com o reassentamento (Barbosa, 2003:26).

No período de 2000 a 2003, já com a Macrodrenagem do Igarapé do Tucunduba em andamento, destacaram-se questões como a indenização dos imóveis e início da permuta de casas com moradores que se encontravam fora da faixa de domínio, mas desejavam ser proprietários de unidades sanitárias, ainda que em área distante do local onde residiam. Assim, aquele que se encontrava dentro da faixa de domínio, a seu critério,

poderia escolher entre: a) serem deslocados para o Conjunto Eduardo Angelim, b) ter sua benfeitoria indenizada para que com o dinheiro comprasse outro imóvel, c) encontrar alguém que, mesmo fora da faixa de domínio do projeto, aceitasse ser reassentado no Conjunto Eduardo Angelim, trocando seu imóvel com quem efetivamente deveria sair. (Barbosa, 2003:27).

Dessa forma, os critérios de avaliação para indenização ou troca dos imóveis pautaram-se em variáveis como o tamanho das áreas edificadas, os padrões de construção, o estado de conservação, e o uso dos imóveis (residencial, comercial ou mistos). As desapropriações, indenizações e remanejamentos foram realizados na faixa de domínio de 60 (sessenta) metros de largura do Igarapé Tucunduba. As obras de dragagem e revestimento foram concluídas, porém como os portos ainda não estão em funcionamento, o desembarque de produtos é feito desordenadamente em toda extensão do Igarapé, causando problemas pontuais no revestimento natural, como a morte das forrageiras e o início de processo de erosão nos espaços que não comportam o fluxo de movimentação de cargas.

3.4 O Plano de Desenvolvimento Local - PDL

O PDL – Plano de Desenvolvimento Local é um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), tendo como órgão executor a Secretaria Municipal de Saneamento – SESAN, financiado pela Caixa Econômica Federal através do Programa do Governo Federal Habitar-Brasil, financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O plano foi elaborado em 1996 pela Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Belém, que inseriu representantes de várias outras secretarias para a composição da equipe que viria a trabalhar no projeto (PMB/PDLRDP,2001b). Além disso, o Plano de Desenvolvimento Local veio complementar as ações do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, de responsabilidade da Secretaria de Saneamento do Município – SESAN, que já estava em andamento.

Os primeiros estudos para inserção da Prefeitura no Programa Habitar Brasil - BID foram iniciados em 1998, a assinatura do contrato com o BID aconteceu em setembro de 1999 e a concepção do projeto se estendeu até o ano de 2000, ano em que o projeto foi apresentado à Caixa. A proposta só foi apresentada às lideranças em fevereiro de 2001, período em que foi feito o levantamento censitário sócio-econômico na área e ocorrem as assembléias de discussão e aprovação do projeto executivo e, somente depois disso, foi assinado o contrato de repasse com a CEF.

O objetivo geral do plano é implementar projetos físicos de reurbanização em assentamentos precários, incorporados a práticas sociais que visam promover a qualidade de vida aos moradores dessas áreas e apresenta-se de forma inovadora ao estruturar-se a partir de uma perspectiva de construção de uma metodologia que considera a participação popular.

Dentro deste contexto, apresentamos os objetivos específicos do plano:

- Implementar um plano de desenvolvimento local que busque a universalização da cidadania, a conquista da sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida da população;
- Participação social e comunitária com controle social como princípio norteador das ações do plano;
- Fortalecimento da organização comunitária para construção e afirmação do poder popular;
- Resgate das lutas históricas / sociais na busca do conhecimento e reconhecimento das identidades culturais e sociais dos agentes sociais locais, para o fortalecimento de sua organização; Permanência das famílias no mesmo local de moradia, criando mecanismo de contenção de especulação imobiliária;
- Estabelecimento de padrões e procedimentos próprios para servirem de orientação às ações do governo municipal na implementação de programas e projetos da política urbana ambiental e de inclusão social. (PMB/PDLRDP,2001d:10).

Partindo dos objetivos específicos, podemos afirmar que a metodologia do plano o PDL é composta por dois segmentos de projeto: um físico que tem por objetivo urbanizar as áreas, por meio de drenagem pluvial, esgotamento sanitário, pavimentação, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, a construção de uma estação de tratamento de esgoto, além da construção e melhoria das habitações. E outro social, através do Programa Sócio-ambiental das localidades, incentivando o desenvolvimento comunitário e o controle social, serviços de atendimento e informações, geração de trabalho e renda, educação sanitária e ambiental e acompanhamento social às famílias remanejadas.

3.3.1 O Projeto Social

O Projeto Social se apresenta como um mecanismo de promoção da participação popular e controle social. O processo participativo, na cidade de Belém, teve início do governo municipal em 1997, na gestão do então Prefeito Edmilson Rodrigues, e se dava por meio do Orçamento Participativo ⁵ e posteriormente do Congresso da Cidade. A decisão pela execução do projeto de Macrodrenagem do Tucunduba e o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal foi tomada no âmbito do Orçamento Participativo.

De acordo com o programa apresentado pela prefeitura o objetivo principal do projeto social é fortalecer a prática pedagógica e política dos agentes sociais, reforçando o processo de luta pela garantia de direitos sociais mediante o planejamento democrático e a administração compartilhada de forma a possibilitar o exercício da cidadania, assim como, desencadear um processo articulado de mobilização e controle social do Plano de Desenvolvimento Local. O projeto é desenvolvido através do “Programa Sócio-Ambiental das localidades do Riacho Doce e Pantanal” e conta com os seguintes sub-programas:

⁵ A democratização da gestão passa a ser definida a partir das deliberações da população sobre onde deverá ser feita a aplicação dos recursos públicos.

- Desenvolvimento comunitário / controle social o que inclui a formação das lideranças e a organização de atividades que estimulem o trabalho em parceria e a mobilização social;- Serviço de atendimento e informação destinados a orientar e encaminhar às famílias para os serviços já implantados e que estão à disposição na área;
- Geração de trabalho e renda a fim de garantir a sustentabilidade das famílias dentro da área de atuação do projeto;
- Educação sanitária e ambiental o que envolve trabalhos de conscientização sobre o meio-ambiente;
- Acompanhamento social às famílias remanejadas; (PMB/PDLRDP,2001d:100).

Os sub-programas vêm sendo desenvolvidos através de cursos e oficinas. Dentre os sub-programas observamos que o mecanismo de controle social da ação da Prefeitura se deu a partir da criação da Comissão de Fiscalização (COFIS), e tinha como objetivo dialogar com as coordenações dos projetos implementados na cidade a fim de conseguir efetuar mudanças identificadas e solicitadas pela população para as obras. No Plano foi constituído um Conselho de Fiscalização e Monitoramento (CFM), uma espécie de COFIS, que também tinha o objetivo de acompanhar as obras da Macrodrenagem do Tucunduba e adaptação ou correção de erros identificados pelos conselheiros, mas ampliado também ao Plano como um todo.

De acordo com a entrevista com um líder comunitário, a escolha dos agentes participante das comissões se deu a partir do mapeamento das lideranças formais e informais na área de acordo com os tipos de serviços prestados à comunidade como exemplo: religiosos, assistenciais, educacionais, musicais, etc. Os agentes ou mediadores seriam os interlocutores entre o poder público e as famílias atingidas pelo PDL, ficando então, uma liderança para cada 50 famílias, sendo que se em uma quadra houvessem 51 famílias teriam 2 representantes. Também foram consideradas as agências de organização social localizadas na área de entorno do projeto, por considerar que a intervenção proposta interfere diretamente na dinâmica urbana dos bairros onde as obras serão executadas.

Ainda como uma medida para garantir a elevação da qualidade de vida das famílias seria realizada a revitalização econômica da área simultaneamente ao desenvolvimento de Macrodrenagem do Igarapé Tucunduba, estavam previstos:

- A drenagem do Igarapé o que garantirá sua navegabilidade, o que facilita a transito de barcos – meio de transporte importante para a economia local;
- A construção de dois portos para a atração dos barcos;
- A edificação da estrutura física onde funcionará o pólo turístico, e a construção de quiosques para a formação de uma feira, previsto no subprograma de Geração de Trabalho e Renda. A implantação do pólo-turístico deveria revitalizar a economia local e ainda facilitaria a consolidação de um novo espaço de lazer e de freqüência turística na cidade.

3.3.1.2 Mecanismo para conter a expansão da área.

Como medida preventiva objetivando a contenção de um possível aumento no número de ocupantes da área foram utilizados os seguintes mecanismos:

- **Cadastro Censitário** de todas as famílias residentes. Foi realizado pela equipe do PDL o cadastramento de todas as 1.537 famílias residentes nas Comunidades do Riacho Doce e Pantanal. Tal cadastro tinha como objetivo o controle das famílias que seriam beneficiadas pelo projeto. Na etapa de discussão e deliberação sobre a proposta com as lideranças comunitárias foi enfatizado que o cadastro seria uma medida de controle sendo inclusive acordado em assembléia que o mesmo seria o registro oficial das famílias que habitavam a área do projeto e que não seria aceita a entrada de novas famílias.
- **Fiscalização permanente:** A fiscalização é outro instrumento utilizado para o controle da expansão da área. O serviço deveria ser desenvolvido pelos técnicos da PMB e pela comunidade.

- Fiscalização realizada pelos técnicos da PMB: por já estar em execução o Projeto co-localizado de Macrodrenagem do Igarapé Tucunduba a Prefeitura manteve na área em questão uma equipe permanente de fiscalização, afim de evitar novas construções de habitações nos espaços livres hoje existentes : sistemas viário, ruas, a faixa de domínio do Igarapé. O orientado por ocasião da ocupação da identificação de uma nova construção seria a imediata notificação a família e orientação para que a mesma fizesse o desmonte, caso a família não o fizesse a equipe da PMB exercitaria a demolição da construção.

- Fiscalização pela Comunidade: as lideranças comunitárias foram orientadas sobre a importância da própria comunidade exercer a fiscalização e controle, não permitindo que novas famílias ingressem na área o que poderia inviabilizar a execução do projeto. Na etapa de adesão familiar, prevista para o período de noventa dias após a contratação, seriam feitas as visitas e assembléias onde todos seriam informados sobre o cadastro censitário já realizado e o não aceite para o atendimento pelo projeto de famílias não cadastradas.

- **O projeto urbanístico** previa a utilização de todos os espaços na área. Estando previsto a construção de unidades habitacionais na I e II etapas de execução do Plano de Desenvolvimento Local. Sendo necessário reservar uma área para a construção das unidades referentes a II Etapa. Tal área localizar-se-ia no local onde haveria o primeiro remanejamento das famílias do Riacho Doce, o que ocorreria somente no mês 8 e 9 de execução da I Etapa. Esse período de nove meses seria suficiente para a elaboração e avaliação do projeto executivo. Caso o projeto executivo da II Etapa não fosse aprovado a área destinada à construção das unidades habitacionais seria loteada e colocada à disposição do Projeto localizado de Macrodrenagem do Igarapé Tucunduba para futuros remanejamentos de famílias que se encontrassem no leito do Igarapé e/ou destinados à regularização fundiária, o que garantiria que não haverá espaços ociosos na área objeto de intervenção.

3.3.2 O Projeto Físico

São componentes oferecidos pelo projeto físico:

- Regularização urbanística.
- Soluções integradas de infra-estrutura.
- Regularização fundiária para a terra e benfeitorias.
- Melhorias e construção de habitações.

Vale ressaltar que o PDL vem complementar o projeto físico de macrodrenagem da Bacia do Tucunduba. A PMB, ao desenvolvê-lo buscou uma proposta de intervenção pautada no desenvolvimento econômico local e na gestão ambiental urbana, priorizando a recuperação de áreas degradadas das áreas de baixadas de Belém na Bacia do Tucunduba. O projeto proposto pretendia reorganizar as duas áreas de ocupação, Riacho Doce e Pantanal, como exposto acima parte das benfeitorias seria mantida e outra deveria ser retirada pelo remanejamento de famílias para novas unidades.

Para viabilizar o remanejamento das benfeitorias necessárias para o início das obras, as famílias que residiam na área onde as benfeitorias seriam retiradas e que aderissem ao projeto deveriam procurar uma casa para alugar e receberiam o auxílio aluguel no valor de R\$200,00 até que as obras fossem concluídas para a efetivação do remanejamento, e as famílias que não concordassem com projeto teriam suas benfeitorias indenizadas de acordo com a avaliação dos técnicos da prefeitura.

Ainda que se trate de duas áreas contíguas é possível a identificação de características físicas diferenciadas quanto a variação na forma dos arranjos espaciais, dos acessos e da densidade construtiva nas áreas-objeto de intervenção. A área do Pantanal possui uma tipologia linear, enquanto que a do Riacho Doce possui duas tipologias divididas pela Rua da Olaria: uma menos adensada, favorecida pelo projeto Tucunduba, que se localiza entre a Rua da Olaria e o igarapé do Tucunduba e outra área mais adensada que fica localizada entre a Rua da Olaria e o muro do terreno da COPERUFPA (ver Figura 09).

Portanto, em virtude destas características físicas diferenciadas, a área de intervenção foi dividida em setores para o estabelecimento das formas de ações específicas, assim como foram definidas duas etapas para a execução do projeto.

Em 2002, 85% das famílias aderiram ao projeto e passou-se à licitação das obras. Para viabilizar o desadensamento da área do Riacho Doce, o projeto físico previa a desapropriação de um terreno localizado na Av. Perimetral s/n entre as Ruas Augusto Corrêa e o Igarapé do Tucunduba, com dimensão de 70.935,12m² pertencente à União, mas sob a posse da Cooperativa Habitacional de Funcionários da UFPA, para a construção de um condomínio horizontal a fim de viabilizar a comunicação entre a área já ocupada e a área de expansão do projeto.

Para a efetivação da desapropriação da área, foi movido um processo judicial no ano de 2003, entretanto, no mesmo ano, devido ao alto valor imposto pela justiça para a compra do terreno, assim como das indenizações das benfeitorias construídas dentro do mesmo, não foi possível realizar a desapropriação do terreno, haja vista, que de acordo com o projeto Habitar Brasil, os custos referentes à regularização fundiária para viabilização do projeto são de responsabilidade do município.

Ao fim e ao cabo, o projeto físico teve que ser modificado, havendo a necessidade de formulação de uma segunda proposta que por não contar mais com a área física em questão resultou no adensamento da tipologia habitacional proposta. Neste trabalho, apresentaremos a primeira e segunda proposta a fim de compararmos os projetos físicos. A primeira proposta prevê duas etapas de implantação e a segunda prevê a construção de blocos de apartamentos e a construção da estação de tratamento de esgoto.

a) Primeira proposta:

Para organização do processo de remanejamento as áreas correspondentes as Comunidades do Riacho doce e Pantanal foram divididas em 06 setores (ver figura 09), a saber:

- SETOR 1: corresponde ao terreno, pertencente à Cooperativa Habitacional de Funcionários da UFPA, que deveria ser desapropriado pela PMB e destinado à construção de 500 unidades habitacionais;
- SETORES 2 e 3: área da Comunidade do Riacho Doce onde estão residindo as famílias que serão remanejadas;
- SETORES 4, 5, e 6: corresponde a área da Comunidade do Pantanal onde residem as famílias que serão remanejadas.
- Área para Obras Especiais: Área ocupada por uma fábrica de palmito desativada, localizada nas proximidades da Ilha do Pantanal. Esta área deverá ser utilizada para a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto que servirá as duas Etapas.

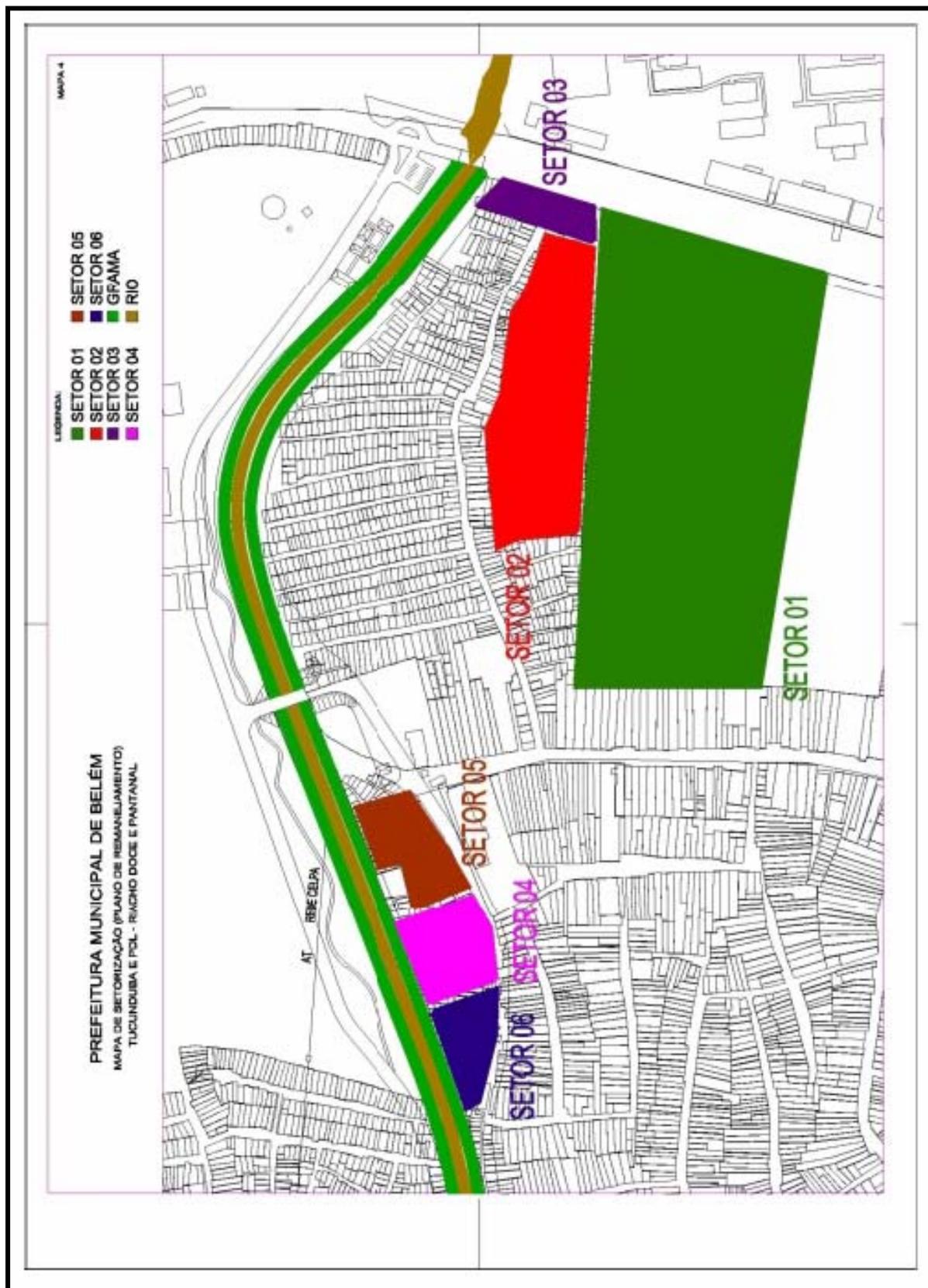


Figura 10 –Planta de Setorialização do PDL. Fonte: Fonte: PMB/PDLRDP,2001e.

a.1) Etapa I de realização das obras:

A primeira etapa do projeto previa o atendimento de 889 famílias, 188 localizadas na área do Pantanal e 701 famílias localizadas na área do Riacho Doce.

No **setor 1**, que correspondia ao terreno da COPERUFPA que não foi desapropriado, seriam oferecidas 609 unidades habitacionais, divididas em três diferentes tipos: unidades unifamiliares (embriões), num total de 307; 15 blocos habitacionais, com 8 apartamentos em cada um, totalizando 120 apartamentos; e 8 sobrados já existentes na área que seriam reformadas e abrigariam duas famílias em cada casa, com 60 m² cada, totalizando 16 unidades.

Como alternativa paralela, seriam oferecidos lotes urbanizados com as fundações executadas (Radier) para a auto-construção de 89 unidades através de cestas de materiais de construção, no **Setor 1**. Seriam executadas ainda 72 melhorias habitacionais, para reformas das benfeitorias que não fossem remanejadas e 141 módulos hidráulicos, em especial no **Setor 7** e seria iniciada a construção da Estação de Tratamento de Esgoto, com capacidade para 2000 famílias, na área destinada para obras especiais.

A área do Pantanal, denominada de **Setor 4, 5, 6**, possui 03 (três) igrejas (uma Quadrangular, uma da Assembléia de Deus e uma católica), além de 01 (uma) creche e 01 (uma) escola, ambas comunitárias. Esses equipamentos permanecerão no local. O sistema viário nesse trecho será reestruturado e receberá a pavimentação em blokret, e serão construídas 77 unidades habitacionais para remanejamento e o restante das famílias seriam remanejadas para a área de expansão (setor 1).

Neste momento também seriam executados os equipamentos comunitários previstos: uma creche a ser construída (**setor 2**), a construção de um centro comunitário no Pantanal e a reforma de uma das unidades habitacionais já existentes na Área de Expansão para a sede do centro comunidade do Riacho Doce, além da reforma de uma escola no Pantanal e duas praças.

As unidades habitacionais propostas resultariam na produção de lotes urbanizados, de 66,50 m², dotados de infra-estrutura básica, arruamento, drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água e rede de energia elétrica/iluminação pública que propiciariam a ocupação imediata das famílias.

Foram construídas unidades habitacionais unifamiliares previstas para as famílias inseridas no remanejamento de áreas degradadas e adensadas, tendo área mínima de 32 m² (trinta e dois), contando basicamente com quarto, sala, banheiro e cozinha, sendo destinado para cada unidade unifamiliar o montante de R\$ 8 mil (oito mil reais), conforme consta no manual do Programa Habitar Brasil/BID. Como unidades multifamiliares, serão construídos 15 (quinze) blocos de dois pavimentos, contendo 8 (oito) unidades habitacionais cada.

O projeto previa um sistema de parcelamento em módulos de 18,00 x 28,70m para 8 (oito) unidades habitacionais. A distribuição espacial interna das unidades habitacionais, que seria em dois níveis, contemplaria: sala, dormitório, banheiro, cozinha e área de serviço, perfazendo um total de 34,20 m² de área, onde também seria possível uma ampliação na ordem de 19,90 m², com a utilização do projeto estrutural proposto. O custo é de R\$ 12 mil/família (doze mil reais por família), sendo que R\$ 4 mil (quatro mil reais) serão contrapartida da Prefeitura Municipal de Belém / PMB.

As unidades seriam executadas em alvenaria, com paredes de 10cm de espessura (tijolo a singelo), recebendo camada de reboco fino. As esquadrias seriam confeccionadas em madeira, sendo que as portas seguiram a altura padrão de 2,10 m e largura mínima de 0,60 m; as janelas com dimensões de 1,00 x 1,20 m e folhas em persiana e balancim, com 0,60 x 0,50, basculante e com folha lisa. O piso seria executado em cimento queimado e junta plástica permitindo a aplicação de formas e cores diversas (pó xadrez). As unidades receberiam cobertura em telha cerâmica, tipo capa / canal sendo sua estrutura em madeira de lei devidamente tratada e descupinizada.

De forma geral, seriam construídas **609 novas unidades habitacionais**, divididas em três diferentes tipos: unidades unifamiliares (embriões), num total de 384; 15 blocos habitacionais, com 8 apartamentos em cada um, totalizando 120 apartamentos; e a

adaptação de 8 sobrados já existentes na área que seriam reformados e abrigarão duas famílias em cada casa, com 60 m² cada, totalizando 16 unidades.

a.2) Etapa II de realização de obras

Na etapa II estavam previstos remanejamentos no setor 2 de acordo com o estado das benfeitorias existentes em função da constatação de risco ambiental ou de desabamento. Para tanto, restariam 125 lotes urbanizados para construção de 125 unidades habitacionais unifamiliares.

Desta forma, seriam selecionadas as famílias que precisariam receber novas unidades. As que não fossem remanejadas mas que ainda se enquadrassem no critério de risco ambiental ou de desabamento receberiam melhorias habitacionais e módulos hidráulicos.

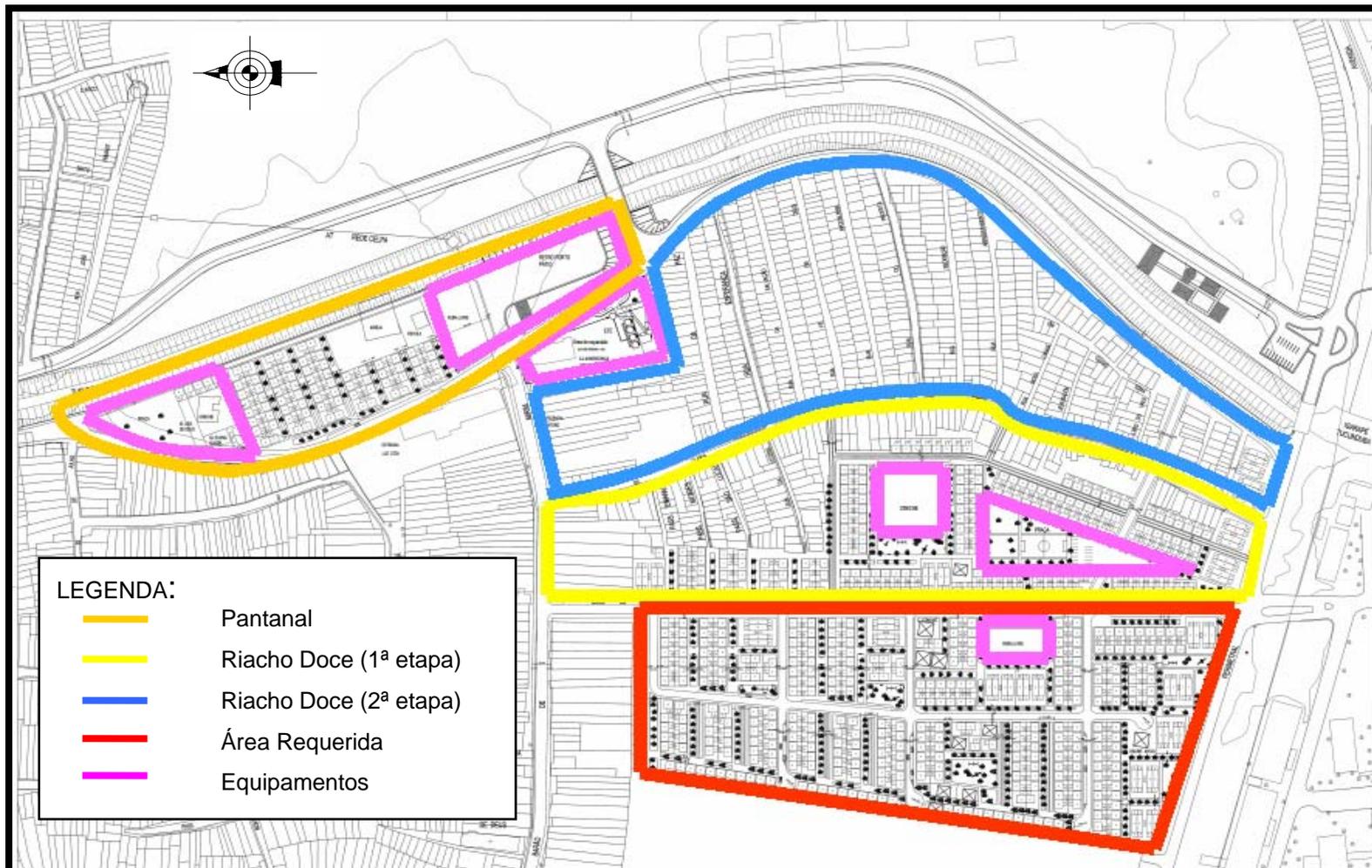


Figura 11: Mapa das etapas de construção da primeira versão do projeto físico (2001) (sem escala). Fonte: PMB/PDLRDP,2001e.

b) Segunda proposta:

Os problemas processuais referentes a não desapropriação do terreno tornaram-se um entrave para a continuidade das obras do projeto físico, atrasando o projeto em cerca de um ano.

A segunda proposta também se configura em duas etapas, entretanto, já não mais existindo a possibilidade de construção da área de habitações unifamiliares, a única proposta apresentada (e devidamente aprovada por 85% dos moradores das duas áreas) foi a de construir blocos de apartamentos na área da primeira etapa, localizada no Riacho Doce. Passando de 15 para 27 blocos de apartamentos, sendo 20 no Riacho Doce e 07 no Pantanal, em um terreno desapropriado pela Prefeitura (ver figuras 11 e 12). Os apartamentos que antes possuíam 34 m² de área construída, sendo reservados 19,90 m² para ampliação, agora possuem aproximadamente 50 m² de área construída, não sendo possível ampliações (ver figura 13).



Figura 12- Localização dos blocos habitacionais na área da primeira etapa do Riacho Doce na segunda versão do projeto, em 2004 (sem escala). Fonte: PMB, 2004.

LEGENDA:	
	Bloco Multifamiliar
	Unidade Familiar



Figura 13- Localização dos blocos habitacionais e unidades unifamiliares a serem construídas na área do Pantanal, na segunda versão do projeto, em 2004 (sem escala). Fonte: PMB, 2004.

LEGENDA:	
	Bloco Multifamiliar
	Unidade Unifamiliar

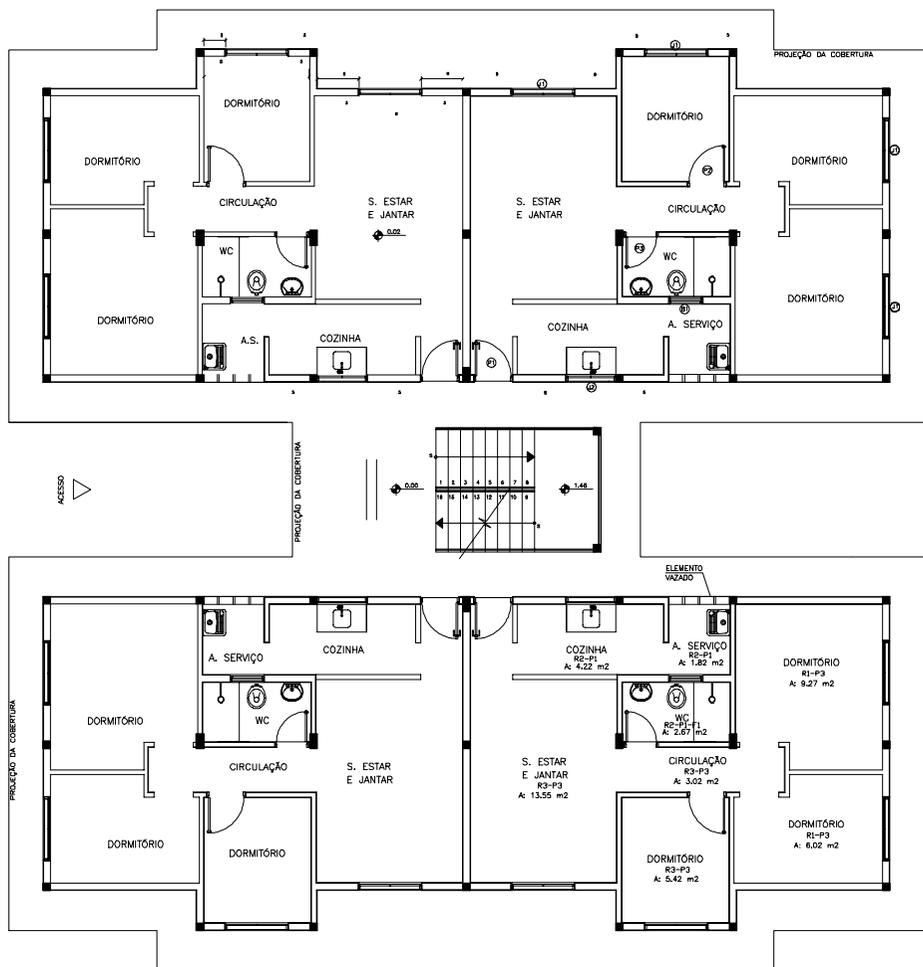


Figura 14 - Planta baixa do pavimento tipo na segunda versão do projeto (sem escala). Fonte: PMB, 2004.

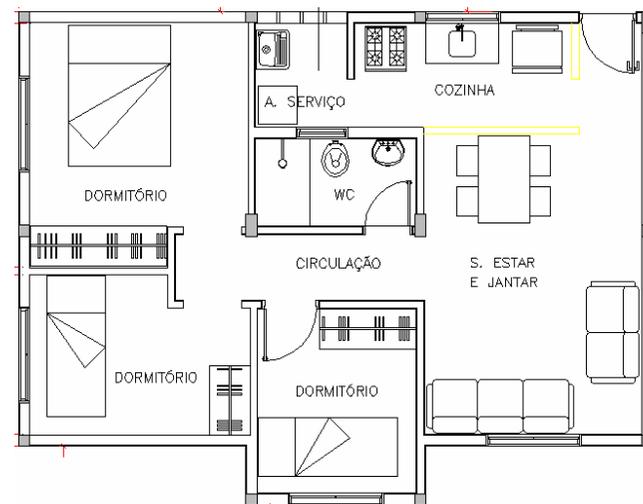


Figura 15 – Layout do apartamento tipo na segunda versão do projeto (sem escala). Fonte: PMB, 2004.

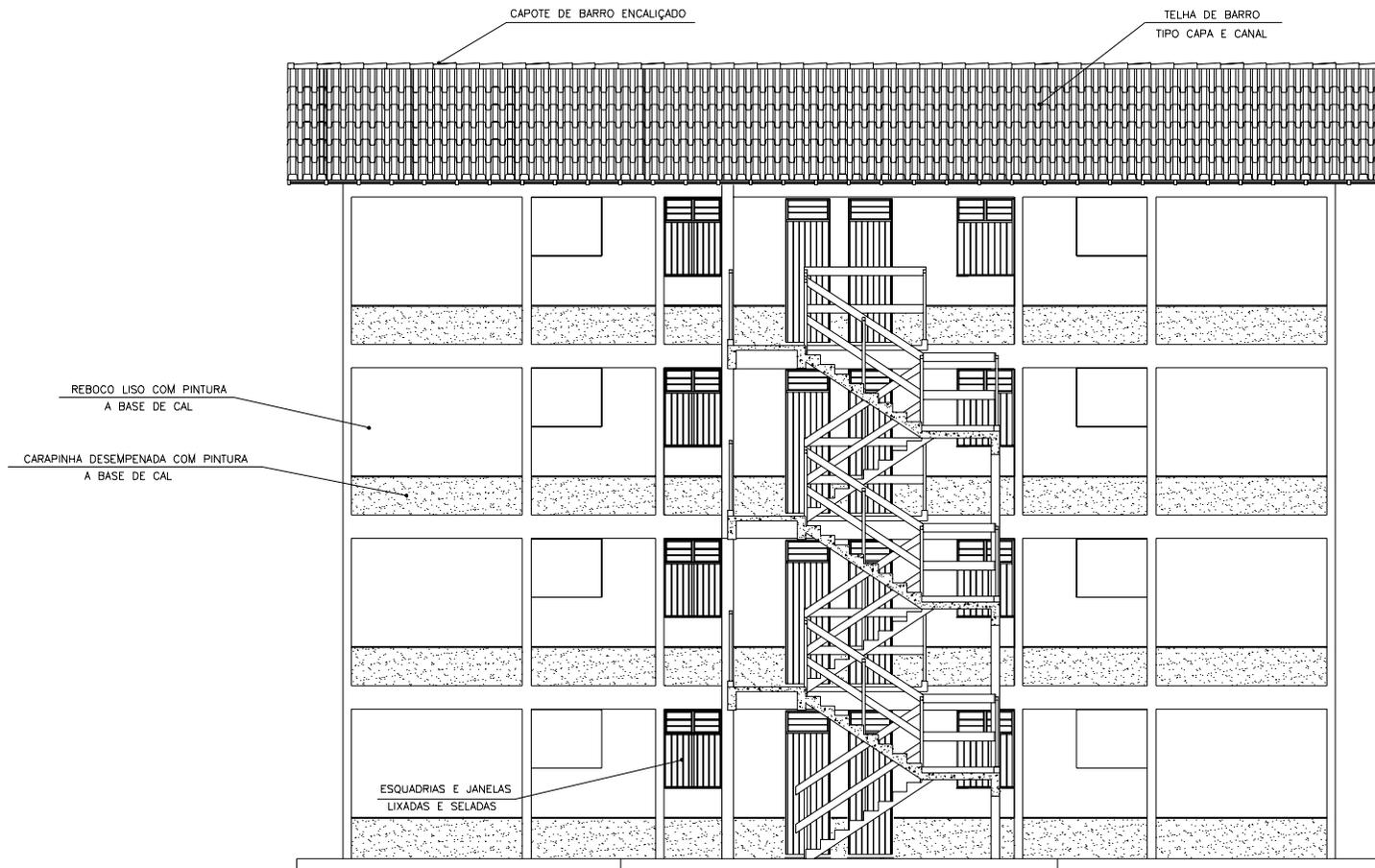


Figura 16 - Corte longitudinal dos blocos de habitação multifamiliar na segunda versão do projeto (sem escala). Fonte: PMB, 2004.

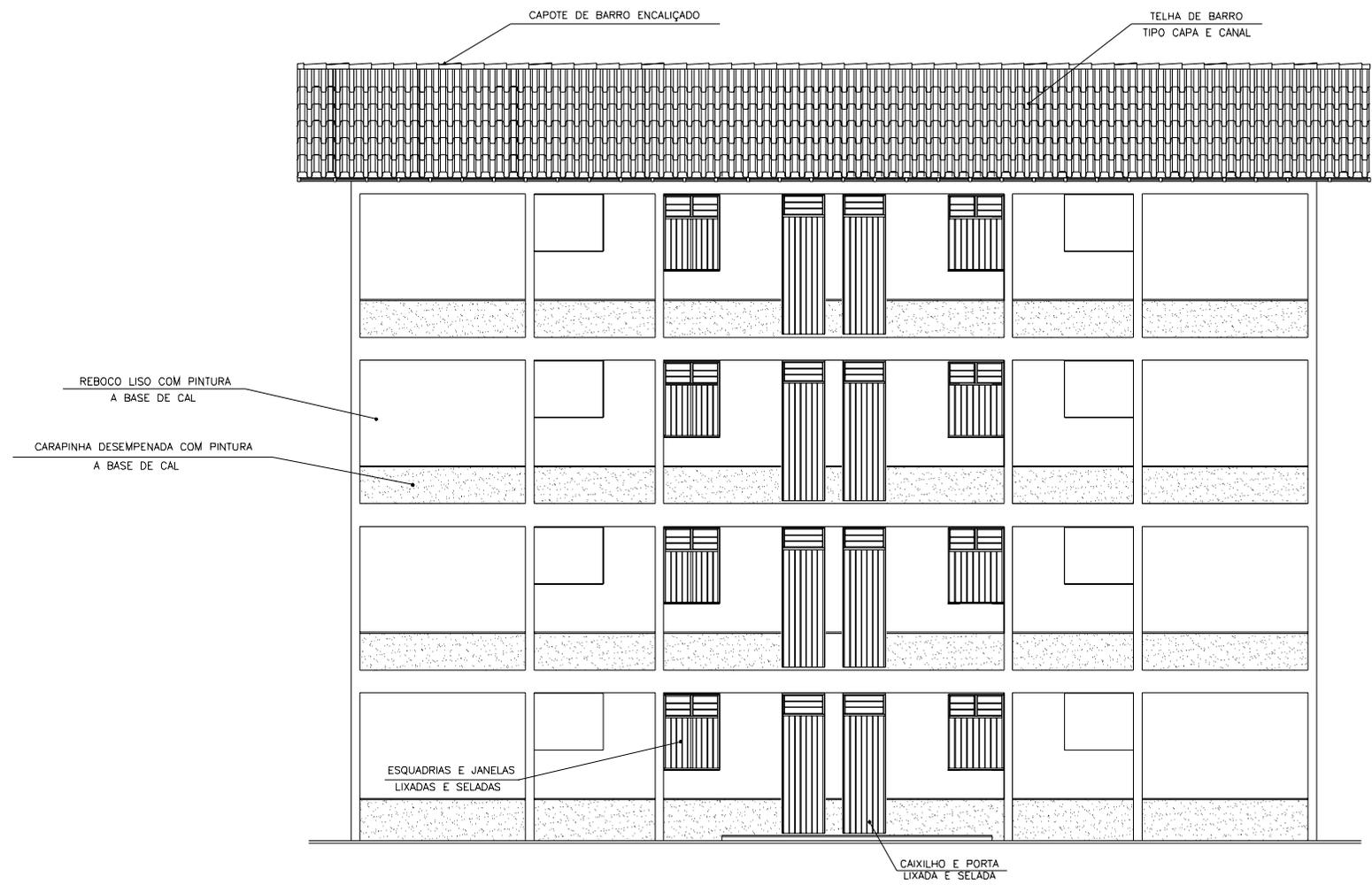


Figura 17 - Fachada dos blocos de habitação multifamiliar na segunda versão do projeto, em 2004 (sem escala). Fonte: PMB, 2004.

3.5 Sumário e Conclusão

No presente capítulo, enfocamos com se deu a formação do espaço urbano na cidade de Belém e o modo como a cidade tem sido afetada historicamente pelo modelo brasileiro de industrialização, baseado na concentração de recursos e de poder econômico na região sudeste do Brasil. A urbanização de Belém, assim como em outras cidades dos países em desenvolvimento, foi marcada por desigualdades econômicas e sociais e à exemplo das políticas públicas no âmbito nacional, podemos constatar que a ausência de uma política habitacional propiciou a ocupação de áreas alagadas, próximas ao centro, denominadas de baixadas.

Dentre as ocupações informais ocorridas nas baixadas de Belém, apresentamos como estudo de caso as áreas dos assentamentos informais do Riacho Doce e Pantanal, localizados na Bacia do Tucunduba no bairro do Guamá. O início da ocupação das áreas se deu em condições ambientais muito precárias e o processo de assentamento foi realizado a partir do trabalho dos moradores como aterro e abertura de ruas, através da organização de movimentos populares para reivindicar investimentos públicos e benefícios de interesse político, comuns durante períodos eleitorais.

As intervenções na Bacia do Tucunduba tiveram início os projetos Infra-Marco e HABITAR BRASIL, financiado pelo programa Habitar Brasil, através de convênios firmados em 1992/1993 com a CAIXA, que tinham como objetivo a drenagem do canal do Tucunduba. Entretanto observou-se que o projeto era composto por ações desarticuladas, haja vista, que os serviços só previam o tratamento do canal nas regiões intermediárias e não previa retirada das casas do leito do igarapé. Em virtude desta falha de projeto, em 2000, foi elaborado o Projeto Tucunduba, que visava dar conta das lacunas apresentadas no projeto anterior. No entanto, tanto os projetos Infra-Marco, Habitar Brasil e Tucunduba visavam apenas ações de infra-estrutura e macrodrenagem, assim como complemento às estas ações foi formulado o Plano de Desenvolvimento Local- PDL.

O PDL foi um projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de Belém, promovido pelo Programa Habitar Brasil e parte dele foi financiado pelo BID. O projeto se apresentou de forma inovadora a partir do momento que buscou articular ações físicas e sociais. No presente trabalho buscamos refletir sobre o projeto social e físico e por fim realizamos uma análise do PDL à luz de seus objetivos. No capítulo seguinte, será apresentado de que forma a pesquisa foi realizada e os instrumentos utilizados para a análise do PDL.

Capítulo IV Aspectos Metodológicos

4.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia aplicada para investigar de que forma os projetos de consolidação aplicados em assentamentos informais, promovidos por programas oficiais, têm influenciado o modo de vida das comunidades que habitam nesses assentamentos, tomando como base a capacidade de adaptação da população aos programas.

O modelo de pesquisa incorpora uma discussão teórica sobre a questão do acesso à habitação, tanto no âmbito formal quanto informal. Para isso, desenvolvemos o conceito de pobreza nos países em desenvolvimento, e a partir do trabalho de Cardoso (2002) revisamos o conceito de perspectiva de vida aplicado ao espaço urbano, a fim de ampliar a percepção em relação às modificações ocorridas nos assentamentos informais, mais especificamente no domicílio, em virtude dos projetos de consolidação promovidos pelo Governo Federal conforme abordado no capítulo II.

O capítulo inicia com as perguntas da pesquisa e uma reflexão sobre as mesmas. Tais questões foram seguidas por considerações epistemológicas que guiaram a coleta e análise dos dados. Em seguida a descrição de como os dados foram coletados e como foram analisados.

4.2 A Problemática da Pesquisa

A pergunta que delimita a problemática da pesquisa é: como avaliar os impactos dos projetos de urbanização aplicados em assentamentos informais sobre o modo de vida das comunidades que habitam nesses assentamentos?

Esta questão foi proposta com a intenção de entender se os mecanismos utilizados pelos programas formais, no que diz respeito à modificação espacial do assentamento, mais especificamente a provisão da habitação, correspondem aos anseios das comunidades envolvidas. No caso, foi investigado o modo de vida da comunidade antes e depois do projeto.

A pergunta central deu origem a três outras perguntas que visam explorar a relação entre as modificações promovidas pelos programas oficiais e outros agentes envolvidos com a produção do espaço informal sejam eles: a) internos (motivação da comunidade, grau de envolvimento com o projeto, perfil da comunidade, entre outros); b) externos (necessidade de remanejamentos, regulamentação fundiária, políticas oficiais, entre outros); c) diretos ou indiretos. Tais agentes são fatores preponderantes para a qualidade do espaço reformulado e para a permanência da comunidade no local. Abaixo, seguem as três perguntas:

a) De que forma as ações promovidas pelos programas oficiais contribuem para a evolução sócio-econômica da comunidade ?

b) Qual a relação do espaço resultante das intervenções de melhorias com as estratégias sócio-espaciais da população?

c) Quem são os beneficiários das ações de melhorias implementadas pelos programas formais?

4.3 Justificativa

Estudos referentes à produção formal da habitação apontam que durante um longo período a política habitacional no Brasil foi conduzida calcada apenas em resultados quantitativos, desconsiderando as características específicas da população alvo o que resultou na multiplicação padronizada de soluções de urbanização e a provisão em larga escala da habitação social.

Como apontado no Capítulo II, desde meados da década de 90 os programas formais voltados para a produção da habitação social seguem uma nova vertente e teoricamente consideram as particularidades físicas e sociais das comunidades envolvidas. Entretanto, a falta de investimento em política habitacional, para a promoção de tais programas, tem levado o Brasil a se submeter aos órgãos de financiamento internacionais.

A principal dificuldade em relação ao financiamento internacional é que as prefeituras são levadas a adotar posturas e princípios discutidos no nível global para a implementação dos projetos, tendo, para isso, que adaptar o regulamento dos programas (produtos dos financiamentos) às especificidades locais, tarefa muitas vezes inexecutável. Esses princípios e posturas são repassados aos municípios, pela esfera federal, sob a forma de exigências. No Brasil, essas exigências dificultam o andamento dos programas gerando questionamentos acerca da eficiência dos mesmos.

A eficiência dos programas oficiais vem sendo questionada por diversos autores dentre eles Abramo (2003), Maricato (2001), Souza (2004), entre outros, pois não se sabe o quanto diretrizes do programa são flexíveis a ponto de se adaptarem às necessidades e capacidades da comunidade envolvida e de que forma seus objetivos identificam-se com as demandas locais. O empenho em estudar o tema busca entender por que os programas dirigidos para os segmentos populares não conseguem cumprir seus objetivos.

4.4 Metodologia e Implementação da Pesquisa Empírica

A pesquisa empírica do trabalho possui dois estágios: um estudo piloto e uma pesquisa empírica.

- Estudo Piloto

Inicialmente, buscou-se identificar as variáveis do processo de ocupação da cidade de Belém. Também foram realizadas entrevistas abertas com pesquisadores ligados ao planejamento urbano da cidade, além da pesquisa de material fotográfico, reportagens e mapas dos possíveis estudos de caso. O estudo piloto iniciou em Julho de 2004 e foi desenvolvido a partir da revisão bibliográfica e da metodologia em questão.

- Pesquisa Empírica

A pesquisa empírica descreve como as questões referentes à pesquisa foram coletadas. Os itens a seguir explicam os métodos e os procedimentos adotados para a coleta de dados para o estudo principal.

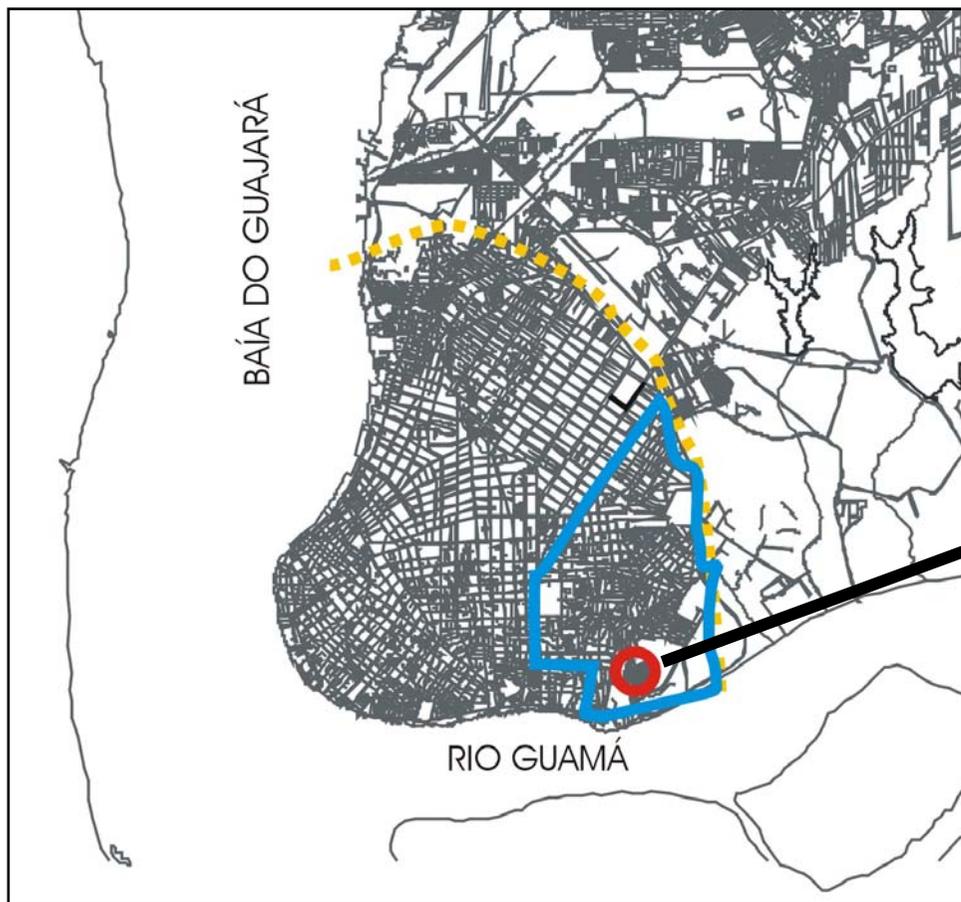
4.5 Seleção do Estudo de Caso

Conforme revisão bibliográfica inicial, identificamos que na cidade de Belém a segregação sócio-espacial é manifesta no centro, através da ocupação de áreas alagadas denominadas de baixada e na área de expansão localizada além da 1ª légua patrimonial. Diante das duas possibilidades de áreas para a seleção do estudo de caso, optamos pelo estudo de uma área localizada na baixada, haja vista que, cronologicamente estas ocupações caracterizam-se por serem mais antigas do que as ocupações realizadas na área de expansão e apresentam um alto estágio de consolidação em função dos investimentos já realizados por programas oficiais.

As áreas escolhidas foram dois assentamentos contíguos, Riacho Doce e Pantanal, localizados na Bacia do Tucunduba e que atualmente passam por intervenções promovidas pelo Plano de Desenvolvimento Local (PDL), programa promovido pelo Governo Federal através do programa Habitar Brasil – BID. Vale ressaltar que a Bacia do Tucunduba já havia passado por intervenções anteriores e que determinaram encaminhamentos do projeto atual e que por isso tiveram que ser consideradas neste trabalho.

Dentre os programas anteriores implementados na bacia destacamos o Projeto Infra-Marco e o de Macrodrenagem da bacia do Tucunduba (Projeto Tucunduba), que realizaram intervenções específicas nos assentamentos em questão e contribuíram para a transformação da paisagem local. O interesse em estudar os assentamentos do Riacho Doce e Pantanal se deu em virtude das observações sobre a eficiência das transformações que vêm ocorrendo na área.

Depois da seleção dos assentamentos, foi realizada uma visita de identificação da área a fim de observar o grau de evolução do programa, e após esse procedimento foram traçados os objetivos específicos da pesquisa a fim de definir as diretrizes para a escolha dos domicílios a serem visitados.



Legenda:

- Delimitação da 1ª Légua Patrimonial
- Delimitação da Bacia do Tucunduba
- Área de estudo

Figura 18 – Localização da Bacia do Tucunduba e dos assentos informais do Riacho Doce e Pantanal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém – CODEM,1998



Legenda:

- Riacho Doce
- Pantanal

Figura 19 – Vista aérea dos assentamentos do Riacho Doce e Pantanal.

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém – CODEM,1998

4.6 Objetivos Específicos

A fim de responder a pergunta que delimita a problemática da pesquisa estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

a) Avaliar a evolução sócio-econômica da comunidade a partir do projeto de macrodrenagem e do PDL .

b) Avaliação das transformações espaciais ocorridas na habitação tomando como amostra famílias selecionadas a partir da avaliação da evolução do quadro sócio-econômico, considerando como indicadores a espacialidade do domicílio e o método construtivo empregado; tendo como indicadores: localização, índice de aproveitamento do solo, usos praticados, área construída, assim como o material de construção utilizado, sistema construtivos, flexibilidade construtiva, modo de produção, etapas de produção e ampliação do cronograma.

c) Verificar se os objetivos definidos pelo programa foram alcançados. Utilizamos com variáveis motivação e valores e como indicadores: acesso a equipamentos urbanos como: escolas, creches, centro comunitários, acesso à renda, infra-estrutura, capacitação da comunidade, manter a comunidade no local.

QUADRO 06 - ESQUEMA METODOLÓGICO

OBJETIVO ESPECÍFICO	VARIÁVEIS	INDICADORES	MÉTODO	MODO DE ANÁLISE
Avaliar a evolução sócio-econômica da comunidade a partir do projeto de macrodrenagem e do PDLS	Perfil da comunidade	Renda, escolaridade, gerações gerações coabitando	Entrevistas	Tabulação e cruzamento de dados
	Agentes envolvidos	Atuação do Estado, sociedade, donos de terra, loteador, políticos e estratégias	Identificar durante o processo evolutivo dos assentamentos informais o papel dos agentes: os responsáveis, os interessados, os omissos e o poder inicial.	
Avaliação das transformações espaciais ocorridas com as famílias selecionadas a partir da avaliação da evolução do quadro sócio-econômico	Espacialidade do domicílio	Localização, índice de aproveitamento do solo, usos praticados, áreas construídas.	Observação empírica, entrevistas com o proprietário, busca de arquivos de fotos da família, documentação fotográfica atual, levantamento.	<p>Verificar o processo evolutivo da habitação e de que forma o projeto possibilitou essa melhora.</p> <p>Exemplo:</p> <p>projeto propiciou o morador voltar à estudar ou ter acesso ao emprego formal?</p> <p>Como a evolução sócio-econômica reflete sobre a habitação?</p> <p>Caso a família não tenha sido beneficiada pelo projeto, houve algum impacto sobre o espaço físico da habitação?</p>
	Método construtivo	Material de construção utilizado, sistema construtivo, flexibilidade construtiva, modo de produção, etapas de construção e ampliação de cronograma	Observação empírica, entrevistas com o proprietário, busca de arquivos de fotos da família, documentação fotográfica atual.	
Verificar se os objetivos definidos pelo programa foram alcançados.	Motivação e valores	Acesso à equipamentos urbanos como: escola, creches, centro comunitários, acesso à renda, infra-estrutura, capacitação da comunidade, manter a comunidade no local.	Estudo do projeto proposto, estudo das eventuais alterações de projeto e o porquê das alterações avaliação da execução.	Visitas in loco, comparações com o projeto proposto.

4.7 Análise Documental e Revisão Bibliográfica

A fim de alcançar os objetivos definidos previamente, iniciamos a revisão bibliográfica e logo em seguida a revisão documental sobre o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável. Os documentos foram obtidos junto aos órgãos municipais e sítios disponíveis na rede mundial de computadores do Governo Federal e consultadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa na busca de pontos de interface entre o material empírico produzido e os resultados de tais fontes, de modo a retificar os dados levantados e apoiar a construção da análise dos reflexos do projeto sobre a comunidade em questão.

Foram consultados os seguintes documentos:

- Programa Habitar - Brasil / BID. Regulamento Operacional.
- Programa Habitar Brasil/BID. Planos Estratégicos Locais para Assentamentos Subnormais. Anexo A: O Programa.
- Manual do Programa Habitar Brasil/Bid. Orientações do Subprograma Desenvolvimento Institucional dos Municípios.
- Manual do Programa Habitar Brasil/Bid. Orientações do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais.
- Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 1: Concepção Geral.
- Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 2: Dominial (Regularização Fundiária).
- Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 4: Trabalho de Participação Comunitária.
- Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 5: Urbanístico e Engenharia.

4.8 Seleção dos Domicílios a Serem Visitados

Em março de 2005 foi realizada uma visita exploratória na área do estudo de caso, momento em que foi observado o estágio em que o programa se encontrava. Na área do Riacho Doce algumas casas estavam em processo de demolição por moradores e funcionários da prefeitura, também foram observados alguns terrenos vazios de casas já

demolidas, e outras moradias isoladas, constatando a resistência de alguns moradores em relação ao projeto. Foi possível conversar com moradores, e de imediato ter uma primeira impressão sobre a situação no local.



Figura 20 - Sobra de material da habitação demolida no Riacho Doce. Foto da autora. Março/2005



Figura 21 - Demolição das moradias no Riacho Doce. Foto da autora. Março/2005

Durante este mesmo período, na área do Pantanal, algumas unidades sanitárias já haviam sido concluídas e outras estavam em processo de construção, no local conversamos com algumas famílias, e identificamos algumas famílias resistentes ao projeto, ou seja, que não o aderiram por algum motivo e outras famílias que já estavam morando na nova unidade sanitária.



Figura 22 - Início da construção das unidades sanitárias no Pantanal. Foto da autora. Março/2005



Figura 23 - Moradores resistentes no Pantanal. Foto da autora. Março/2005

Foi possível observar que apesar de se tratar de um único projeto, os resultados físicos das ações se apresentam de formas diferentes. Constatamos que a localização da moradia dentro do contexto do projeto e o perfil do ocupante do domicílio determinavam os grupos de moradores a serem entrevistados: um grupo mostrava-se mais adaptado e satisfeito, outro grupo não concordava com o projeto, outros estavam confusos e com

dúvidas, além desses grupos foi percebido um outro assentamento em formação na outra margem do igarapé do Tucunduba.

4.9 Coleta de Dados

Para realizar a coleta de dados foram utilizados os seguintes métodos: entrevistas, coleta de dados físicos sobre a habitação, observação de campo.

4.9.1 Entrevistas

Foram realizadas entrevistas semi-abertas apoiadas por um roteiro (em anexo). Uma vez observado que o projeto apresenta resultados físicos de forma heterogênea, a seleção dos domicílios para as entrevistas se deu a partir da escolha de ruas e quadras de forma a abranger toda a área de influência do projeto, entretanto, sem prévio acordo com os moradores em relação ao dia e a hora. Do universo de 1537 domicílios, foram visitados 154 unidades e como os dados se repetiam, desta amostragem foram selecionadas 43 famílias, de acordo com o perfil sócio-econômico das famílias entrevistadas, a fim de avaliarmos a modificação no modo de vida dos grupos formados a partir dos mecanismos de remanejamento proposto pelo PDL, dentre os quais destacamos:

- 10 famílias do grupo dos moradores não remanejados pelo programa;
- 10 famílias do grupo dos moradores em processo de remanejamento que continuam nas suas casa aguardando o desenrolar do projeto;
- 05 famílias do grupo dos moradores em remanejamento que estão morando de aluguel,
- 09 famílias do grupo dos moradores já remanejados para as moradias concluídas pelo PDL;
- 09 famílias do grupo dos moradores indenizados.

Na área em que existe um novo assentamento em formação, foi realizada uma entrevista coletiva com os moradores e como a área ainda estava sendo loteada, foi possível entrevistar também o loteador do assentamento, na qual foram abordados aspectos como motivação, expectativas sobre o local da moradia, e perfil geral dos invasores.

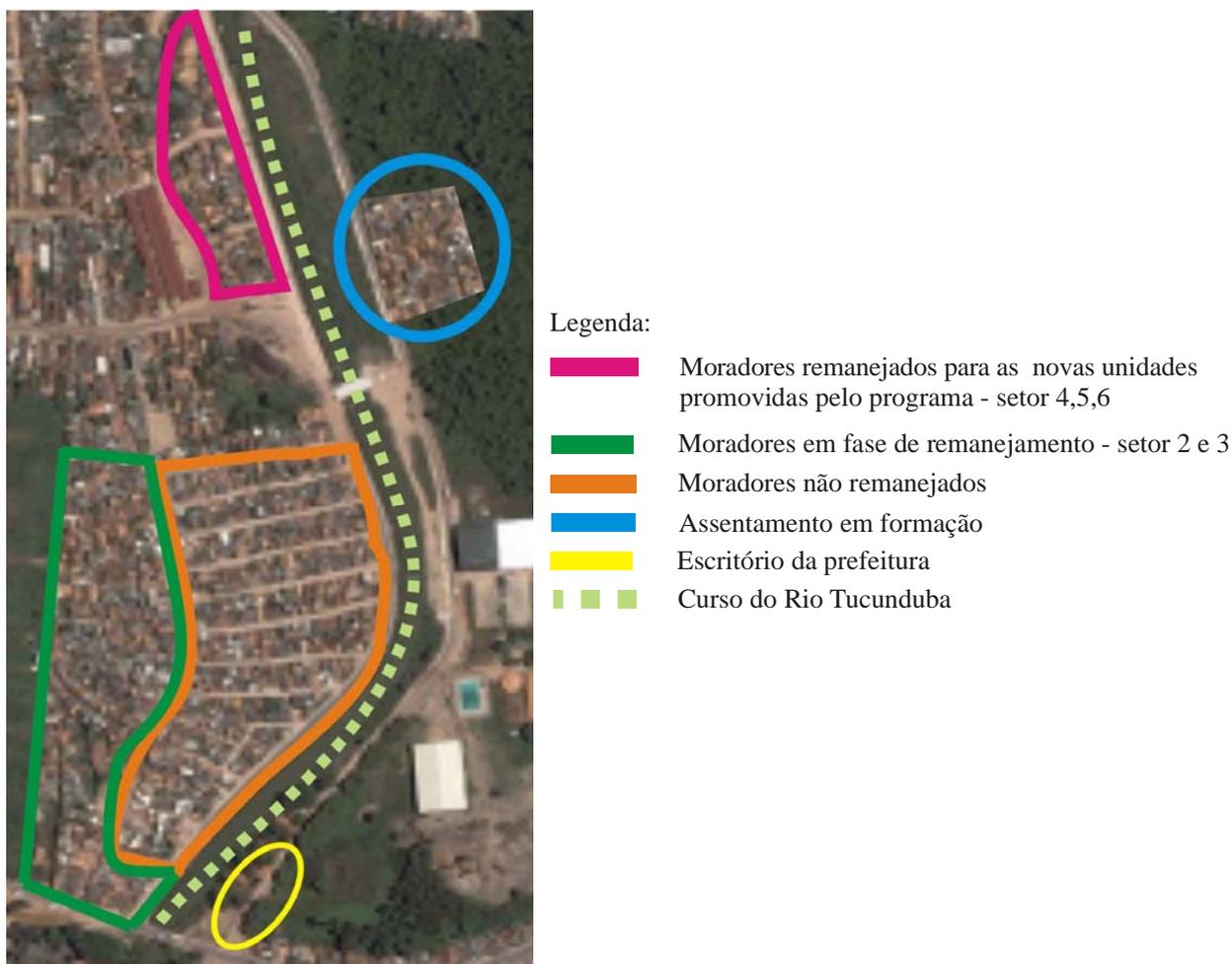


Figura 24 – Vista aérea dos assentamentos do Riacho Doce e Pantanal.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Belém – CODEM,1998

Logo no início da pesquisa, houve uma preocupação em não perder o contato com os moradores que estavam prestes a serem indenizados ou que estavam aguardando a liberação do auxílio moradia, no valor de R\$ 200,00, fornecido pela prefeitura. Foi solicitado a estes moradores que fornecessem logo de imediato o novo endereço para uma visita posterior. Entretanto, para localizar os moradores que já haviam sido remanejados antes do início da pesquisa, foi necessário rastreá-los a partir de informações fornecidas pelos moradores entrevistados.

Apresentamos abaixo o roteiro utilizado nas entrevistas realizadas com todos os grupos de moradores para responder aos objetivos específicos:

- Origem do morador: a fim de observar a relação entre a origem do morador e a escolha do assentamento.

- Motivação da vinda para o assentamento: a fim de verificar o que leva uma pessoa a habitar naquele assentamento informal.
- Moradia anterior e tempo de moradia no assentamento: onde foi pesquisada a trajetória residencial do entrevistado até a chegada presente ao assentamento, assim como seu tempo de moradia no assentamento, a fim de verificar a relação entre tempo de moradia e estágio de consolidação
- Condições de vida: análise das condições físicas e sócio-econômicas antes e depois do projeto, no que se refere à implementação de infra-estrutura, segurança, assim como a adaptação do morador ao meio e a sua relação com a vizinhança.
- Perfil sócio-econômico dos ocupantes do domicílio, considerando: número de ocupantes do domicílio, idade, escolaridade, profissão e renda. Dados coletados a fim de enquadrar os moradores dentro das categorias de remanejamento do projeto, ou seja, identificar o perfil e associá-lo à capacidade de adaptação às novas condições denotada pela análise das condições de vida e do domicílio, verificar para quem o projeto está direcionado, ou seja, qual o perfil que possui maiores chances de se adaptar às modificações.
- Forma de lazer: a fim de verificar a existência de opções físicas, assim como a relação do morador com o espaço público.
- Acessibilidade: a fim de verificar de que forma o projeto propiciou a melhoria da acessibilidade cotidiana ao assentamento. Além de verificar a influência do rio no modo de vida da comunidade, assim como qual o transporte mais utilizado para o desempenho das atividades da comunidade em questão.

Dentro do grupo de entrevistados destacam-se duas entrevistas abertas feitas com moradores integrantes da Associação de Moradores, que lidam diretamente com o escritório do projeto, e que denotaram a relação do escritório com a comunidade.

Foram também realizadas entrevistas abertas com técnicos responsáveis pelo encaminhamento do projeto, no escritório do projeto, localizado na margem do igarapé, em frente ao assentamento, sempre em horários agendados previamente, onde foram verificados as condições de trabalho e o grau de comprometimento destes profissionais com o projeto. Foi realizada ainda uma visita ao assentamento junto aos técnicos da prefeitura, ocasião em que foi possível observar a temática envolvida, além do esclarecimento de dúvidas.

4.9.2 Coleta de dados sobre a evolução da habitação

A investigação sobre a evolução da habitação tem como objetivo coletar dados para responder ao primeiro e ao segundo objetivos específicos do item 4.6.

A investigação se deu durante a aplicação do questionário a partir da entrevista com o morador sobre o seu modo de vida antes e depois da implementação do projeto. Durante as entrevistas o morador relatava como era sua casa caracterizando atributos físicos tais como: localização, número de ocupantes, material utilizado, dimensão frente x fundos, etc. De posse das informações foi possível representar o processo evolutivo da habitação através da elaboração de croquis correspondentes ao diferentes estágios relatados, que contaram com a ajuda de algumas fotos resgatadas pelos moradores de suas moradias anteriores.

Além do aspecto físico, durante as conversas foi possível capturar aspectos intangíveis sobre a habitação relatados de acordo com a situação de cada morador dentro do contexto do programa, tais como: relação de vizinhança, redes de solidariedade, trabalho voluntário, etc.

4.9.3 Observação de Campo

A observação de campo teve como objetivo observar de que forma a comunidade se relacionava com o espaço público. As observações ocorreram nas áreas pré-identificadas no item 4.8, mais especificamente nas ruas das casas onde foram aplicados os questionários, haja vista, que tais informações colaboravam para o entendimento do

uso do espaço. Essas visitas foram realizadas durante quatro finais de semana e pelo período da manhã, em função das limitações de segurança existentes em outros horários do dia.

4.10 Análise dos Dados

A partir da coleta dos dados, procedeu-se a análise do material. Os dados provenientes das entrevistas e observações in loco foram quantificados e tratados manualmente a partir da tabulação e cruzamento de dados.

Os dados sobre a evolução físicos da habitação foram analisados a partir de uma matriz (em anexo) elaborada pela pesquisadora, que possibilitou a fácil percepção das modificações ocorridas em relação ao número de ocupantes do domicílio, evolução da habitação ilustrados a partir da confecção de croquis correspondentes à cada momento, e a localização do indivíduo dentro do assentamento. Ainda foram realizadas visitas posteriores para captação de outras imagens e observação de alguns serviços não concluídos durante o período da pesquisa.

Os resultados da pesquisa estão apresentados no capítulo seguinte, apresentado de acordo com os eixos temáticos definidos na pesquisa e no sentido de obter respostas para a problemática. Os resultados da pesquisa foram analisados à luz da política habitacional brasileira, e construiu-se uma imagem da situação vivida no assentamento em questão culminando em sugestões para uma atuação mais efetiva dos programas oficiais.

4.11 Sumário e Conclusão

Este capítulo apresenta os métodos da pesquisa a fim de investigar de que forma os projetos de consolidação aplicados em assentamentos informais, promovidos por programas formais, têm influenciado sobre o modo de vida das comunidades que habitam nesses assentamentos.

E tem como objetivo expor a forma como a pesquisa foi construída. Para isso foi incorporada uma discussão teórica sobre a questão do acesso à habitação, tanto no

âmbito formal quanto informal e foram considerados os modos de vida da comunidade em questão a partir de três ópticas: pobreza, perspectivas de vida e influência do Estado nos assentamentos.

Após a pesquisa bibliográfica identificamos a área do estudo de caso, foram realizadas visitas para observação do modo de vida da comunidade e escolha das famílias a serem entrevistadas. Foram coletados dados referentes ao perfil sócio-econômico da comunidade, espacialidade do domicílio, assim como foi mantido contato com os gestores do projeto para levantamento de dados oficiais. Os dados coletados obtidos com as entrevistas foram tabulados e analisados manualmente. Os resultados da composição metodológica estão no capítulo a seguir.

Capítulo V Resultados - Aspectos Sócio-Econômicos, Espacialidade do Domicílio e Metas do PDL

5.1 Introdução

Este capítulo dedica-se a responder a pergunta de pesquisa da dissertação: de que forma os projetos de consolidação aplicados em assentamentos informais, promovidos por programas oficiais, têm influenciado o modo de vida das comunidades que habitam nesses assentamentos? Esta pergunta se subdivide em três objetivos específicos:

- a) Avaliar a evolução sócio-econômica da comunidade a partir do projeto de macrodrenagem e do PDL.
- b) Avaliar as transformações espaciais ocorridas na habitação tomando como amostra famílias selecionadas a partir da avaliação da evolução do quadro sócio-econômico.
- c) Verificar se os objetivos definidos pelo programa foram alcançados.

5.2 Aspectos Sócio-econômicos

Em resposta ao primeiro objetivo específico, de acordo com Cadastro Familiar elaborado pelo PDL e visitas no local identificamos um quadro geral sobre as condições de vida dessas comunidades.

Quanto a origem dos moradores, de acordo com as entrevistas realizadas identificamos que cerca de 80% das famílias residentes na área do Riacho Doce e Pantanal são oriundas do interior do Pará, mais precisamente da região nordeste, sendo os municípios de origem mais comuns: Abaetetuba, Acará, Bujarú e Igarapé-Miri. Este resultado pode significar que vantagens locais, além das características naturais da área, foram fatores decisivos para a sua ocupação. A proximidade de bairros como: São Braz e Nazaré, centros geradores de trabalho e renda e a proximidade da margem do Igarapé favoreceram a apropriação da área.

Conforme abordado no Capítulo I, confirmamos o potencial atrativo da cidade, quando concluímos que os motivos que fizeram o imigrante se estabelecer na área estão relacionados à tratamento de saúde e estudo dos filhos, entretanto, entre os imigrantes e os que já moravam na cidade, o motivo aquisição da casa própria e fonte de renda (trabalho) são citados por pelo menos 90% dos entrevistados. Observamos que a partir da localização residencial, os pobres podem ter acesso diferenciado a núcleos de emprego e renda, bolsões de serviço e comércio urbano, transporte coletivo, equipamentos e serviços públicos bem como a outros fatores de acessibilidade relacionados com a posição do assentamento na hierarquia de localização da cidade.

Entretanto, historicamente observa-se que os assentamentos localizados na 1ª Léguas Patrimonial da cidade de Belém, como o Riacho Doce e Pantanal, ocupam as áreas de baixadas. Devido a condição precária do solo urbano o conflito entre localização e configuração espacial é estabelecido, pois, no caso da ocupação do Tucunduba, apesar da boa localização a condição original do sítio é inadequada para a habitação. Isto impôs uma condição inicial de precariedade ao assentamento em questão atualmente revertida com as ações dos projetos implementados na área.

Quanto à idade, verificou-se que 75% dos entrevistados desta área possuem até 40 anos, o que confirma pesquisa de Abramo (2003) e Cardoso (2002) ao afirmarem que assentamentos informais são o lugar da moradia de jovens e adultos que querem se estabelecer com suas famílias e conforme focado no capítulo I, os jovens o fazem por aspirarem pela melhoria e por encontrarem meios de se apropriar dos benefícios decorrentes do espaço, diversificando formas de geração de renda e assumindo valores voltados para o fortalecimento da comunidade e do meio em que vivem. Entretanto, na área beneficiada pelo projeto Tucunduba é maior a incidência de pessoas mais velhas.

Com relação à escolaridade verificou-se que os entrevistados mais jovens, entre 20 e 25 anos, tiveram mais oportunidade de acesso ao sistema educacional que seus pais, entretanto a grande maioria não terminou o ensino médio. Das famílias entrevistadas apenas em uma família encontramos uma pessoa de 20 anos cursando um curso superior na Universidade Federal do Pará.

Alguns moradores voltaram a estudar em função de programas como MOVA - Movimento de Alfabetização, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) que objetiva a alfabetização de jovens e adultos. Em 2002, foram implantadas três turmas; duas no Pantanal e uma na Base Física do Projeto, com cerca de 117 alunos freqüentando as aulas. As turmas contaram com quatro instrutores, uma estagiária do curso de serviço social da Universidade Federal do Pará – UFPA, e uma colaboradora. Os alunos, em sua maioria, são das Comunidades do Riacho Doce e Pantanal e da área do entorno do projeto. O quadro abaixo demonstra o nível de escolaridade na área.

Quadro 07 – Nível de escolaridade		
ESCOLARIDADE	RIACHO DOCE (%)	PANTANAL (%)
1º GRAU INCOMPLETO	59,51	68,64
1º GRAU COMPLETO	6,29	4,62
ANALFABETOS	3,9	5,78
ALFABETIZADOS	4,68	4,91
PRÉ-ESCOLAR (03 À 06 ANOS)	5,86	8,53
2º GRAU INCOMPLETO	8	4,77
2º GRAU COMPLETO	5,27	2,75
UNIVERSITÁRIOS	0,6	

Fonte: PMB/PDLRDP,2001d : 28

Em pesquisa de Abramo realizada em 2003, verificamos duas justificativas para a baixa escolaridade em áreas de assentamentos informais: a primeira trata da falta de investimento do Estado em capital humano. A segunda faz referência ao mercado atual onde a capacitação educacional não corresponderia a uma mobilidade ocupacional. A idéia de mobilidade ocupacional a partir do acesso ao sistema educacional, segundo Bourdieu citado em Abramo 2003, é produzida pelo meio familiar, alimentada pelo sistema educacional, mas, efetivamente, não está garantida pelo mercado de trabalho, o que resulta em um desencantamento em relação ao estudos e propicia as gerações mais jovens, mesmo com um grau de escolaridade maior que a dos pais, seguirem a mesma atividade produtiva.

A Pesquisa Sócio-econômica em Comunidades de Baixa Renda (PCBR), patrocinada pela Secretaria Municipal de Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro, Abramo (2003) identificou que existe uma dificuldade maior entre os pobres em garantir seu acesso à escola e prolongar seus estudos. Em que pese o preceito constitucional de

universalização e obrigatoriedade do ensino fundamental, permanece elevada a proporção de analfabetos, concentrando-se estes, basicamente entre os estratos mais pobres da população. Diferenças sensíveis encontram-se também em relação a continuidade dos estudos, no que diz respeito a transpor o estudo primário, os anos de estudos, e ingresso na universidade.

As crianças, na sua grande maioria, estudam, haja vista, que este é um requisito básico para o recebimento do programa Bolsa Escola. Conforme abordamos no Capítulo II, programas municipais como o Bolsa Escola, que é uma derivação do programa Bolsa Família, implementado pelo Governo Federal, é um programa direcionado para famílias extremamente pobres, e funciona como política social complementar e tem como objetivo auxiliar na melhoria financeira imediata da vida dessas pessoas.

Os números de vagas nas escolas públicas para a população em idade escolar são baixos na área. A falta de vagas atinge as crianças mais jovens (de 3 à 6 anos) e nem sempre é possível encontrar vagas em escolas próximas à residência. O que leva a maioria dos pais à buscar escolas primárias particulares com mensalidades baixas. A assistência à saúde apresenta problemas semelhantes. No bairro encontramos o Pronto Socorro do Guamá que atente grande parcela dos problemas de saúde emergenciais. No Riacho Doce, foi implementado pela prefeitura o programa Família Saudável, que conta com um posto na Rua da Olaria, e faz um trabalho de prevenção e conscientização com a comunidade.

Com relação à renda, 60% dos entrevistados conta com uma renda média de R\$ 300,00 e são autônomos. Os moradores economicamente ativos estão ligados à atividades informais de emprego ou atividades temporárias de trabalhos popularmente chamada de “bico”. Foi identificado que 3% das mulheres são trabalhadoras temporárias da fábrica de castanha localizada nas proximidades da área. Essas mulheres trabalham apenas durante de seis do ano, durante os outros seis meses é comum que se ocupem de outras atividades trabalhando como: faxineiras, manicures, etc. A área conta com apenas uma creche e as mulheres que trabalham deixam os filhos com parentes, ou vizinhos próximos a suas casas, exemplificando de forma clara a presença da rede de solidariedade na comunidade.

Nos domicílios tanto da área do Riacho Doce quanto do Pantanal, é possível observar atividades como: pequenos comércios, venda de açaí, serviços de costureira, salão de beleza, bares, entre outros, ocupados por mulheres, idosos (ver figuras 25,26,27 e 28).



Figura 25 - Pequeno comércio Riacho Doce. Fotos da autora. Dezembro / 2005



Figura 26 - Detalhe do pequeno comércio Riacho Doce. Fotos da autora. Dezembro / 2005



Figura 27 - Venda de açaí no Riacho Doce. Fotos da autora. Dezembro / 2005



Figura 28 - Bar no Pantanal. Fotos da autora. Dezembro / 2005

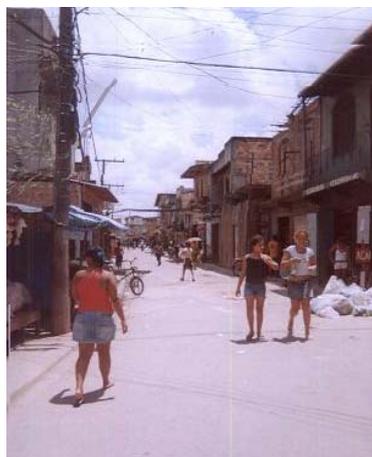


Figura 29 – Rua da Olaria depois do projeto – foto 1. Fotos da autora. Dezembro / 2005

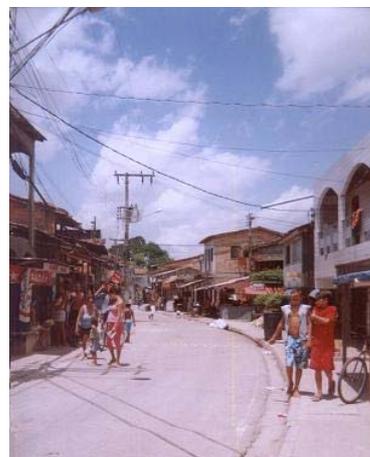


Figura 30 – Rua da Olaria depois do projeto – foto 2. Fotos da autora. Dezembro / 2005

Na Rua da Olaria encontra-se uma grande variedade de comércio, e nela está concentrada a dinâmica econômica do local. Também devemos destacar o igarapé do Tucunduba como um agente que movimenta a economia no local, por ele navegam diariamente embarcações típicas da Amazônia e dentre as atividades desenvolvidas destacamos: a pesca, o transporte e o comércio de produtos como os tijolos e telhas, produzidos nas olarias ribeirinhas, palha, açaí, etc, além do transporte de passageiros. A atividade pesqueira embora não seja tão difundida contribui para o sustento de algumas famílias. Neste caso, o morador necessita apenas de uma pequena embarcação.



Figura 31 - Atividades na margem do Igarapé Tucunduba - Riacho Doce.
Fotos da autora. Dezembro / 2005



Figura 32 - Canoa na margem do Igarapé do Tucunduba – Pantanal.
Fotos da autora. Dezembro / 2005

De acordo com Costa (2002:63) o igarapé apresenta-se como um forte elemento no imaginário dos “ocupantes”, especialmente aqueles que tem origem no interior. Também constitui um elemento da paisagem visual que serve de orientação, além de ser a via de ligação entre os assentamentos do Riacho Doce e Pantanal e os Municípios do interior.

Quanto ao lazer, a grande maioria, tanto da área do Riacho Doce quanto da área do Pantanal não identificam nenhuma forma de lazer nas áreas, e dos entrevistados apontou a Igreja como principal forma de lazer, a grande maioria dos moradores entrevistados, cerca de 90% , é de religião evangélica. Entretanto, de acordo com as visitas in loco, podemos observar que os moradores incorporam as ruas como área de lazer, é comum observar durante os finais de semana a realização de bingos e aniversários As crianças brincam, tomam banho de igarapé e ainda é comum o bate-papo nas portas das casas.



Figura 33 - Crianças brincando de pular corda em uma rua do Riacho Doce.
Fotos da autora. Dezembro / 2005



Figura 34 - Crianças brincando de “garrafão” em uma rua do Riacho Doce.
Fotos da autora. Dezembro / 2005

5.2.1 Equipamentos Urbanos e Infra-Estrutura:

Na Área do Riacho Doce foram identificados os seguintes equipamentos urbanos e comunitários:

QUADRO 08 - EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS		
LOCAL	EQUIPAMENTO	CAPACIDADE. DE ATENDIM.
RIACHO DOCE	Centro Comunitário Riacho Doce.	Local
	Unidade do Programa Família Saudável.	Setor/bairro
	Sede da Comunidade Católica Nossa Senhora das Graças.	Local
	Escola particular Fazendo Meu Caminho.	Local
	Centro Educacional Arco Íris (particular).	Local
	Uma feira.	Local
	Igreja Assembléia de Deus Missionária.	Local
	Igreja Batista.	Local
	2 Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus.	Local
Igreja Evangélica Deus é Amor.	Local	
PANTANAL	Sede da Comunidade Católica Nossa Senhora Aparecida.	Local
	Escola em Regime de Convênio Associação Unidos do Pantanal.	Local (320 alunos)
	Creche Santa Parceria.	Local (120 crianças)
	Igreja Evangélica Assembléia de Deus.	Local
	Igreja Evangélica Quadrangular.	Local
	Ambulatório.	Local (3 dias na semana)
ÁREA DE ENTORNO (no bairro e proximidades)	Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira (FUNPAPA).	Setor/bairro
	Escola Municipal Edson Luís.	Setor/bairro
	Unidade de Atendimento da Terra Firme (FUNPAPA).	Setor/ bairro
	Mercado Municipal do Guamá.	Setor/bairro
	Feira da Augusto Corrêa.	Setor/bairro
	Pronto Socorro do Guamá.	Setor/bairro
	Hospital Universitário Betina Ferro.	Município

Fonte: PMB, 2001a: 31-33.

Como o projeto ainda não está concluído, os equipamentos citados acima já existiam na área. De acordo com o perfil da comunidade existe a necessidade de construção de creches públicas, escolas de pré-escolar e áreas de lazer.

Com relação ao abastecimento de água, as duas áreas são abastecidas pela COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará), através de dois reservatórios elevados, um no bairro da Terra Firme e outro no bairro do Guamá. A malha de distribuição de água possui tubulação de 150 mm de diâmetro na Rua da Olaria (SESAN/FADESP, 1998).

O abastecimento é precário, com problemas de pressão em diversos pontos e vazamento, que são agravados pela existência de áreas alagadas ou passíveis de alagamento, bem como a não existência de rede coletora de esgoto. Nas duas áreas as tubulações são fixadas sob o assoalho das casas e na maioria das vezes cruzam áreas de água estagnada e lixo sob as mesmas, sendo bastante comum a prática de perfurações da rede de abastecimento devido aos problemas de baixa pressão.

Estes fatores facilitam a infiltração de águas contaminadas nas tubulações comprometendo assim a qualidade da água captada pelas residências destas áreas. Com relação a energia elétrica, Nas áreas do Riacho Doce e Pantanal 89,49% das famílias usam energia elétrica. O restante das famílias possivelmente possuem ligações clandestinas, sendo que não existem dados disponíveis quantificando tais ligações.

5.3 Espacialidade do Domicílio

Em resposta ao segundo objetivo específico, quanto a tipologia da habitação, os moradores que habitam em assentamentos informais contam com a flexibilidade construtiva, na área de estudo a grande maioria dos entrevistados interpreta essa flexibilidade construtiva como “liberdade para construir”. Levando em consideração a teoria de Sen (2000) a liberdade para construir, enfatizada pelos moradores, está diretamente ligada à capacidade e valores imbuídos no indivíduo que resultam na liberdade de ação e decisão. Foi constatado que estes moradores constroem a casa de acordo com suas necessidades e suas possibilidades. A grande maioria das casas em madeira. É fácil observar que a reprodução da tipologia habitacional é similar a ribeirinha de áreas de várzea, típica da região amazônica.



Figura 35 – Tipologia ribeirinha I
Fotos da autora. Novembro / 2005



Figura 36 - Detalhe do pórtico de entrada da habitação.
Fotos da autora. Novembro / 2005



Figura 37 – Tipologia ribeirinha II.
Fotos da autora. Novembro / 2005

De acordo com a pesquisa de Costa (2002:75) a casa, como patrimnio, tem forte carga simbólica e coloca-se como principal anseio do ocupante. Segundo Villaça (1986:46), a “casa própria”  uma necessidade histórica do capitalismo. Para o “ocupante”, além de ser o abrigo seguro, significa a eliminação do aluguel.

Como relatado anteriormente constata-se uma heterogeneidade, quanto ao tamanho, tipo e uso das habitações. Num levantamento realizado pela PMB/PDLRDP,2001a, foram identificados sete tipos de edificações classificadas a partir do material utilizado de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 09 – Tipologia das Habitações		
USO	TIPOLOGIA DA HABITAÇÃO	FREQUENCIA (%)
RESIDENCIAL	MADEIRA	50
RESIDENCIAL	MADEIRA	18
RESIDENCIAL	ALVENARIA	13
RESIDENCIAL	ALVENARIA	9
COMERCIAL	MADEIRA	6
COMERCIAL	MADEIRA/ALVENARIA	2
COMERCIAL/ RESIDENCIAL	MELHOR PADRÃO CONSTRUTIVO	2

Fonte: PMB/PDLRDP,2001 a :50:51

De acordo com observação in loco, foi verificada também a existência de habitações compostas por um único cômodo, com área inferior à 30m². Geralmente essa tipologia de habitação é construída nos quintais das casas formando as vilas de quartos, cujo aluguel serve como fonte de renda ao proprietário. Essas vilas de quartos também são comuns à residências multifamiliares.

Quanto ao tempo de moradia, constatou-se que os moradores, tanto da área do Riacho Doce quanto do Pantanal, estariam vivendo no assentamento por 10 anos em média, mas antes de chegarem até o assentamento em questão passaram por outros domicílios, no mesmo bairro ou em bairros próximos. A grande maioria afirma que procurou o assentamento porque morava de aluguel, outros porque moravam na casa de parentes. Para todos, o assentamento informal foi a forma de ter acesso à casa própria. A grande maioria hoje residente na área comprou a casa. Entretanto, para Trindade Jr.(1998) o pagamento pela cessão de posse da habitação não o descaracteriza como “invasor” perante os outros “agentes”. No entanto, o termo invasor está diretamente vinculado ao ato de “invadir” a terra. Então, pode se dizer que a compra do lote ou cessão de posse retira o morador da condição de “invasor” e o coloca na condição de “ocupante”. A condição de “ocupante” também está vinculada ao processo de consolidação da “ocupação”.

Observa-se que os moradores mais consolidados são aqueles que estão à mais tempo nos assentamentos e são provenientes de outros bairros como é o caso do Sr^o. S.:



“Eu moro aqui no Tucunduba há 14 anos. Primeiro fomos para a Angustura em frente a praça do Jaú, lá eu aluguei um quarto de madeira com 4 de frente por 4 de fundos, e lá morei 01 ano. Depois fui para Pass. São Cristóvão, depois fui pra Fernão de Castro, depois fui pra Santa Casa, tudo no aluguel. A gente tinha um conhecido aqui, que tinha uma casinha aí nós falamos com ele lá no Ver-o-Peso. Quando viemos pra cá era um quartinho alagado lá no fundo que media 3x3m, o terreno era grande mas o quartinho era lá no fim. (Sr. S., morador da Quadra 01 do Riacho Doce).

Figura 38 – Morador consolidado na areado Riacho Doce. Fotos da autora. Dezembro/2005

Durante a investigação sobre o processo de melhoria das habitações, observamos claramente estratégias de superação da pobreza como: fator solidariedade, trabalho voluntário e ajuda mútua. Dentro dessa perspectiva, identificamos os agentes que fazem parte do processo de produção da habitação informal dentre eles destacamos: paciência, solidariedade, trabalho, e o tempo que se constitui em um agente determinante nos assentamentos informais. Como no caso da Sr^a. R.:



“Pra melhorar a casa tive que fazer um empréstimo da minha patroa, pedi 10 meses de serviço adiantado pra ela e combinei com o meu vizinho de fazer o buffet dos 15 anos da filha dele, em troca ele faz o serviço de pedreiro, ele vai fazendo devagar, quando der” (D. R. – Quadra 03 casa n°129).

Figura 39 – Casa em obra.
Fotos da autora. Dezembro/2005

O perfil do domicílio se caracteriza de forma heterogênea. Sendo a grande maioria formada por habitações nucleadas, ou seja, com até três gerações cohabitando. Nesta área é comum a subdivisão de lotes ou casas para beneficiar familiares. Como é o caso da habitação da Sra. Maria da Prata localizada no Riacho Doce na Quadra 16 casa n°745. A casa funciona como um grande condomínio onde os filhos constituíram família e cada um ocupa um quarto.



Figura 40 - Moradia onde cohabitam várias famílias no Riacho Doce.
Fotos da autora. Dezembro / 2005

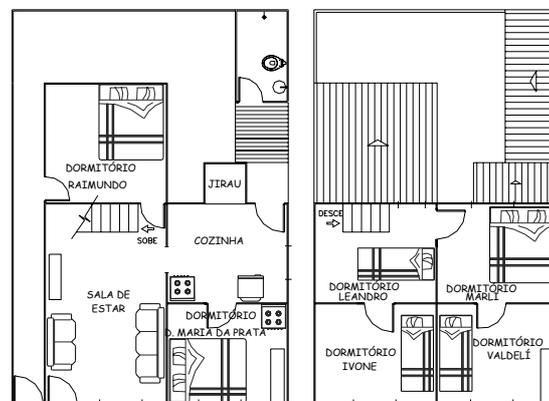


Figura 41 – Planta Baixa da habitação onde cohabitam várias famílias no Riacho Doce.
Fotos da autora. Dezembro / 2005

5.4 Análise do PDL

O projeto iniciado em 2001 tinha como previsão de término em 2004. Entretanto, o projeto atualmente apresenta-se com apenas 28% de suas obras concluídas. Esta seção tem como objetivo apresentar os resultados para o terceiro objetivo específico, dentre os quais destacamos os principais entraves que prejudicaram o andamento do projeto e os resultados das ações realizadas pelo Plano de Desenvolvimento Local.

5.4.1 Os entraves políticos

O primeiro entrave político foi a mudança de governo municipal. Durante o período de transição a Unidade de Gerenciamento de Projetos (escritório) localizado na área do projeto não desenvolveu nenhuma atividade. A maioria dos funcionários, como eram temporários, foram substituídos e levaram consigo todo conhecimento acumulado ao longo das etapas já implantadas. Portanto, as experiências e os conhecimentos adquiridos não foram aproveitados para administrações posteriores.

De acordo com a arquiteta atual da equipe:

“O período de transição foi muito difícil, ninguém quis repassar nada. Recebemos os computadores todos limpos, vazios, sem nenhum arquivo. Tivemos que começar tudo do zero” (Trecho da entrevista realizada com a arquiteta da equipe).

As Unidades de Gerenciamento de Projetos, formadas pelas secretarias municipais, são responsáveis pelo andamento das atividades à serem implementadas nas comunidades em questão. Entretanto, estas unidades têm atuado de forma desarticuladas, acredita-se que devido à diferenças partidárias. As secretárias, que deveriam fiscalizar e participar do programa demonstram descaso e desconhecimento em relação ao projeto, e não interagem entre si, o que constitui um obstáculo para o desenvolvimento e absorção de conhecimentos.

“ É terrível, apenas um dias desses que a FUNPAPA, veio saber que tinha que ter uma creche aqui no projeto, agora me diz como eu vou fazer para arrumar carteiras, quadro negro, professor, etc. ? (Trecho da entrevista realizada com a arquiteta da equipe).

5.4.2 A realidade da habitação proposta

As dificuldades em relação a execução da proposta habitacional iniciaram a partir do momento em que a justiça decidiu que o terreno pertencente à Cooperufpa não seria desapropriado. E por não haver um outro projeto, houve a necessidade de elaboração de uma segunda proposta. Entretanto, em virtude da necessidade de implementação da segunda proposta não houve tempo hábil para que fosse considerado o perfil da comunidade contido no PEMAS e a tipologia habitacional difere totalmente do discurso proferido pelo PDL, adequando-se estritamente às exigências dos parâmetros do órgão financiador, haja vista, que foram adotados modelos de casas “embriões” e conjunto de apartamentos, configurando-se em uma incoerência em relação à realidade da comunidade, fato observado durante pesquisa de campo de acordo com o relato de um morador remanejado dentro da área do Pantanal:

“Antes éramos 08 pessoas, agora infelizmente somos só 05 pessoas. Não couberam as pessoas, nem os móveis, inclusive eu me desfiz até do meu ponto comercial para fazer essa parte aqui de trás e hoje eu vivo desempregado. Me prometeram dar um Box na feira. Eu trabalhava com açaí, mas até agora não me deram posição. Olha só a cozinha, ficou tudo bagunçado, agente ta se ajeitando pouco à pouco” (Srº R., morador do Pantanal).

Assim como a segunda proposta perdeu a ênfase em relação à participação comunitária, haja vista, que não houve consulta à comunidade. Em termos arquitetônicos, se compararmos à proposta inicial, a substituição dos lotes urbanizados, melhorias habitacionais e a adaptação de sobrados, por blocos habitacionais não atingiu o objetivo do projeto físico de desadensamento da área e não houve uma preocupação maior em relação a formulação dessa segunda proposta. A opinião da Engenheira do projeto sobre a segunda proposta é que o PDL, proposto inicialmente, seria um projeto “piloto”, e acabou tornando-se um projeto comum como os observados durante a gestão do BNH.

As obras já foram iniciadas, apenas um prédio referente à segunda etapa do projeto está terminado. As famílias que ocuparão os apartamentos foram escolhidas pelo método de sorteio, independente de serem portadores de necessidade especiais ou de sobreviverem do comércio na área. De acordo com entrevista realizada com a arquiteta do projeto os sorteios serão realizados entre os moradores que estão recebendo o auxílio aluguel e de acordo com a necessidade será realizada a troca dos apartamentos.



Figura 42 – Fachada do prédio da 2ª proposta
Fotos da autora. Março/2005

As ruas principais já foram pavimentadas o que possibilitou a introdução de uma linha de ônibus que passa na Av. Tucunduba facilitando a acessibilidade ao assentamento. Entretanto os moradores reclamam que devido ao pouco número de veículos dessa linha, eles acabam caminhando para a parada localizada na Rua Barão de Igarapé Miri esquina com a Rua Augusto Corrêa. A pavimentação também facilitou a coleta de lixo acontece regularmente. Quanto ao fornecimento de água, continua sendo um problema na área, devido à baixa pressão na tubulação a água continua chegando de forma escassa nas casas.

5.4.3 Resultados sociais

As ações sociais aconteceram de forma mais intensa no período de 2002 ao primeiro semestre de 2003 com as atividades do Trabalho de Participação Comunitária, dentre as quais destacamos: as atividades de mobilização e organização da comunidade, de acompanhamento social às famílias remanejadas, de educação sanitária e ambiental, de geração de trabalho e renda e o atendimento e informação. Em visita à comunidade identificamos ações que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida das comunidades dentre as quais destacamos: MOVA, cursos de capacitação e requalificação profissional e palestras relacionadas ao lixo doméstico que antes era jogado no igarapé.

Por outro lado, detectamos erros no cadastramento das famílias ou mesmo a ausência de cadastramento, o que influenciam diretamente sobre o recebimento de benefícios. Tais problemas se apresentam em virtude de muitas moradias serem compostas por diversas famílias, e devido à demora do projeto, outras famílias se constituíram dentro do grupo familiar.

“(…) Depois que eu casei, eu construí no fundo da casa da minha mãe porque não tinha possibilidade de eu comprar um terreno. E agora eles estão dizendo que minha casa não está cadastrada no projeto, e querem que eu saia daqui sem me dar nada” (Srº R, morador da quadra 15 no Riacho Doce).

Em relação à participação da comunidade observamos que, no aspecto relacionado à habitação, para a implantação do projeto, houve imposição por parte da prefeitura em relação ao remanejamento dos moradores.

Bem, quando o projeto começou não tinha como reivindicar o terreno da casa, até porque isso aqui é uma invasão, não tinha acordo com eles ou aceitava a indenização ou morava no que eles davam. (Srº D, morador do Pantanal)

Outro fator que dificulta o andamento do projeto é a falta de informação sobre o projeto por parte da comunidade. Os grupos formados para realizar o intercâmbio entre os técnicos da prefeitura e a comunidade não repassava aos moradores os resultados

deliberados nas reuniões, provocando o descrédito do projeto, e dificultando ainda mais o andamento do projeto.

“Eu nunca mais escutei falar nada, nem se tiver eu não vou mais nessas reuniões, é só conversa, já estamos há mais de não sei quantos anos esperando o final dessa projeto e até agora nada” (Srº P., morador do Riacho Doce).

Em oficina realizada no dia 27 de abril de 2002 como apresentação do resultado da pesquisa: “Planejamento e gestão urbana no Município de Belém (1997-2000): práticas e representações sobre a política de saneamento ambiental a partir da experiência de intervenção na bacia do Tucunduba”, no Liceu de Artes da Prefeitura Municipal de Belém, uma parceria entre a UFPA/NAEA/MEGAM, Prefeitura Municipal de Belém, lideranças da bacia do Tucunduba (CEB’s, presidentes de centros comunitários, lideranças políticas) e moradores foram identificadas as seguintes questões:

- O Conselho de Controle de Participação Popular (CCPP) o Conselho do Projeto de Desenvolvimento Local (PDL), as lideranças dos Centros Comunitários do Guamá e da Terra Firme e moradores ressaltam as dificuldades para acompanhar a dinâmica do Projeto Tucunduba e do PDL em cursos, uma vez que o baixo grau de escolaridade não lhes permitem maior desempenho.
- Os representantes do CCPP e do PDL citam a resistência dos técnicos da Prefeitura em fornecer as informações solicitadas.
- As lideranças ressaltam que a participação popular é limitada pela falta de conhecimento sobre os instrumentos de gestão urbana, o que impede o exercício do controle social.
- As lideranças reclamam da atenção diferenciada dos técnicos da Prefeitura em relação ao início da obra em 1998.
- O evento foi destacado como um momento histórico, por ser a primeira vez que a Universidade repassa às lideranças e moradores as informações produzidas pelo aluno de pesquisa.
- As lideranças solicitaram outros momentos com a Universidade para a realização de trabalhos perspectiva de discutir o meio ambiente urbano.

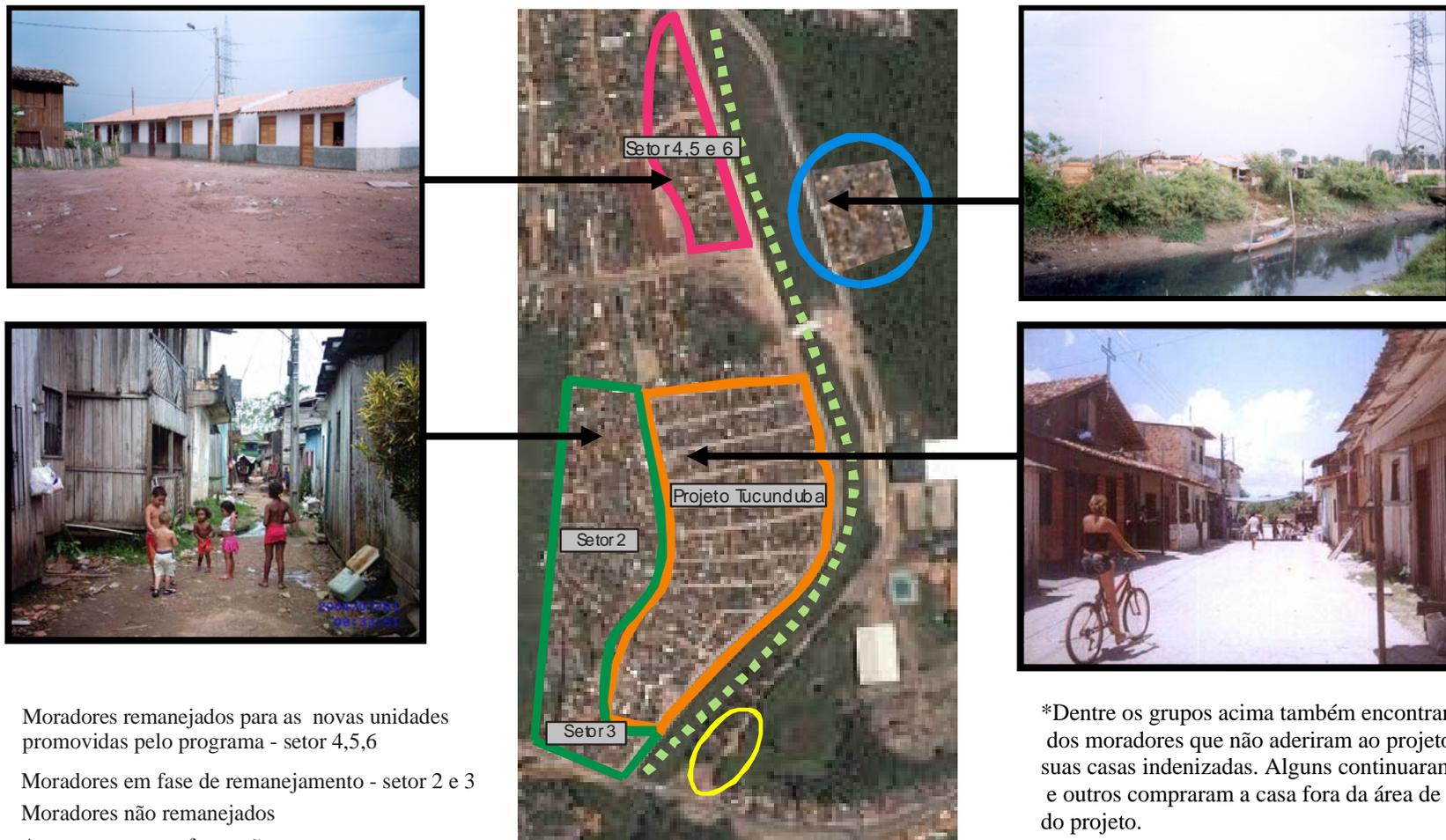
Dentre outros problemas detectamos que as soluções de remanejamento apresentadas recaem na incerteza de que a população deslocada permaneça nas unidades sanitárias em virtude da tipologia da habitação oferecida, como consequência os moradores são remanejados e vendem a unidade, assim como as baixas indenizações oferecidas pela benfeitoria ainda competem com o programa na preferência da escolha no caso de relocação por conta própria, levando ao risco do morador optar por outro assentamento informal.

5.5 Os mecanismos de desapropriação e seus resultados

Os mecanismos de desapropriação das áreas resultaram em cinco realidades dentro da área de intervenção do projeto assim como também foi possível identificarmos qual o perfil de ocupante que se adequa ao projeto e quem consegue se adaptar à tamanha modificação em seu modo de vida. Após a descrição das realidades apresentamos um quadro de avaliação de cada família entrevistada.

Segue abaixo a classificação dos moradores da área de intervenção do projeto:

- a) Moradores não remanejados beneficiados pelo Projeto Tucunduba;
- b) Moradores que estão em processo de remanejamento, dentre eles:
 - Os que estão recebendo o auxílio moradia.
 - E os que aguardam em suas casas a conclusão do projeto.
- c) Os moradores remanejados para as unidades sanitárias concluídas no Pantanal;
- d) Os indenizados;
- e) Outro assentamento em formação.



Legenda:

- █ Moradores remanejados para as novas unidades promovidas pelo programa - setor 4,5,6
- █ Moradores em fase de remanejamento - setor 2 e 3
- █ Moradores não remanejados
- █ Assentamento em formação
- █ Escritório da prefeitura
- █ Curso do Rio Tucunduba

Figura 43 – Mecanismos de desapropriação e seus resultados. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém CODEM, 1998, adaptado pela autora.

*Dentre os grupos acima também encontramos o grupo dos moradores que não aderiram ao projeto e tiveram suas casas indenizadas. Alguns continuaram na área e outros compraram a casa fora da área de influência do projeto.

a) Os moradores não remanejados pelo PDL e beneficiados pelo Projeto Tucunduba

Classificamos como moradores não remanejados aqueles que fazem parte da área do Riacho Doce que foi beneficiada pelo Projeto Tucunduba, projeto anterior ao PDL, que como foi apresentado no capítulo III, que tinha como objetivo redimensionar as intervenções de macrodrenagem na Bacia do Tucunduba (proposta pelo projeto Infra-Marco), além de garantir a permanência da navegabilidade, que ficaria comprometida se o igarapé fosse revestido em concreto.

A proposta de revestimento natural no Igarapé reduziu significativamente os custos do projeto, possibilitando a ampliação das metas de drenagem e pavimentação. Foi possível realizar a pavimentação asfáltica das avenidas marginais, dentre as quais podemos destacar a Av. Tucunduba e a pavimentação asfáltica do final da Rua Barão de Igarapé-Miri, assim como a pavimentação em bloquetes das vias transversais das áreas Riacho Doce, Pantanal e Nova Terra Firme, áreas adjacentes ao Igarapé.

Entretanto, como o recurso não conseguiu abranger toda a área do assentamento, beneficiou apenas a parte adjacente ao igarapé até a Rua da Olaria, dividindo espacialmente o assentamento Riacho Doce. Portanto, de um lado da Rua da Olaria residem os beneficiados pelo Projeto Tucunduba e do outro lado os que aguardam o processo de remanejamento resultante dos mecanismos de desapropriação do PDL. Dentre os moradores retirados das margens do igarapé pelo Projeto Tucunduba, consideramos apenas estão os que assentados na área em questão.

Os moradores não remanejados apresentam-se tranquilos e satisfeitos em relação ao andamento do projeto. O fato das famílias terem permanecido na área e em suas casas, não desagregou os núcleos familiares, fortaleceu aspectos referentes às ligaduras dentro da comunidade, assim como manteve a fonte de renda de quem dependia da moradia. Observamos ainda que as famílias mais experientes, que já haviam passado por assentamentos anteriores, são as que melhor conseguem se apropriar dos benefícios.

A certeza de que não seriam remanejados pelo PDL motivou as famílias a realizarem melhorias na habitação. As melhorias foram realizadas através do processo de auto-

construção e não houve nenhum apoio técnico do PDL. Dentre as melhorias mais comuns destacamos: elevação do nível da casa ao nível da rua devido ao serviço de pavimentação, a agregação do banheiro à residência, aumento da área construída e a substituição dos quintais por pequenas áreas de serviço, revestimento de piso, entre outros. Como relata o Sr. Raul morador da Rua da Esperança casa nº 113.



“Era uma lama, uma mata, viemos pra cá porque não tinha pra onde ir. Hoje daqui eu não saio daqui ninguém me tira. Antes era só um quarto de madeira com dois compartimentos e o banheiros era fora, agora veja que beleza...”

(Srº R. morador do Riacho Doce)

Figura 44 - Casa do Srº . R. no Riacho Doce. Fotos da autora. Novembro / 2005

Durante o processo de melhoria das casas é comum a substituição da madeira pela alvenaria, assim como a substituição do modelo arquitetônico ribeirinho pelo modelo urbano de formas rígidas da cidade. Identificamos também que as melhorias referentes à infra-estrutura, como pavimentação das ruas e adequação da iluminação pública, associadas à projetos educacionais como o MOVA motivaram adultos a voltar a estudar.



... Agora ficou mais fácil chegar até a escola, antes não tinha condição era tudo escuro e um lamaçal, agora ta bom, dá pra ir à noite. (Srª. J., moradora do Riacho Doce).

Figura 45 – Final da Rua Barão de Igarapé-Mirí que dá acesso aos assentamentos. Foto da autora. Dezembro /2005

Mesmo com as melhorias realizadas pelo projeto algumas questões de infra-estrutura continuam pendentes. Em algumas quadras como na Quadra 02 e 03 a o encanamento não possui pressão adequada para conduzir a água até a pia ou chuveiro das habitações.

Entretanto, durante as entrevistas constatamos que alguns moradores não vêm problemas em ter que coletar água em uma tubulação embaixo da casa, uma vez que estes reconhecem que as condições antes do projeto eram bem piores e que para coletar água tinham que ir até a torneira pública na rua principal, entrar na fila e carregar a lata d'água na cabeça.

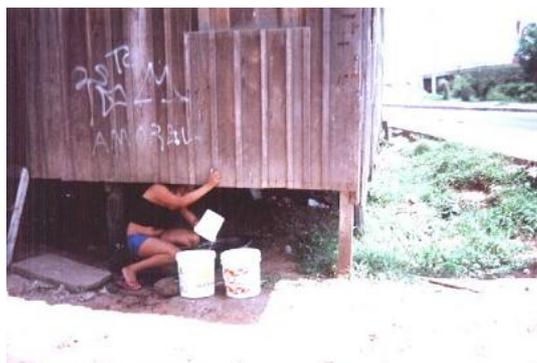


Figura 46 - Coleta de água I. Fotos da autora. Novembro / 2005



Figura 47 - Coleta de água II. Fotos da autora. Novembro / 2005

Entretanto, outros moradores mais informados não se contentam com o resultado do projeto como é o caso da Sr.^a A. que foi líder da comunidade durante a implementação do projeto.

(...) Aí depois começaram o trabalho da macrodrenagem, fizeram em todas as quadras desse lado daqui. Aí quando foi fazer a Rua da Olaria tava na planta 5 metros de largura e ela possuía 4 metros, aí já entrou outro engenheiro que achou que não devia recuar as casas e ainda botou uma calçada de 1 metro, por isso ficou tão estreito. O esgoto geral veio só até a quadra 02 pra cá só passou um tubo pequeno e inclusive o nosso esgoto pra cá não funciona, só depois que eles desapropriarem o terreno da fábrica de palmito para construir a ETA , por enquanto quem quiser esgoto tem que compra um monte de cano para jogar para a quadra 03 ou 04, a tubulação passa na frente da casa mas não funciona.

(...) Eu cheguei até a discutir com o engenheiro, porque antes dele aprontarem essa tubulação eu perguntei porque eles não chamavam a cosanpa, aí ele me perguntou, o que eu era e o que eu sabia disso, aí eu fui lá no projeto conversar e o outro engenheiro disse que já tinham

metido um ofício na cosanpa e a consanpa se recusou a atender a solicitação. Fizeram o serviço muito mal feito, aí passou um carro pesado e estourou tudo quanto foi cano, aí eu procurei aquele engenheiro e falei que o serviço tava uma porcaria, e que era pro tubo passar em baixo da calçada, e não na pista. O Engenheiro disse que eu queria mesmo era viver na lama, e eu perguntei pra ele: Pra que uma rede de esgoto que não funciona? Uma água que não chega? Uma rua estreita? (Sr.^a A. moradora do Riacho Doce).

Outros moradores sofrem pela falta de instrução e de informação sobre o projeto, fator observado nas residências que não interligaram o sistema de esgoto da casa à rede coletora, e por não conseguirem usufruir das melhorias do projeto, colocam suas casas à venda, devido à valorização da área, como é o caso do morador da Quadra 02 casa nº 88. A água servida da residência continua indo pra baixo da casa por falta de instrução do morador e também por falta de informação sobre o projeto, ou seja, observa-se a necessidade de programas complementares ao programa de urbanização que capacite o morador para usufruir dos benefícios. Conforme abordado no Capítulo I, Sen (1992) advoga que tão importante quanto ter suas necessidades básicas atendidas, seria dispor de meios para aproveitá-las. Apesar do Projeto Tucunduba não ter satisfeito todas famílias entrevistadas, identificamos ações significativas, não só de saneamento e infraestrutura, que contribuirão para a agregação desta área à cidade formal.

b) Os moradores que estão em processo de remanejamento

Como foi verificado no capítulo III, em virtude da não desapropriação do terreno que pertence a Cooperufpa o projeto habitacional foi modificado. De acordo com o mapa de setorização do PDL, as famílias que estão em processo de remanejamento ocupam o setor 02, área do Riacho Doce que fica entre a Rua da Olaria e o muro do terreno, e o setor 03, área localizada em frente à Av. Perimetral, devem desocupar suas casas de acordo com a solicitação da prefeitura, para que sejam construídos no local os conjuntos de apartamentos.

Dentro deste grupo encontramos:

- b.1) Os moradores que continuam em suas casas aguardando a solicitação da prefeitura.
- b.2) Os moradores que optaram pelo apartamento e atualmente recebem o auxílio moradia, enquanto aguardam a conclusão das obras.

b.1) Os moradores que continuam em suas casas aguardando a solicitação da prefeitura.

Os moradores que habitam na área sofrem com a incerteza sobre a data do remanejamento, e se sentem “enganados” em relação ao segundo projeto que foi apresentado que não contou com a participação popular. Muitos moradores ainda possuem dúvidas se vão aderir ou não ao projeto em virtude da tipologia da habitação apresentada, tais fatores contribuem para o aumento do fator vulnerabilidade em relação ao domicílio.

Quando indagados sobre o modo de vida antes e depois do projeto PDL, 100% dos entrevistados afirmam que a vida era melhor antes, haja vista, que não havia a incerteza do remanejamento que ocorre à passos lentos. Como identificado por Moser (1998:3) tais transformações contribuem para aumentar o risco e a incerteza, assim como contribuem para o declínio do auto-respeito. Como relata Sr^a N.:

“ Antes era tranquilo, a gente pensava que iria ficar aqui a vida toda. Agora a gente não pode nem mexer na casa porque as coisas nunca se resolvem e eu não quero perder a minha casa que é a única coisa que eu tenho” (Sr^a. N., moradora do Riacho Doce).

Nesta área é comum identificar domicílios onde a mulher é a provedora dos recursos do domicílio. O acesso à renda da maioria dos moradores se dá através do trabalho informal ou temporário e existe uma grande quantidade de mulheres chefes de família que trabalham como temporárias na fábrica de castanha localizada na Av. Bernardo Sayão. Os trabalhos mais comuns são: diarista, flanelinha, vendedor de lanche, etc. A renda média das famílias entrevistadas não chega à R\$350,00 e consideramos alto o nível de desemprego na área.

As casas, na sua grande maioria, são em madeira e apresentam a tipologia arquitetônica similar ao dos ribeirinhos. O processo de melhoria das moradias aconteceu antes do início do projeto dentre as quais destacamos: agregação do banheiro ao domicílio e troca de tábuas do assoalho. Tais melhorias contaram com recursos resultantes da força de trabalho, e das ligaduras estabelecidas com a comunidade. Os moradores afirmam que antes do projeto a casa estava em constante processo de melhoria, ainda que lentamente, com o início do projeto a prefeitura solicitou que nenhuma melhoria fosse realizada devido a previsão de remanejamento e de demolição das casas.

Eu comprei a casa aqui achando que ia viver tranqüila, já tinha saído da outra casa na beira do igarapé por causa do outro projeto (refere-se ao Projeto Tucunduba) e queria melhorar essa agora. Estava até fazendo isso mas a prefeitura mandou parar (Sr^a. M., moradora do Riacho Doce)

Outra dificuldade é que a desapropriação da área tem ocorrido à passos lentos, de forma que, a área vai ficando deserta, e algumas casas que ainda estão em processo de acordo que permanecem no local acabam ficando isoladas e sofrem com o aumento da violência e a interrupção dos serviços de água e luz, devido às demolições realizadas sem nenhum critério. Como relata o Sr^o. L.:

(...) Eu tô achando que a prefeitura está sendo muito irresponsável, com a demolição esbandalha a energia, na última demolição quase que a casa pega fogo, aumentou o número de assaltos, piorou muito, a gente tá na incerteza, a gente não tem garantia nenhuma. Se agente aceitar sair da nossa casa e for para o aluguel quem garante que o apartamento vai sair ?. (Sr^o.L., morador do Riacho Doce).



Figura 48 - Área demolida. Fotos da autora. Novembro / 2005



Figura 49 - Moradia isolada. Fotos da autora. Novembro / 2005

Os objetivos definidos pelo programa, no que diz respeito aos mecanismos de desapropriação e remanejamento, impõem à comunidade dessa área uma condição de pobreza que pode ser definida a partir da teoria de Sen (1992) que enfatiza que dada as oportunidades reais, o que inclui circunstâncias pessoais, sociais e espaciais em que o indivíduo está inserido, o mesmo deve dispor de liberdade de ação e decisão.

Neste caso, essa comunidade está tolhida da sua liberdade de escolha quanto a sua localização dentro da cidade, haja vista, que de acordo com as entrevistas o valor das indenizações é baixo, ou seja, resta ao morador aceitar o apartamento proposto pelo PDL, entretanto, a tipologia habitacional do apartamento não leva em conta o valores pessoais da comunidade, que para o autor, trata-se de disponibilidade de meios para funcionar (*functionings*), ou seja o projeto não leva em consideração a capacidade da comunidade de condução sobre o modo de vida escolhido que permitam obter a satisfação de tais necessidade (*capability set*).

b.2) Os moradores que estão recebendo auxílio moradia - aluguel

As famílias que recebem o auxílio aluguel eram moradores do setor 02 e 03 de acordo com a planta de setorialização do PDL. No momento da desapropriação a família que opta pelo apartamento recebe um auxílio de R\$ 200,00 fornecido pela Prefeitura para que alugue uma casa, enquanto aguarda o término da obra, e como “garantia” da entrega da casa recebe apenas um “Termo de Compromisso” assinado por um técnico do projeto. No final de 2001, ocorreu um incêndio na área do Riacho Doce. Os moradores vítimas do incêndio também recebem o auxílio moradia e passaram a morar em imóveis locados e também aguardando a conclusão do projeto para o remanejamento.

A primeira dificuldade verificada dentro deste grupo é o valor oferecido pela prefeitura que não é suficiente para o aluguel de uma casa, haja vista, que além do valor do aluguel existem outras despesas que as famílias localizadas nessa área não pagavam como: água e luz. Em virtude do baixo valor do aluguel fornecido pelo prefeitura identificamos tipo de moradias precárias assim como sub-locações de casas, inclusive em áreas já entregues pelo projeto. Como exemplo citamos o caso da Sr^a. M., moradora que está recendo o auxílio moradia.

Antes moravam 08 pessoas e agora moram só 02 pessoas. Eu e a minha filha mais nova. Com o projeto cada um teve que tomar o seu rumo. A filha foi pra Ananindeua, o filho foi pra Pass. João de Deus, o outro foi pra Mocajuba, o outro para Oeiras...era para gente passar 03 meses no aluguel já estamos bem 02 anos. Nossos móveis estão todos quebrados, porque não cabe a gente pode alugar. A minha filha está grávida foi pra Ananindeua, ela passa o dia na casa e só vai à noite pra casa dela” (Sr^a. M, moradora remanejada no Pantanal)

As moradoras em questão pagam 100 reais por 02 cômodos, a sala e a cozinha a dona da casa ficou com o quarto. Elas ainda pagam 50,00 reais de luz. D. Maria pendura o sofá no teto da sala. Devido aos entraves referentes ao andamento da obra, os moradores que estão recebendo o auxílio moradia sofrem com o atraso da entrega dos apartamentos. As famílias afirmam que a prefeitura atrasa o pagamento, o que dificulta ainda mais o processo de locação acarretando mudanças constantes, resultando nas perdas de mobiliário da família. Como apontado no Capítulo I, Cardoso (2002) traduz o conceito de vulnerabilidade para o espaço urbano como insegurança e sensibilidade no bem-estar dos indivíduos, famílias e comunidade diante de um meio ambiente em transformação, e implícito nisto sua capacidade de oferecer respostas e de resistir a riscos enfrentados em cada transformação negativa. A grande quantidade de remoções no setor 2 e 3 famílias gerou uma especulação imobiliária e o aumento dos valores do aluguel das casas principalmente na área beneficiada pelo projeto Tucunduba onde os moradores não foram remanejados.

c) Os moradores remanejados

Os moradores remanejados para as unidades sanitárias, localizados no setor 4,5 e 6, atualmente residem em uma casa de 32m² edificadas pela prefeitura e caracterizam-se por já terem passado pelo processo do aluguel e hoje estão assentados.



Figura 50 - Conjunto de casas no Pantanal.
Fotos da autora. Novembro / 2005

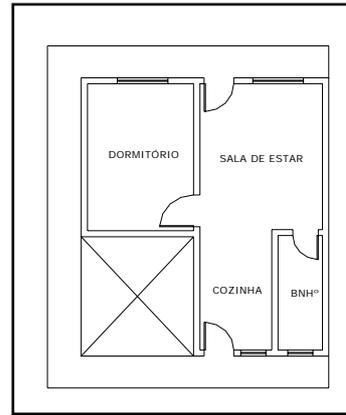


Figura 51 - Planta Baixa da casa proposta pelo projeto. Fonte: levantamento feito no local
Dezembro /2005

Dentro deste grupo a tipologia da habitação atingiu principalmente as famílias numerosas que se desmembraram em virtude do tamanho da habitação conforme ilustração anterior. Diferente do que ocorre nas ruas do Riacho Doce, nesta área é comum observar as ruas desertas, acredita-se que este fato se deve ao remanejamento recente das famílias que tiveram seus grupos de vizinhança desfeitos, fator que colabora para o aumento da violência na área e a implantação do narcotráfico.

Os moradores relatam que suas moradias anteriores eram maiores, com dois pavimentos e que possuíam em média 06 compartimentos, a grande maioria em madeira. Diante dessa disparidade, várias moradias têm passado pelo processo de ampliação, entretanto, os motivos da ampliação não se dão apenas em virtude do número de pessoas da família, os motivos são diversos, dentre os quais destacamos: adequação da casa para comércio, agregação de família, separação conjugal, etc. As ampliações normalmente são realizadas em alvenaria, através do processo de auto-construção e normalmente avançam para além do meio fio. Outros moradores relatam que foram enganados, e que fora prometido pelo PDL uma casa de acordo com o tamanho da casa anterior como é o caso do Sr.º R.:



“Era uma casa de madeira, só que ficavam entre duas casas e estes vizinhos haviam aterrado o terreno, ou seja, a água servida ia pra baixo da minha casa e quando chovia era um desespero. Aí veio o projeto, saí da casa mais pelo incômodo, fui pro aluguel, eles disseram que não tinham dinheiro para indenizar a gente, eles nos enganaram, se eu tivesse sido indenizado eu não teria ido pro aluguel. Primeiro

Figura 52 – Moradia ampliada no Pantanal I.
Fotos da autora. Novembro / 2005

disseram que a casa (que iria ser construída pelo projeto) ia ser de acordo com a casa do morador . Na verdade, eles favoreceram alguns e desfavoreceram outros.

Disseram que as casas com estabelecimentos comerciais seriam feitas com estabelecimentos comerciais. Você está vendo algum espaço aqui para estabelecimento comercial?

Antes éramos 08 pessoas, agora infelizmente somos só 05 pessoas. Não coube o número de pessoas, nem os móveis, inclusive eu me desfiz até do meu ponto comercial para fazer essa parte aqui de trás e hoje eu vivo desempregado. Me prometeram dar um Box na feira. Eu trabalhava com açaí, mas até agora não me deram posição. Olha só a cozinha, ficou tudo bagunçado, agente ta se ajeitando pouco à pouco. (Sr.º R., morador do Pantanal).

Entretanto, para alguns moradores a melhoria do aspecto físico da habitação no que diz respeito ao material (alvenaria), por possuir banheiro dentro da casa, pia, caixa d'água principalmente no que diz respeito a infra-estrutura, ao saneamento, drenagem, coleta de lixo, e acessibilidade são aspectos que para algumas famílias, conforme observamos, as mais pobres, compensam a diferença de área entre a moradia anterior e atual.

Dentre os remanejados, observamos que as famílias que contam com o emprego formal dentre eles os mais comuns são: empregos no setor de limpeza, fiscal de linha de ônibus e aposentados, ou seja, os que possuem acesso à crédito, são os que melhor conseguem se apropriar da habitação. Dentro deste grupo observamos casas em constante melhoria dentre as quais destacamos: aplicação de revestimento, ampliação da residência para dois pavimentos, etc, conforme depoimento abaixo:

Antes do projeto a vida era pior, agente vivia no meio do lixo, não era assim organizado como é agora, faz tempo que eu não vejo um rato, a gente não sente tanta falta da vida antes porque ficou uma coisa melhor .

Aqui no Pantanal a melhor casa era a minha... quem pegou a indenização se arrependeu! Passei 10 meses no aluguel mas valeu a pena. (Sr.ª M., moradora do Pantanal)



Figura 53 - Residência com dois pavimentos. Fotos da autora. Novembro /2005



Figura 54 - Melhorias realizadas na residência. Fotos da autora. Novembro / 2005

De acordo com as entrevistas, antes do remanejamento, o acesso à renda, por algumas famílias, se dava através de pontos comerciais, localizados no próprio domicílio, entretanto, a habitação proposta não conta com espaço para ponto comercial e de acordo com o PDL seria oferecido um boxe na feira para as famílias que possuíssem comércio em sua residência, entretanto, a feira ainda não está funcionando.



Figura 55 – Local prevista para a feira. Fotos da autora. Dezembro/2005

Dentre os objetivos propostos pelo programa, nessa área destacamos o controle através de cadastro e acompanhamento das famílias assentadas a fim de evitar construções irregulares e a invasão do espaço público. Entretanto, no local podemos observar que a falta de fiscalização tem propiciado construções irregulares.



Figura 56 – Moradia em ampliação no Pantanal.
Fotos da autora. Novembro/2005



Figura 57 – Moradia ampliada no Pantanal II.
Fotos da autora. Novembro/2005

Observamos que no local ainda existem moradores resistem ao processo, e que não aceitam negociar com a prefeitura. Outros, não estão cadastrados no programa e não tem pra onde ir, segundo a prefeitura, as famílias que não estão cadastradas são aquelas que chegaram depois do início do projeto. Estas famílias não contam com nenhum tipo de apoio da prefeitura.



Figura 58- Família que resiste ao remanejamento I.
Fotos da autora. Novembro / 2005



Figura 59 - Família que resiste ao remanejamento II.
Fotos da autora. Novembro / 2005

d) Os indenizados

Os indenizados são os moradores que não aderiram ao projeto. Dentre os indenizados identificamos os que foram para além da primeira légua patrimonial e os que continuaram em bairros próximos e até mesmo os que permaneceram dentro do assentamento e buscaram áreas mais consolidadas que não seriam afetadas fisicamente pelo PDL.

Como exemplo de uma família indenizada que fora para além da primeira légua patrimonial identificamos o caso do Sr.º J., quando perguntado sobre o modo de vida se era melhor ou pior antes da mudança:

No meu caso era melhor, apesar que a casa era inferior a essa daqui porque lá a gente tava em cima da água, em cima da lama, mas a gente tava melhor.

Ali enchia, mas a água não acumula. Eu não fiquei lá porque a primeira proposta da prefeitura era fazer o apartamento e quem tinha comércio ia ficar em baixo, aí na outra reunião eles já disseram que quem ia ficar em baixo eram os idosos deficientes e quem tinha comércio ia ganhar um boxe na feira. Eu não ia pra feira pra ficar todo mundo lá disputando freguês. Aí eu preferi a indenização de R\$ 6.000,00. (Sr.º J., morador indenizado)



Figura 61 - Moradia anterior no Riacho Doce I. Fonte: Sr.ºJ. Novembro / 2005



Figura 62 - Moradia anterior no Riacho Doce II. Fonte: Sr.ºJ. Novembro / 2005



Figura 63 - Fachada da moradia atual em Marituba . Novembro / 2005



Figura 64 – Fundos da moradia atual em Marituba. Novembro / 2005



Figura 65 - Moradia da filha do Sr. J. nos fundos da casa. Novembro / 2005



Figura 66 - Poço da moradia atual em Marituba. Novembro / 2005

Sr.º J. afirma que o que melhorou foi apenas em virtude do tamanho da área, pelo tipo do terreno, pelo tamanho da casa, entretanto reclama da falta de segurança. Sr.º J. montou um comércio na sua casa, entretanto o fluxo de pessoas é muito pequeno na rua e área não é propensa à este tipo de atividade. O filho do Sr.º J. continuou trabalhando no Riacho Doce, e para chegar até a parada de ônibus mais próxima tem que se deslocar cerca de 5 Km à pé.



Figura 67- Percurso feito pelo filho do Sr.º J. Fotos da autora. Novembro / 2005



Figura 68- Continuação do percurso feito pelo filho do Sr.º J. Fotos da autora. Novembro / 2005

Como outro exemplo, podemos destacar um morador que continuou no bairro do Guamá. O Sr.º A. recebeu uma indenização de R\$6.000, ele é pedreiro e a esposa é doméstica. O casal possui 03 filhas. Uma de 24 anos que já concluiu o 2º grau e vende roupa, outra de 20 anos que faz faculdade e a menor que está na oitava série.

Sr.º A. não acreditou no projeto, e quando perguntado sobre o modo de vida antes e depois do projeto desabafou:

Não vi melhorar nada, a gente não vai usufruir porque não vai ficar, não tem como ficar, a gente vai ter que ir embora. Há 04 anos atrás a vida era melhor a intenção era melhorar a casa, depois do projeto, ficou tudo diferente...minha filha está abalada e já chorou muito, ela nasceu e cresceu aqui nesta casa (Sr. A., morador indenizado).

Atualmente, Sr.º A., mora atualmente na Pass. Joana D`arc e se diz satisfeito com a nova moradia. O mesmo afirma que se alegra em ter saído de uma área de invasão e que o projeto o beneficiou de alguma forma apesar da casa ser inferior à que ele morava anteriormente. Sr.º A. já está providenciado a melhoria da nova habitação.

Dentre os moradores que permaneceram na área do assentamento os mesmos relataram que o fator localização, assim como o fator vizinhança, foram os principais agentes motivadores para a permanência na área. Observamos que a indenização foi válida para os moradores que possuíam as melhores casas. As casas eram melhoradas gradativamente. Durante entrevista com os moradores conseguimos resgatar algumas fotos das casas que foram demolidas, e podemos perceber que as casas se destacavam entre as demais. O que reflete o grau de consolidação das famílias dentro do assentamento. De acordo com as entrevistas, contatamos que estes moradores se destacam por serem os mais experientes em relação à moradia em assentamentos e por terem compreendido os mecanismos do PDL na sua totalidade.



Figura 69 – Moradia anterior do Sr.ªA. Fotos da autora. Novembro / 2005



Figura 70 – Moradia anterior do Sr.º I. Fotos da autora. Novembro/2005

Conforme observado no capítulo III, concluímos que a os terrenos localizados além da primeira Léguas Patrimonial são maiores, entretanto, dispõem de menos infra-estrutura e são de difícil acesso. Os moradores que optaram por permanecer no bairro, e adquiriram casas em terrenos regularizados, são os que se apresentam em melhores condições, principalmente as famílias que possuem apenas uma geração coabitando. Os moradores estão satisfeitos com a nova moradia e estão realizando o processo de melhoria da habitação através do processo de auto-construção.

As famílias que possuíam uma casa pouco valorizada e / ou com várias gerações coabitando, sentiram dificuldades em encontrar casas nas mesmas proporções da que tinham no assentamento, em função do baixo valor da indenização, o que os levou a se localizarem além da primeira léguas patrimonial ou em outros assentamentos onde os terrenos são mais em conta.

O acesso à renda na maioria das famílias se dá através do trabalho regular, a maioria dos homens trabalham na construção civil, os serviços de melhoria da casa são realizados durante os finais de semana. O grau de escolaridade dos mais velhos é baixo, entretanto existe uma preocupação com o estudo dos filhos.

Em relação aos objetivos definidos pelo programa concluímos que não houve nenhuma preocupação em relação a realocação das famílias indenizadas. As mesmas não

contaram com nenhum apoio técnico por parte do PDL, e esse fator contribuiu para que estas famílias, devido ao baixo valor das indenizações, e por não contarem com programas de financiamento da habitação para famílias até 03 salários, se estabeleçam em outros assentamentos informais, contribuindo para a proliferação dos assentamentos informais.

e) Outro assentamento em formação

Durante a pesquisa de campo observamos a formação de um outro assentamento informal nas proximidades da área de intervenção do projeto. Entretanto, antes desta invasão houve uma outra tentativa de ocupação em um terreno pertencente à Universidade Federal do Pará.

Durante o movimento da primeira invasão foi possível conversarmos com o loteador, o mesmo definia a área a ser ocupada por cada “barraco”, coordenava os serviços de desmatamento a fim de abrir as ruas, e quando perguntado por que estavam invadindo esse terreno o loteador respondeu:

A gente está aqui por necessidade... veja só esse monte de mulher sozinhas com filhos, eles não tem aonde morar.(Loteador do terreno)

Logo este assentamento foi removido pela polícia e a Universidade construiu um muro isolando a sua área. Logo depois, uma outra área vaga, onde seria construída uma área de convivência pelo PDL foi ocupada por habitações informais. Os moradores dessa área relataram claramente que esperam que o serviço que está sendo realizado na outra margem do Igarapé do Tucunduba com o projeto PDL chegue até eles, entretanto, a prefeitura ignora a presença do novo assentamento, pois não se manifesta em relação à tal fenômeno. Atualmente os moradores não possuem energia elétrica e água encanada e vivem em situação de extrema pobreza. Vale enfatizar que um dos objetivos do PDL era ocupar todas as áreas de terrenos vagos, entretanto, as medidas de contenção de ocupação das margens do igarapé não foram suficientes.



Figura 71 - Primeira invasão do outro lado do igarapé em um terreno da UFPA.
Fotos da autora. Novembro / 2005



Figura 72 - Segunda invasão às margens do igarapé.
Fotos da autora. Novembro / 2005

5.6 Sumário e Conclusão

O presente capítulo apresentou os resultados da pesquisa de acordo com os objetivos específicos traçados capítulo anterior. Foram apresentados dados referentes aos aspectos: sócio-econômicos, à evolução da habitação, assim como foi realizada uma análise sobre o PDL a fim de verificarmos se as propostas apresentadas pelo plano, tanto físicas quanto sociais, haviam alcançado o resultado esperado.

Nesta seção podemos observar claramente o grau atrativo oferecido pelas cidades, e a contribuição do espaço para o processo de evolução sócio-econômica do assentamento, que contribuem também para a melhoria do domicílio, foram identificados valores como rede de solidariedade, trabalho voluntário e ajuda mútua, que são utilizados como estratégia para superação da pobreza.

Dentro dos mecanismos de desapropriação do PDL observamos a formação de cinco grupo de moradores: os não remanejados, os em remanejamento, os remanejados, os indenizados, e os moradores que formam um novo assentamento na outra margem do igarapé do Tucunduba.

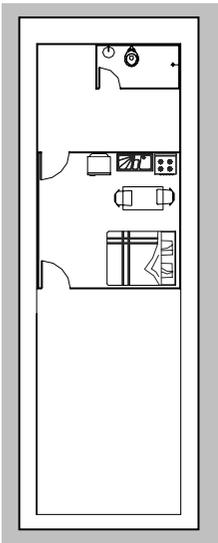
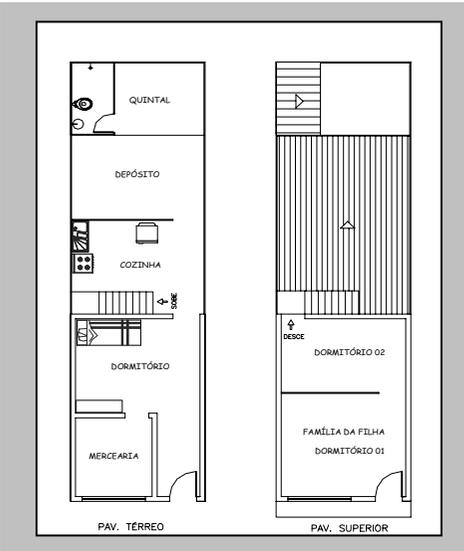
Observa-se que o grupo dos remanejados se encontram satisfeitos com o projeto, em virtude dos mesmos não terem sido remanejados pelo PDL. Os moradores em processo de remanejamento se encontram em situação de vulnerabilidade, devido ao atraso do projeto e por não terem certeza em relação a data do remanejamento. Dentre os remanejados os que conseguiram se apropriar dos benefícios, na grande maioria, são os que possuem renda fixa e acesso à créditos. E por fim, dentre os indenizados

identificamos os que compraram suas casas no mesmo bairro e os que partiram para além da primeira Léguas Patrimonial em busca de terrenos maiores.

No capítulo seguinte apresentaremos a conclusão do trabalho assim como sugestões que possam contribuir para a o planejamento de projetos de consolidação de assentamentos informais.

Moradores não remanejados - Família 01

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º S., 67 anos, analfabeto possui um comércio em casa, renda R\$200,00			
	Sr.ª M., esposa do Sr.º S., 62 anos, analfabeta e trabalha em casa de família, renda R\$350,00			
	C., filha do casal, 24 anos, estudante lava roupa pra fora, renda R\$200,00			
	G., é marido de C., 25 anos, estudou até a 7ª série, é vigia noturno, renda R\$400,00			
	C. tem três filhos, com idades 03, 06 e 09 anos. Todos estudam			

Avaliação

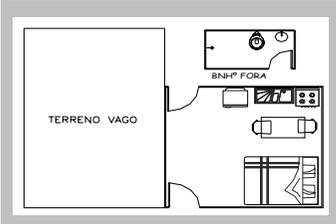
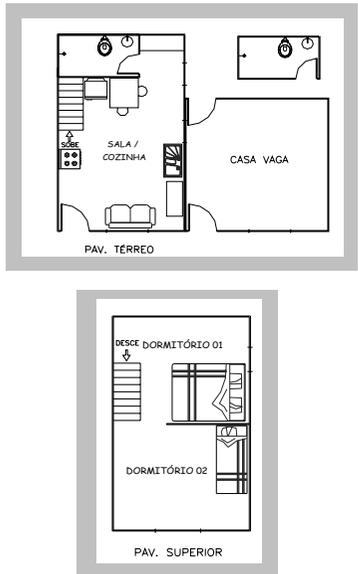
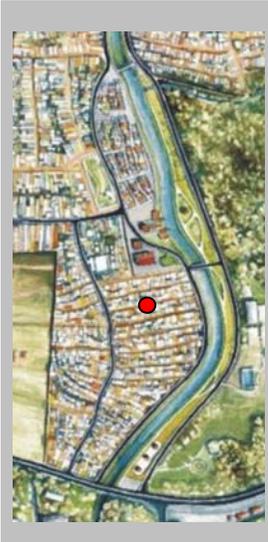
Sr.º S. é de Limoeiro do Ajuru. Está no assentamento há 14 anos. Antes de chegar ao assentamento morou de aluguel na Angustura. Soube do assentamento através de um amigo. O terreno custou 700,00 cruzeiros, e na época foi comprado com a ajuda dos 07 filhos, que moravam com ele. Segundo o morador, inicialmente foi construído um quarto de 3x3 no fundo do terreno, a família passava o dia na rua e entravam no quarto apenas para dormir. Logo depois os filhos casaram e ficou apenas C. morando com Sr.º S. A casa ele melhorou com a ajuda do genro, na época do Projeto Tucunduba, segundo o morador demorou 04 anos para concluir. Sobre o projeto Sr.º S. afirma:

"Quando a chuva enchia ficava tudo imundo de lama, tinha que carregar a geladeira na cabeça, isso eu agradeço ao Seu Edmilson, foram 16 carradas de aterro. Isto aqui era um depósito de lixo, depositavam tudo que era porcaria aqui. Nós passávamos fome. Depois do projeto melhorou 100%, a água chegou para todo mundo, passava o dia na fila para pegar uma lata d'água e trazia na cabeça." (Sr.º S., morador do Riacho Doce).



Moradores não remanejados - Família 02

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a R., 50 anos, trabalha na fábrica de castanha (serviço temporário), ganha 01 salário e é analfabeta			
	T., filho de Sr. ^a R. 25 anos, 2º grau completo, trabalha como representante comercial recebe 01 salário e faz curso pré-vestibular.			
	A., esposa do T., 25 anos está terminando o 2º grau e pretende prestar vestibular, é manicure e possui renda de R\$200,00 mensais			
	T. tem 02 filhos, um de 09 anos que estuda e outro de 04 que ainda não estuda			

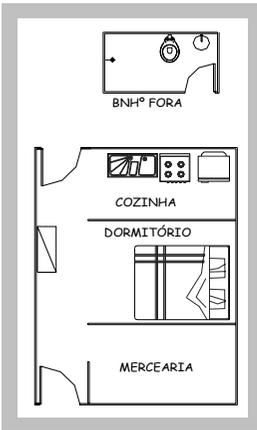
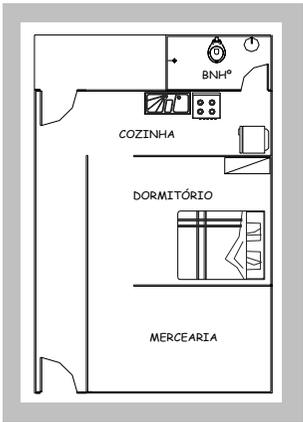
Avaliação

A família da Sr.^a R. é de Barcarena, estão no assentamento há 13 anos, mas inicialmente moravam de aluguel na Rua 25 de Junho, no bairro do Guamá. Sr.^a R. foi primeiro para o assentamento e depois mandou buscar o filho T. Inicialmente, moravam só ele e a mãe em um quarto 4x4 (Mo), depois teve filhos, e houve a necessidade de ampliação da moradia (M1). A ampliação da moradia ocorreu quando T. recebeu uma indenização, pela saída do emprego, e construiu outra casa no terreno ao lado. Observamos que não houve interligação do sistema de esgoto da casa à rede pública, e a água servida está depositada abaixo da moradia anterior que está abandonada. O morador alega que a prefeitura prometeu fornecer uma cesta de material de construção, mas até o momento ainda não a recebeu. O morador reconhece as melhorias que foram realizadas pelo projeto, no que diz respeito à infra-estrutura e saneamento, mas reclama em relação ao abastecimento de água e afirma que água não sob até a torneira. Atualmente, a casa está à venda.



Moradores não remanejados - Família 03

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a L., 35 anos é diarista estudou até a 4 ^a série e possui uma renda de R\$400,00			
	Sr. ^o A., marido de Sr. ^a L, 45 anos, estudou até a 4 ^o série e toma conta do comércio em casa			
	J., filho do casal, 18 anos, estudou até a 8 ^a série e trabalha na mercearia com o pai			
	S., filho do casal, 15 anos, apenas estuda, não trabalha.			

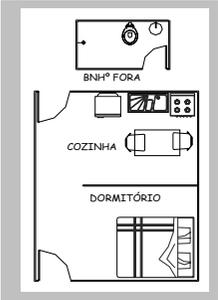
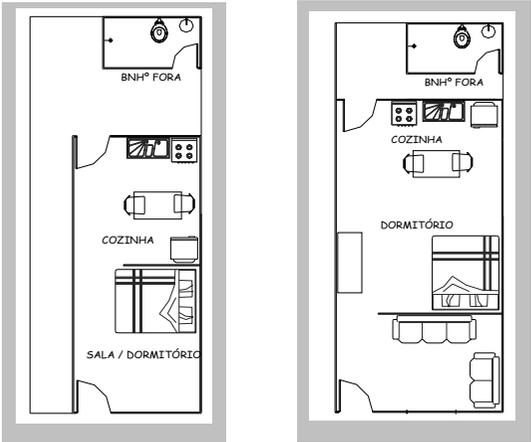
Avaliação

Sr.^a L. e o marido são de Bujarú. Antes de irem para o assentamento eles moravam na Rua Augusto Corrêa no bairro do Guamá. A moradora afirma que foi para o assentamento devido considerar a área ser mais propícia para o comércio. Com os serviços realizados pela prefeitura a casa ficou a baixo do nível da rua e segundo D. Maria Lenilse houve a necessidade de melhoria da casa. A moradora informa que não receberam cesta de material de construção e que melhoraram a casa com o próprio trabalho.



Moradores não remanejados - Família 04

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1 e M2)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.ª A., 52 anos, estudou até a 1ª série, atualmente está desempregada	 <p style="text-align: center;">Mo</p>	 <p style="text-align: center;">M1 M2</p>	
	S., é filha de D. Aldenira, tem o 2º grau completo e trabalha como agente de saúde da prefeitura.			
	S. tem uma filha de 12 anos que faz a 5ª série.			

Avaliação

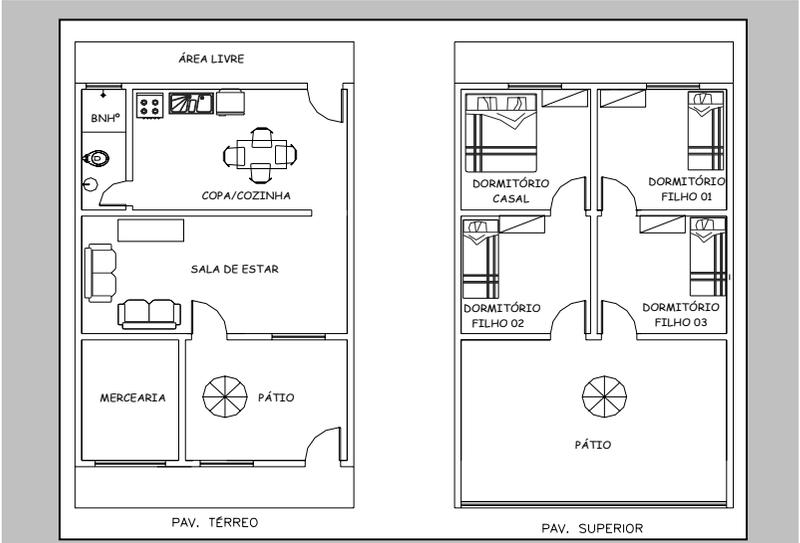
Sr.ª A. é de Bujarú, está em Belém há 30 anos. Já passou pelos bairros do Jurunas, Pedreira e Guamá, em todos morava de aluguel. Conseguiu comprar a casa própria quando recebeu uma indenização de um emprego. Comprou um lote na beira do Igarapé. Com o Projeto Tucunduba foi indenizada e comprou um terreno na Rua da Olaria. Sr.ª A. foi líder de comunidade e acompanhou o desenrolar do projeto. Afirma que o serviço realizado não foi de qualidade. Em relação a rede de esgoto, a mesma afirma que foi implantado apenas até a Quadra 02, e da quadra dois em diante passaram apenas uma tubulação que não conseguiu suportar o volume lançado. A moradora reclama também em relação à largura da Rua da Olaria, ela afirma que no projeto o previsto era 5 metros, mas não houve a possibilidade de recuar as casas. A moradora argumenta também com relação ao abastecimento de água, e afirma que a água só chega na torneira até 8:00 da manhã, apenas na torneira baixa.

...aí eu perguntei pro Engenheiro:pra que uma rede de esgoto que não funciona? Uma água que não chega? E uma rua estreita? Eu queria um serviço de qualidade."(Sr.ª A., moradora do Riacho Doce)



Moradores não remanejados - Família 05

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ATUAL	LOCALIZAÇÃO
	<p>Sr.º F. tem 44 anos, estudou até a 4º série e trabalha com venda de madeira.</p>		
	<p>Sr.ª E. é esposa do Sr.º F. estudou até a 1ª série e é dona de casa.</p>		
	<p>O filho mais velho, tem 17 anos e trabalha com o pai</p>		
	<p>O filho mais novo tem 15 anos e só estuda</p>		

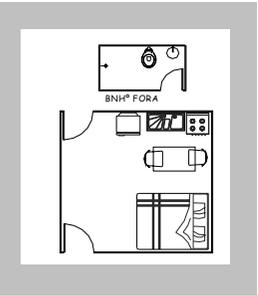
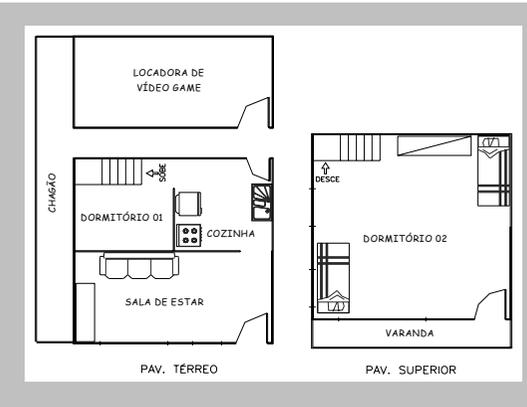
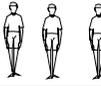
Avaliação

A família de Sr.ª E. é de Oeiras do Pará. Eles vieram para o assentamento do Riacho Doce há 03 anos, ou seja, quando chegaram, o projeto, já tinha sido iniciado e a casa já estava construída. O motivo que os trouxeram para Belém foi o estudo dos filhos. Sr.ª E. informou que a família que vendeu a casa mudou-se para o bairro de Águas Linda em Marituba.



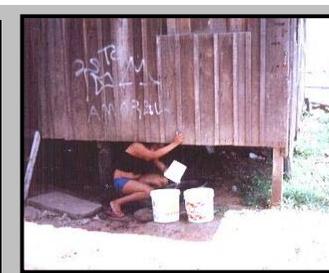
Moradores não remanejados - Família 06

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	<p>I. tem 28 anos é casada com C. de 22 anos, e juntos tomam conta da locadora de games. Ambos possuem o 2º grau Renda média R\$1000,00</p>			
	<p>L. é irmã de Ivone, 23 anos, pretende prestar vestibular pra direito, apenas estuda.</p>			
	<p>D., J. e R., são os irmãos mais jovens de Ivone, possuem 12,16 e 18 anos e só estudam</p>			
	<p>J., é irmão de I., 30 anos, estudou até a 2ª série e está desempregado.</p>			
	<p>Sr.ª J., vó de I., 84 anos, utiliza cadeira de rodas</p>			

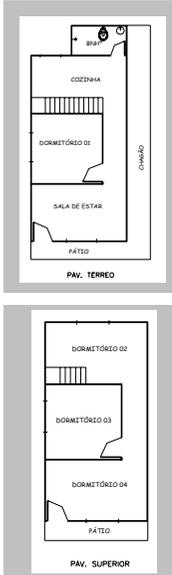
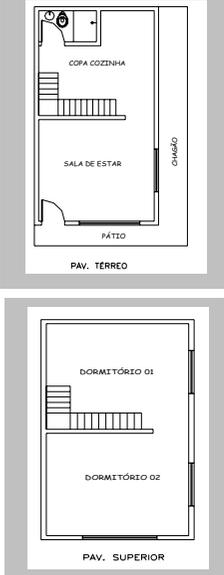
Avaliação

A família de I. é proveniente do Acará. Estão há 13 anos na área do Riacho Doce e foram direto para o assentamento. O pai de I. comprou a casa no Riacho Doce para que os filhos viessem terminar os estudos. A melhoria da casa se deu quando a irmã de I. foi passar uma temporada na França, com a prima que é casada com um Francês, lá ela trabalhava como consultora de produtos de beleza e mandava dinheiro para os irmãos. I. enfatiza que antes do proejeto o assentamento era totalmente isolado, e diz que agora melhorou pois o carro consegue entrar nas ruas ficando mais fácil o acesso de ambulância (refere-se à avó). I. reclama apenas do abastecimento de água que diz não chegar à torneira, como mostra o registro ao lado da moradora coletando água em baixo da casa da vizinha.



Moradores não remanejados - Família 07

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a R., 39 anos, cozinheira, estudou até a 3ª série, renda mensal R\$200,00			
	Sr. ^o P., 42 anos, analfabeto, tem um carro de mão e faz carreto, renda estimada R\$100,00			
	Sr. ^a R, tem duas filhas, de 17 e 18 anos ambas estudam e trabalham como babá e ganham R\$120,00 por mês cada uma.			

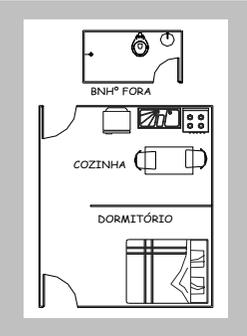
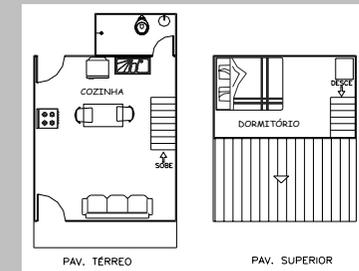
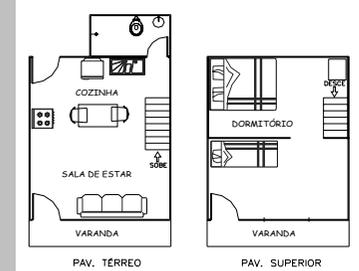
Avaliação

Sr.^a R. está no assentamento há 12 anos, antes morava no bairro do Jurunas de aluguel. Até que o marido recebeu uma indenização da firma onde trabalhava e comprou o terreno no assentamento. Houve a necessidade de melhoria da casa devido ao serviço executado pela prefeitura. De acordo com a moradora a casa ficou a baixo do nível da rua e tombou. Para executar o serviço, Sr.^a R. pediu 10 meses de salário adiantado na casa onde trabalha e entrou em acordo com o vizinho que é pedreiro e prometeu fazer o buffet dos 15 anos da filha do pedreiro em troca dos serviços. De acordo com a moradora a construção da casa é feita aos finais de semana e nas folgas do pedreiro. Segundo a moradora o serviço realizado pelo Projeto Tucundubano assentamento não foi de qualidade, ela afirma que se entrar um carro pesado na rua o blockret tende a ceder. Com relação à drenagem de água pluvial a moradora alega que a rua enche frequentemente e reclama em relação à cesta de material de construção prometida pela prefeitura que não foi entregue.



Moradores não remanejados - Família 08

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1 e M2)	LOCALIZAÇÃO	
	Sr.ª J. tem 63 anos, é aposentada estudou até a 1º série e recebe R\$350,00 mensais	 <p>Moradia às margens do Igarapé - Mo</p>	<p>M1</p>  <p>PAV. TERREO PAV. SUPERIOR</p>		
	Sr.ª M. é filha de D. Joana, tem 41 anos é diarista e ganha em média R\$200,00 voltou a estudar devido ao MOVA		<p>M2</p>  <p>PAV. TERREO PAV. SUPERIOR</p>		
	A. é filho de D. Joana, tem 43 anos, é carpinteiro e ganha em média R\$450,00 mensais				
	K. é filha de Maria, tem 08 anos estuda e recebe o auxílio do Bolsa Escola que é de R\$15,00				

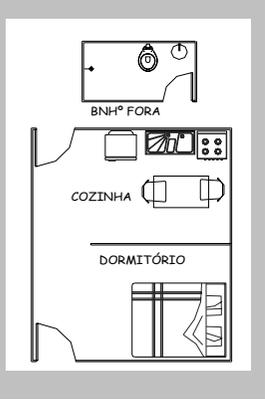
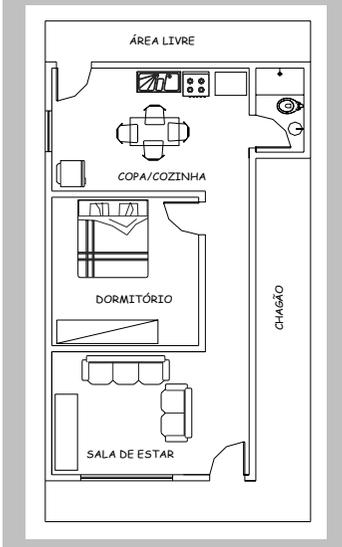
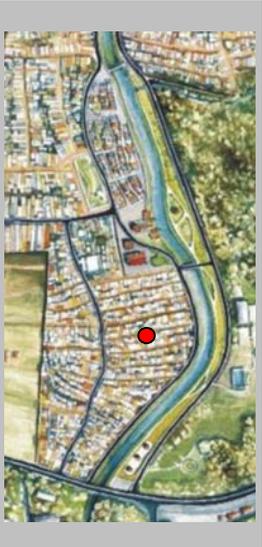
Avaliação

Sr.ª J. é do Acará. Veio para Belém em virtude do marido que era muito doente, e segundo a moradora, todas as vezes que vinham ele era internado. Então, a nora de Sr.ª J., que morava às margens do igarapé deu uma parte do terreno para Sr.ª J. fazer sua casa conforme ilustrado no momento zero (Mo). Com o projeto Tucunduba receberam a indenização para sair das margens do igarapé e compram a casa na Quadra 02. Logo que chegaram a casa tinha apenas 03 cômodos conforme ilustrado no momento (M1), depois com o trabalho e ajuda mútua construíram mais um cômodo (M2). Sr.ª J. enfatiza que a vida melhorou depois do projeto. De acordo com a moradora, esteve na casa da Sr.ª J. uma equipe da prefeitura (provavelmente técnicos do projeto PDL) e prometeram cestas de material de construção mas a mesma não foi entregue.



Moradores não remanejados - Família 09

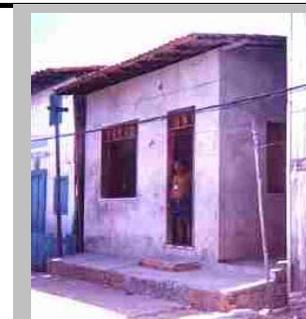
Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º R., 66 anos, estudou até a 1ª série, é aposentado e possui uma renda de 01 salário mínimo.			
	Sr.ª J., esposa do Srº Raul, 61 anos, estudou até a 1ª série, é dona de casa			
	Sr.º R. tem 06 filhos, mas apenas 01 mora com ele. João, estivador, 28 anos estudou até a 8ª série e possui uma renda de R\$500,00			

Avaliação

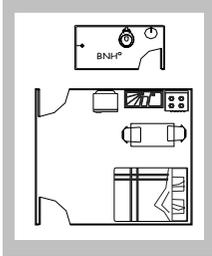
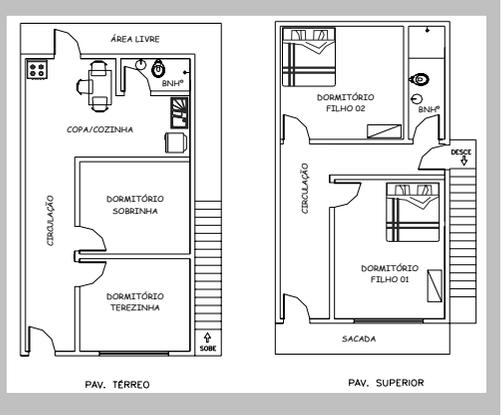
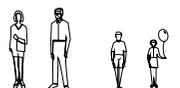
Sr.º R. é de São João da Boa Vista, está em Belém há 29 anos e há 15 anos no assentamento. Antes de chegar ao assentamento passou por outros domicílios. Primeiro foi para Pass. Alvina, depois para a Pass. São Cristóvão, depois para Fernão de Castro, Santa Casa, em todos morava de aluguel. O assentamento foi a forma que ele encontrou de adquirir a casa própria. Sr.º R., afirma que a vida melhorou muito depois do projeto, e que hoje observa muitos moradores novos chegando por lá. Antes moravam Sr.º R., sua esposa e sete filhos, seis casaram ficando apenas o J. A casa foi melhorada depois do projeto, pois ficou abaixo do nível da rua. Os filhos se reuniram e construíram a casa para o pai. Sr.º R. enfatiza sob a administração passada:

"o prefeito dessa área aqui foi o Edmilson, é uma pena que o povo é mal agradecido. O atual prefeito não deu nem as caras aqui "(Sr.º R.)



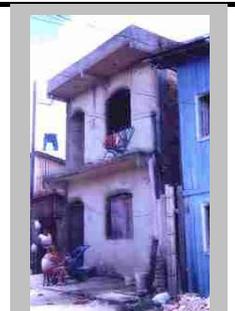
Moradores não remanejados - Família 10

Projeto: Tucunduba

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a T., 53 anos, estudou até 1ª série, trabalha fazendo jogo do bicho, renda R\$300,00			
	S., sobrinha da Sr. ^a T, 43anos, desempregada, estudou até a 4ª série			
	S., filho da Sr. ^a T, 27 anos, estudou até a 8ª série, trabalha como cobrador de ônibus, renda de 01 salário é casado A, que estudou até a 5ª série, é do lar, e toma conta dos doisfilhos pequenos, uma de 03 outro de 01 ano.			
	C., filho de D. Terezinha, 30 anos, estudou até a 6ª série, trabalha na construção civil, renda de 01 salário, é casado com R. que estudou até 4ª série e tem dois filhos um de 6 outro de 7 anos ambos estudam.			

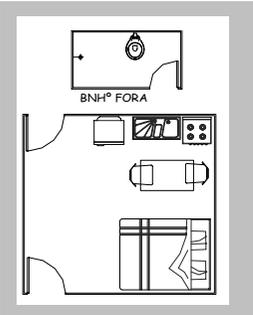
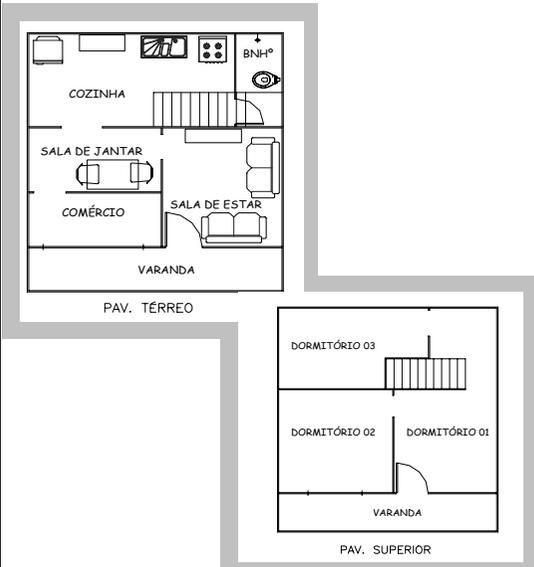
Avaliação

Sr.^a T está no assentamento há 14 anos, antes morava nos fundos da casa da mãe com os dois filhos. Soube da formação do assentamento pelo filho mais velho. Segundo a moradora, a mesma teve um sonho, jogou no bicho e ganhou um prêmio em dinheiro, com o qual comprou o lote no assentamento. A melhoria da habitação aconteceu quando a mãe de D. terezinha faleceu, a casa em que a mãe morava foi vendida, e o dinheiro partilhado entre os irmãos com este dinheiro a moradora iniciou a construção da casa em alvenaria, e melhorando com o passar dos tempos com a ajuda dos filhos. Os filhos casaram e moram com a Sr.^a T.



Moradores que aguardam o remanejamento - Família 01

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a N., 40 anos, 1 ^a série, doméstica			
	J., filho da Sr. ^a N., 20 anos, estudante do 1º ano do 2º grau.			
	L., filha da Sr. ^a N., estudante da 4ª série do 1º grau.			

Avaliação

Sr.^a N. é do Maranhão, e está no assentamento há 12 anos. Antes de vir para o assentamento morava de aluguel na Pass. Popular no bairro do Guamá. Quando chegou ao assentamento Sr.^a N. primeiro morou na Quadra 18 (Mo) em um cômodo 4x4, mas como era muito alagado resolveu vender e comprar a casa que está atualmente na quadra 16 (M1). Sr.^a N. conseguiu melhorar a casa com a ajuda da patroa que lhe adiantou 10 meses de salário. Sobre o projeto a moradora afirma:

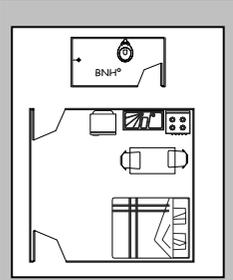
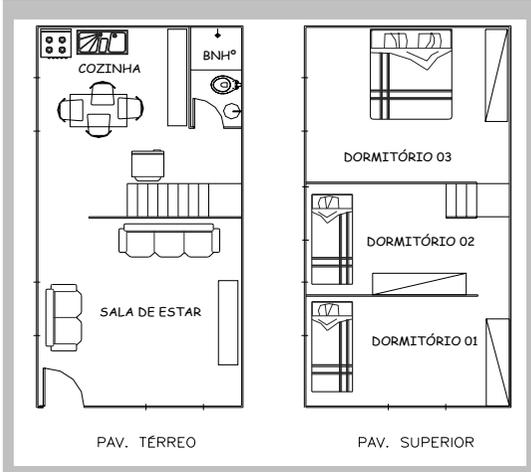
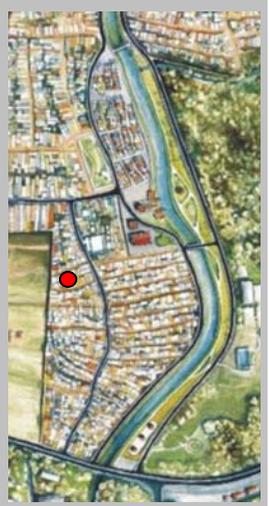
"Antes era tranqüilo, a gente pensava que iria ficar aqui a vida toda. Agora a gente não pode nem mexer na casa porque as coisas nunca se resolvem e eu não quero perder a minha casa que é a única coisa que eu tenho."
(Sr.^a N., moradora do Riacho Doce).



2004/07/01
09:32:40

Moradores que aguardam o remanejamento - Família 02

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º J., 37 anos, trabalha na indústria, 5ª série, renda R\$ 400,00			
	Sr.ª G, esposa de Jonas, 30 anos, 8ª série, dona de casa			
	O casal tem 02 filhos, um de 11 anos estudante e outro de 01 ano e 5 meses			

Avaliação

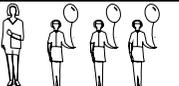
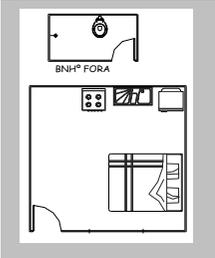
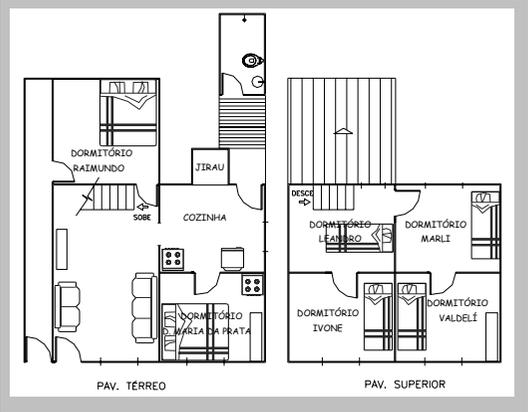
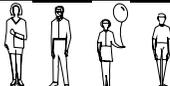
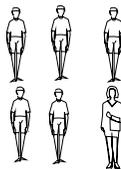
Sr.º J. é do Acará, está em Belém há 12 anos e no assentamento há 6 anos. Quando chegou em Belém, foi morar no Jurunas de aluguel, e depois conseguiu comprar um lote no Riacho Doce. Sr.º J. diz que conseguiu melhorar a casa com muito esforço, economizando férias, décimo, aplicando o dinheiro em "caixinhas". O morador não acredita no projeto e por isso nunca participou de nenhuma palestra como relata baixo:

"Não acho que vá melhorar alguma coisa pra gente pobre não. Se for pra sair daqui eu não vou pro aluguel quero ir pra um lugar melhor e pra ficar, e o valor que eles estão oferecendo pela indenização não é vantagem nenhuma, e haja prejuízo porque pra construir aqui eu gastei em média 10.000 reais, eles não tão oferecendo mais que 6.000,00, isso é o que eu ouço falar porque pra mim ninguém chegou aqui e fez proposta nenhuma." (Sr.º J., morador do Riacho Doce).



Moradores que aguardam o remanejamento - Família 03

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a M, 60 anos, 1ª série, dona de casa, recebe pensão 01 salário			
	D., filha de D. Maria, 26 anos, 6ª série, empregada doméstica, renda R\$350,00 tem 03 filhos			
	R., filho de D. Maria, 20 anos, faz supletivo, feirante, é casado com Lea 17 anos, faz supletivo e é feirante.			
	V., filha de D. Maria, 6ª série, do lar. J., marido de V., 21 anos, desempregado, o casal tem 02 filhos			
	Filhos solteiro da Sr. ^a M : E., 15 anos, estudante e office boy M., 12 anos, estudante L., 09 anos, estudante E., 17 anos, estudante, trabalha com serigrafia I., 18 anos, estudante			

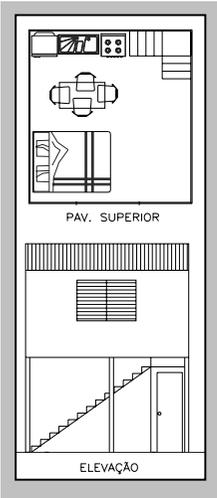
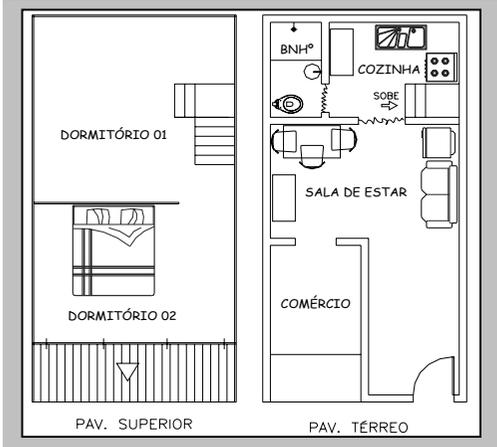
Avaliação

Sr.^a M. é de Breves, chegou em Belém em 1992, antes de vir para o Riacho Doce morou na Pass. João de Deus, no mesmo bairro. O motivo pelo qual vieram de Breves foi em virtude do marido ter arranjado um trabalho em Belém. Segundo a moradora, vieram de Breves, Sr.^a M., marido, 11 filhos e 01 neto. A melhoria da habitação (Mo) foi possível devido a indenização que o marido da Sr.^a M. recebeu pela saída do emprego. Logo depois, o marido da moradora faleceu e ela ficou recebendo uma pensão. Os filhos casaram e continuaram morando com a Sr.^a M. A grande quantidade de pessoas na casa causa uma certa confusão, e os que não trabalham acabam vivendo à custas dos que trabalham. Sobre o PDL, a moradora afirma que não quer sair da casa, e enfatiza que este foi o único bem que o seu marido lhe deixou.



Moradores que aguardam o remanejamento - Família 04

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR(Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a A., 37 anos, líder comunitária, voltou a estudar e faz 8ª série			
	Sr. ^o V, marido de Sr. ^a A., 40 anos, carpinteiro e tem uma venda de açai. renda R\$800,00			
	Filho do casal tem 9 anos e faz a 3ª série			

Avaliação

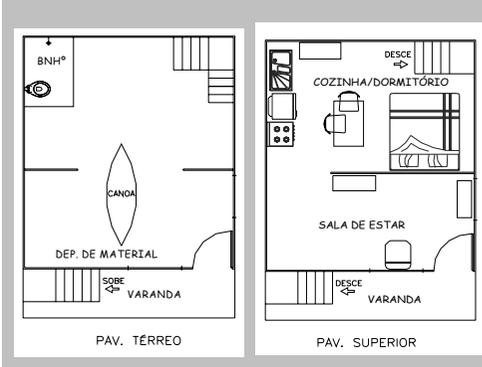
Sr.^a A. é de São Domingos do Capim, está no assentamento há 13 anos, antes vivia de aluguel no bairro do Guamá. De acordo com a moradora, a melhoria da casa se deu na época em que o marido trabalha na construção do Shopping Iguatemi, e Sr.^a A. trabalhava em casa de família, devido à um problema de saúde a moradora foi indenizada e ajudou o marido a melhorar a casa. A moradora afirma que viviam melhor antes do projeto pois não havia a incerteza do remanejamento.

"Vivíamos melhor antes do projeto, agora a gente vive na incerteza, pois não temos garantia se vamos pagar IPTU, condomínio, aqui era tudo cheio d'água mas foi a gente mesmo que aterrou, a gente está perdendo amigos, que estão indo embora, muitos não confiam no projeto. Pra mim tenho fé em Deus que vai melhorar, quero poder dar uma vida digna para o meu filho, além do mais temos o privilégio de morar na frente da Universidade! Eu jamais sairia de perto de tudo, o dinheiro que eles estão dando, não dá pra comprar uma casa boa, eu confio em Deus."(Sr.^a A., moradora do Riacho Doce).



Moradores que aguardam o remanejamento - Família 05

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR	MORADIA ATUAL	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a M. , 28 anos, 4 ^a série, do lar			
	Sr. ^o J., marido de Sr. ^a , 36 anos, autônomo: tira madeira, faz farinha, trabalha com o sogro no interior de Acará, renda R\$200,00. Sr. ^a M. matriculou o marido na escola porque ele só sabe ler, não sabe escrever			
	O casal tem 02 filhos um de 06 anos e outro de 03 meses.			

Avaliação

Sr.^a M. é do Acará, veio pra trabalhar em casa de família e encontrou Sr.^o J. em Belém. Estão no assentamento há 7 anos. Sr.^a M. diz que a casa não sofreu modificação devido a falta de dinheiro. Sobre o PDL, a moradora diz não ter certeza se vão ficar na casa e afirma:

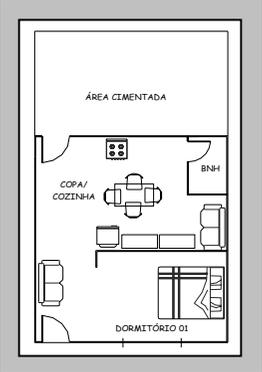
"Antes do projeto era melhor, era mais seguro, agora a casa fica uma aqui e outra acolá, arrombaram uma casa aqui na frente, está ficando perigoso.

Não melhorou em nada, até porque o projeto já era pra ta concluído e além do mais vai ficar apertado no apartamento que eles querem dar pra gente" (Sr.^a M., moradora do Riacho Doce).



Moradores que aguardam o remanejamento - Família 06

Projeto: PDL

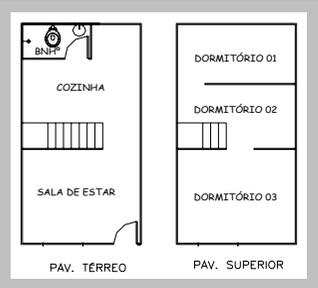
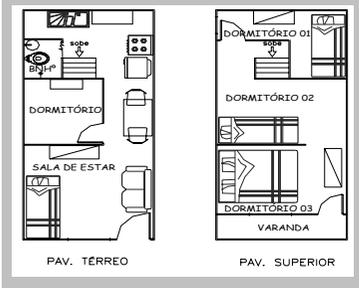
Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR	MORADIA ATUAL	LOCALIZAÇÃO
	Sr.ª M., 43 anos, 5ª série, costureira, doméstica, renda R\$ 350,00			
	Imão de Sr.ª M., 33 anos, 1ª série, ajudante de pedreira, renda R\$300,00			

Avaliação

<p>Sr.ª M. é do Acará, está em Belém há 20 anos e há 07 anos no assentamento. Sr.ª M veio morar no assentamento porque se separou do marido. Segundo a moradora ela juntou suas economias e comprou a casa. Desde que comprou a casa não realizou nenhuma ampliação ou melhoria, o único serviço que Sr.ª M. faz na casa é trocar as tábuas de vez em em quando. Segundo a moradora, o projeto PDL trouxe a incerteza se a moradora irá permanecer ou não na casa. Sr.ª M. estava economizando dinheiro para melhorar a casa, mas com o projeto os técnicos da prefeitura alertaram para que a moradora não realizasse nenhuma melhoria.</p>	
--	---

Moradores que aguardam o remanejamento - Família 07

Projeto:PLD

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR	MORADIA ATUAL	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º R. , 64 anos, 1ª série, desempregado.			
	Sr.ª E. , 72 anos, está cursando a 1ª série, aposentada, renda 01 salário			
	J., filho do casal, 29 anos, 1ª série, trabalhador informal, renda estimada R\$200,00			
	M., filho do casal, 23 anos, 4ª série, trabalhador informal, renda estimada R\$200,00			
	D. , filho de João, 06 anos, estudante			

Avaliação

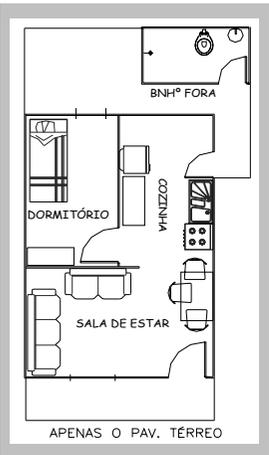
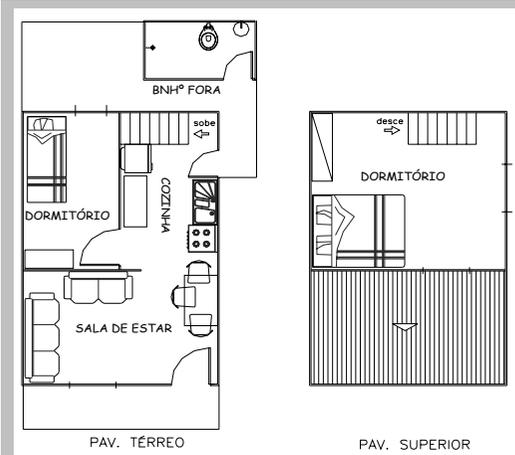
Sr.º R. está no assentamento há 07 anos, antes de vir para o assentamento passou pelos bairros do Jurunas, Terra Firme e Cremação e por fim Ananindeua. Sr.º R. se separou de Sr.ªE., vendeu a casa em Ananindeua, dividiu o dinheiro com Sr.ª E. que foi morar na Quadra 13 do Riacho Doce com os filhos, e Sr.º R. foi morar com uma filha na Quadra 18. A casa da Sr.ª E. pegou fogo durante o incêndio ocorrido no Riacho Doce e a Sr.ª E. também foi morar com a filha na Quadra 18. Devido ao incêndio, houve a necessidade da construção de um segundo pavimento na casa. Sr.ª E. recebe um auxílio da prefeitura. Com este auxílio a mesma ajuda os dois filhos. Sobre o PDL Sr.º R. enfatiza:

"Conseguimos ajeitar a casa com a ajuda dos filhos e com muito trabalho. Mas agora não sei se vale levar em frente, não sabemos se vamos continuar aqui." (Srº R., morador do Riacho Doce)



Moradores que aguardam o remanejamento - Família 08

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a N, 26 anos, 4ª série, vendedora de catálogo, renda R\$150,00	 <p>APENAS O PAV. TÉRREO</p>	 <p>PAV. TÉRREO PAV. SUPERIOR</p>	
	Sr. ^o D, marido de Nazarena, 30 anos, predreiro mas atualmente está desempregado			
	Sr. ^o L, sogro de Nazarena, 58 anos, 1ª série, aposentado, renda 01 salário			
	Sr. ^a . N tem 03 filhos de 03,06 e 08 anos. Todos estudam.			

Avaliação

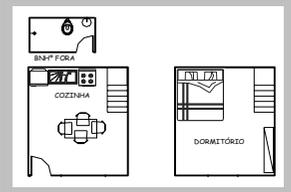
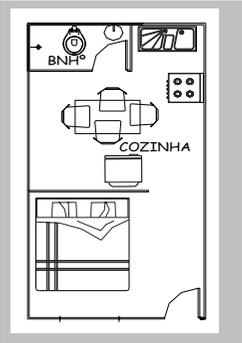
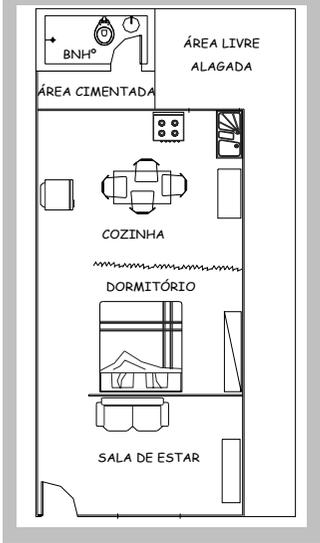
Sr.^a N. é de Bujarú, está no assentamento há 10 anos. Veio para o Riacho Doce porque casou com Sr.^o N, antes trabalhava e morava em casa de família. A melhoria da casa aconteceu quando a Sr.^a N foi morar na casa e o Sr.^o D resolveu construir o compartimento superior. Sobre o projeto Sr.^a N. afirma que o marido e o sogro estão escritos no projeto. Eles esperam receber duas casas.

"Antes do projeto nós estávamos ajeitando a casa aos poucos com o dinheiro que a gente ganhava trabalhando, mas depois resolvemos parar porque se tivermos que sair mesmo, vamos ta jogando dinheiro fora. Meu marido e meu sogro estão cadastrados no projeto, são duas famílias que moram aqui e para ir para esses apartamentos que a prefeitura quer dar, se não for dois apartamentos, vai ficar todo mundo apertado."(Sr.^a N., moradora do Riacho Doce).



Moradores que aguardam o remanejamento - Família 09

Projeto:PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo e M1)	MORADIA ATUAL (M2)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a R., 36 anos, 5ª série, trabalha como temporária na fábrica de castanha renda R\$350,00	Mo  M1 	M2 	
	Sr. ^o O., marido da Sr. ^a R., 2ª série chapista, renda R\$400,00			
	O casal tem 02 filhas, uma de 12 outra de 08 anos ambas estudam			

Avaliação

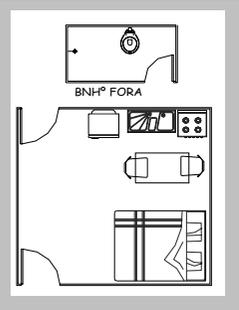
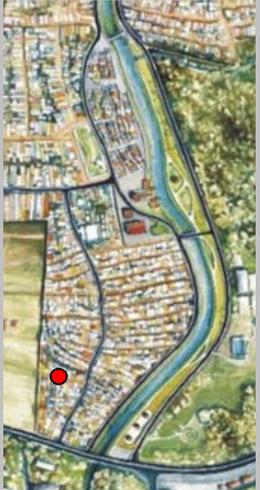
Sr.^a R. é de Concórdia do Pará, está no assentamento há 12 anos. Veio pra Belém para trabalhar em casa de família, a mesma ficou grávida e foi morar com o marido na quadra 16 (Mo). Segundo Sr.^a R., o terreno da casa na quadra 16 era muito baixo e a casa enchia d'água. A moradora vendeu e comprou outra casa também na quadra 16 (M1), mais próximo à Rua da Olaria, a casa enchia menos. Logo depois venderam e conseguiram comprar a casa onde moram atualmente na quadra 20 (M2). Sr.^a R., afirma que o projeto não tem credibilidade porque não tem andamento, e além de não ter andamento os técnicos da prefeitura informaram para que os moradores não melhorassem mais a habitação. A moradora não quer sair da área do Riacho Doce, conforme depoimento abaixo:

"E eu quero permanecer Riacho porque apesar de não ter esgoto, saneamento, não ter nada é um lugar bom da gente se viver. A gente tem tudo aqui. Tem feira, pronto socorro, família saudável apesar de não ser lá essas coisas, mas a gente tem né." (Sr.^a R., moradora do Riacho Doce).



Moradores que aguardam o remanejamento - Família 10

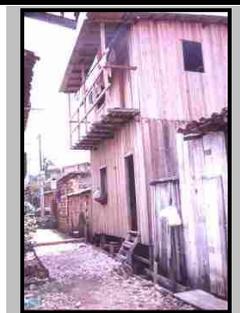
Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a E., 36 anos, 4ª série, diarista, renda estimada R\$150,00 mensais.			
	Sr. ^o G, 42 anos, 6ª série, trabalhador informal, renda média estimada R\$100,00			
	O casal tem um filho de 06 anos, a criança estuda.			

Avaliação

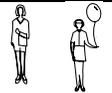
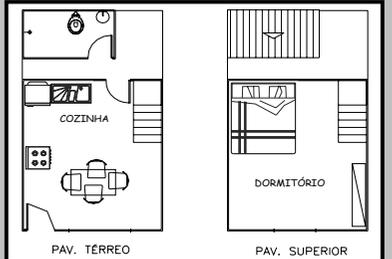
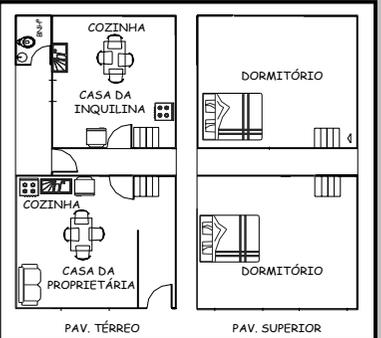
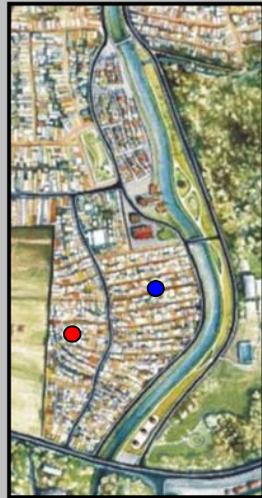
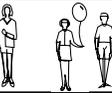
Sr.^a E. é de Limoeiro do Ajurú, veio do interior por motivo de trabalho. Sobre o projeto ela afirma que com o serviço de pavimentação realizado na Rua da Olaria melhorou a acessibilidade para sua casa. Entretanto, afirma que o único melhoramento foi na rua principal, os moradores aterraram a rua em ela mora e em baixo da casa de Sr.^a E. ainda tem água empocada. Sr.^a E. diz que quando chegaram ao assentamento já estavam comentando sobre o projeto e os técnicos avisaram para a moradora não melhorar a casa. Mas D. Esmelinda disse que não iria ficar esperando o apartamento ficar pronto. Sobre o projeto Sr.^a E. afirma:

No governo anterior a gente tinha que assinar o termo de adesão, aí a gente não assinou, a gente tá esperando pra ver esses apartamentos se for bom a gente vai. Eles tão dizendo que primeiro vão fazer o apartamento pra depois mexer com a gente pra cá. (Sr.^a E., moradora do Riacho Doce).



Moradores que estão recebendo o auxílio moradia - Família 01

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	<p>Sr.^a I., 36 anos, 1ª série, desempregada a moradora tem uma filha de 11anos que estuda.</p>			 <p>● Moradia anterior ● Moradia atual</p>
	<p>Sr.^a A., Irmã da Sr.^a I, 33 anos, 2ª série, também está desempregada. Sr.^a A tem dois filhos um de 11 outro de 8 anos ambos estudam.</p>			

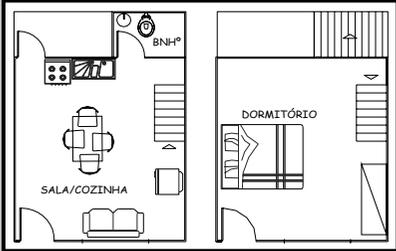
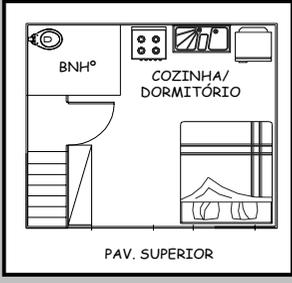
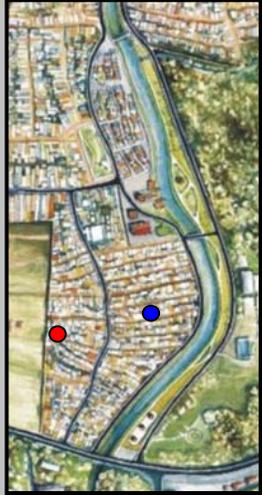
Avaliação

Sr.^a I. é do Maranhão, está no assentamento há 10 anos. Antes de morar no Riacho Doce na Quadra 16 morava na terra firme de aluguel. Com o projeto a moradora optou aguardar a conclusão dos apartamentos, portanto, Sr.^a I. foi morar de aluguel. Atualmente, Sr.^a I. e a família moram nos fundos da casa da Sr.^a M., que aluga o compartimento dos fundos de sua casa por R\$100,00. Sr.^a I. recebe o auxílio aluguel da prefeitura de R\$200,00. A irmã da Sr.^a I. também recebe o auxílio. Sr.^a I. prefere a casa onde está morando atualmente, diz ter uma bom convívio com Sr.^a M e afirma que a rua é melhor, é urbanizada.



Moradores que estão recebendo o auxílio moradia - Família 02

Projeto: PDL

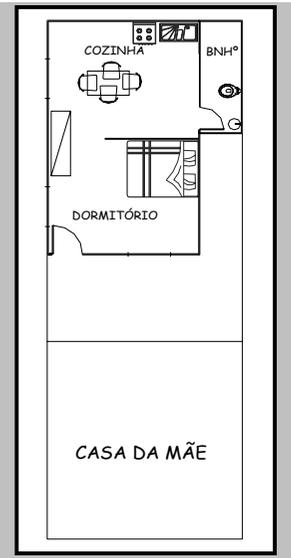
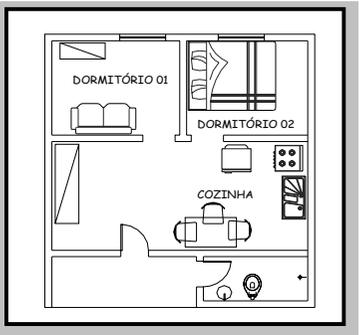
Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º C., 25 anos, 2º grau, marceneiro, renda R\$350,00			 <p data-bbox="1742 914 1955 967"> ● Moradia anterior ● Moradia atual </p>
	Sr.ª D, 22 anos, esposa de Cláudio, 4ª série, dona de casa			
	O casal tem 02 filhos um de 03 anos e outro de 01 ano e 07 meses			

Avaliação

<p>Sr.º C. morava na Quadra 15, com esposa e filhos. Com o projeto a casa de Cláudio deveria ter sido indenizada. Entretanto, o processo de indenização e mudança de casa se deu no momento da mudança de governo na prefeitura, e atualmente os técnicos alegam que não existe o cadastro do morador. Atualmente, Sr.º C. e a família moram no pavimento superior de uma casa cedida pela mãe de Cláudio, até que a situação se regularize. Caso Sr.º C. receba o benefício do aluguel, o morador afirma que deve continuar morando na casa da mãe para juntar dinheiro.</p>	 <p data-bbox="1771 1337 1930 1361">Moradia atual</p>
---	--

Moradores que estão recebendo o auxílio moradia - Família 03

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º F., 8ª série, 35 anos, comerciante, renda R\$500,00.			
	Sr.ª N., 30 anos, é esposa de Francisco, 2º grau, dona de casa.			
	O casal tem 02 filhos, F. de 11 anos e A. de 06, ambos estudam.			

● Moradia anterior
● Moradia atual

Avaliação

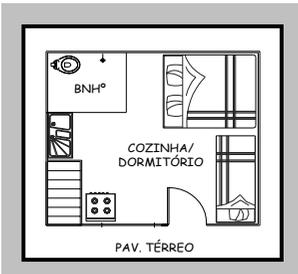
Sr.º F. é de Igarapé-Miri, está no assentamento há 07 anos. O mesmo veio de Igarapé-Miri com a família em busca de emprego, incentivado pela mãe, que deu um terreno para Sr.º F. no fundo do quintal. A família do Sr.º F. é vítima do incêndio que houve na área do Riacho Doce. Depois do incêndio Sr.º F. foi morar com a família na casa de parentes, depois mudou-se para o alojamento construído pela prefeitura, e logo depois começou a receber o auxílio moradia de R\$200,00 e passou a morar de aluguel enquanto aguarda a conclusão dos apartamentos. Segundo o morador, o mesmo já está vivendo há 05 anos de aluguel, e diz que já vai para terceira mudança pois a proprietária da casa já está solicitando a saída da família, porque a mesma deseja aumentar o valor do aluguel. O morador explica que devido ao remanejamento realizado pelo PDL, a procura de casa para alugar e vender na área está sendo muito grande e os preços tendem a aumentar.



Moradia atual

Moradores que estão recebendo o auxílio moradia - Família 04

Projeto: PDL

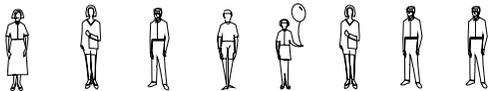
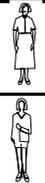
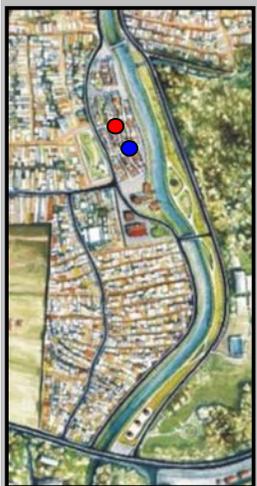
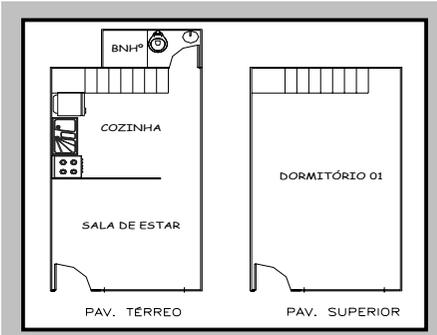
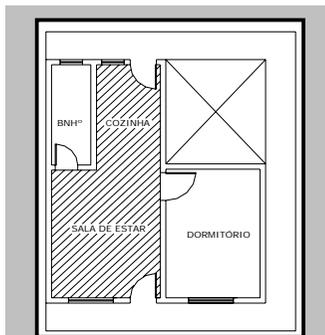
Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR	MORADIA ATUAL	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º D., 50 anos, analfabeto, vendedor de laranjinha, renda R\$ 250,00			 <p data-bbox="1760 911 1980 967"> ● Moradia anterior ● Moradia atual </p>
	R., filho de Domingos, 17 anos, 7ª série, não trabalha.			
	S., namorada de Rafael, 15 anos, 2ª série, não trabalha.			

Avaliação

<p>Sr.º D. morava na Quadra 16, com o filhos. Com o projeto, devido ao baixo valor oferecido pela prefeitura, Sr.º D. aceitou esperar o apartamento ficar pronto. Portanto, Sr.º D. está rebendo o auxílio aluguel no valor de R\$200,00. O morador afirma que está há três anos rebendo o auxílio e que já se mudou 4 vezes. Na primeira mudança foram para uma moradia próximo ao Liceu de Artes e Ofícios no mesmo bairro, na segunda foram morar na Cremação, na terceira mudaram para a Quadra 16 no Riacho Doce e atualmente estão morando no pavimento térreo de uma casa alugada na Quadra 08 . As diversas mudanças de casa foram necessárias devido à aspectos tais quais: o valor do aluguel ser baixo, pela indefinição quanto à data do pagamento do auxílio moradia ou por falta de adaptação à vizinhança.</p>	 <p data-bbox="1462 1334 1653 1361">Moradia anterior</p>	 <p data-bbox="1771 1334 1933 1361">Moradia atual</p>
---	---	--

Famílias que estão recebendo o auxílio moradia - Família 05

Projeto: PDL

MORADIA ANTERIOR	MORADIA ATUAL		LOCALIZAÇÃO
Nº DE OCUPANTES	Nº DE OCUPANTES	PERFIL	
		Sr. ^a M., 61 anos, analfabeta, aposentada	
		E., 17 anos, cursa o 2º grau	

Avaliação

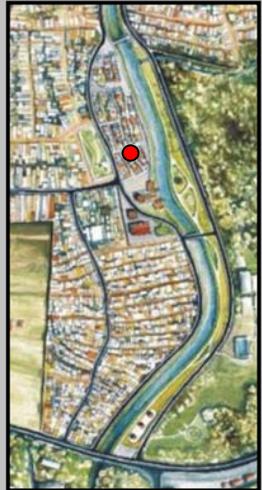
Sr.^a M. é do Acará, está no assentamento há 14 anos, mas primeiro morou de aluguel no bairro da Terra Firme. A casa anterior possuía 03 compartimentos e moravam 08 pessoas na casa. Com o projeto, a casa de Sr.^a M. foi desapropriada e a moradora teve que ir pro aluguel. Com o auxílio fornecido pela prefeitura Sr.^a M. sub-locou a sala de estar e a cozinha de uma casa já entregue pela prefeitura. Ela explicou que a dona da casa, trabalha em casa de família e passa a semana fora, e quando chega aos domingos, utiliza apenas o dormitório. Sr.^a M. paga R\$150,00 de aluguel e R\$50,00 de taxa de água e luz.

Foto da cozinha da casa



Moradores remanejados para as unidades sanitárias no Pantanal - Família 01

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º D., 31 anos, 5ª série, trabalha em um pequeno comércio em casa.			
	Sr.ª N, esposa Do Sr.º D, 28 anos 2º grau completo, dona de casa			
	O filho do casal tem 05 anos e estuda			
		Moradia anterior do Sr.º O	Casa utilizada pelo irmão Sr.º D	

Avaliação

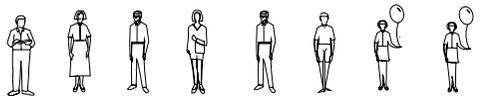
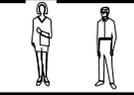
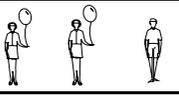
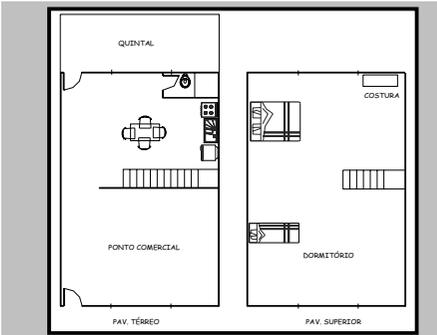
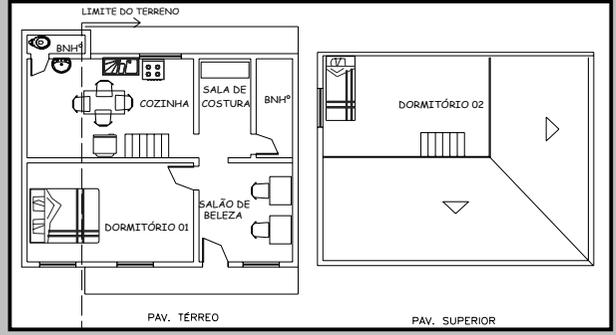
Sr.º D. é de Bujarú, está em Belém há 20 anos. A casa que o Sr.º D. mora é do irmão Sr.º O, que morava na área, nos fundos da casa do sogro antes do projeto. Com o projeto, a casa de sogro, e do Sr.º O. foi demolida, e morador teve que ir pro aluguel. Segundo, Sr.º D. como o irmão já possuía um outro terreno em Marituba, utlizou o dinheiro do aluguel fornecido pela prefeitura para construir uma casa em Marituba. Quando a casa do projeto ficou pronta, Sr.º O chamou o irmão Sr.º D. que morava na casa de parentes com a esposa, e ofereceu para que ele morasse temporariamente.

Sr.º D. afirma que o irmão não quer voltar para o Pantanal, pois em Marituba a casa é maior, a esposa do Sr.º O já está adaptada ao local e os filhos estão estudando.



Moradores remanejados para as unidades sanitárias no Pantanal - Família 02

Projeto: PDL

MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)		LOCALIZAÇÃO
Nº DE OCUPANTES	Nº DE OCUPANTES	PERFIL	
	 	<p>Sr.º R., 36 anos, 1ª série, desempregado. Sr.ª L, esposa do Sr.º R, 35 anos, 6ª série costura e corta cabelo, renda média R\$200,00</p> <p>Os filhos do casal tem 06,11 e 13 anos, todos estudam.</p>	
			

Avaliação

Sr.º R. é de Abaetetuba, está em Belém há 14 anos e há 12 no Pantanal. Antes de vir para o assentamento, Sr.º R morou no bairro da Terra Firme com a irmã, depois morou de aluguel no mesmo bairro, até chegar ao Pantanal. Na moradia anterior moravam 08 pessoas, Sr.º R. e a família, os pais, e um irmão. Devido ao projeto, a casa do Sr.º R. teve que ser remanejada. Sr.º R. afirma que os técnicos da prefeitura informaram que não havia dinheiro para indenizá-lo, então o morador então ele se viu obrigado à aceitar o benefício do aluguel fornecido pela prefeitura. Sr.º R. afirmou que se houvesse a possibilidade da indenização ele não teria ficado.

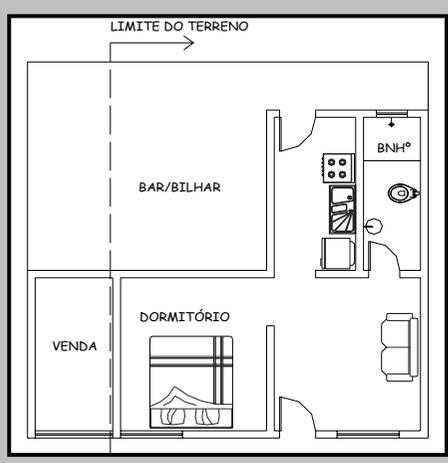
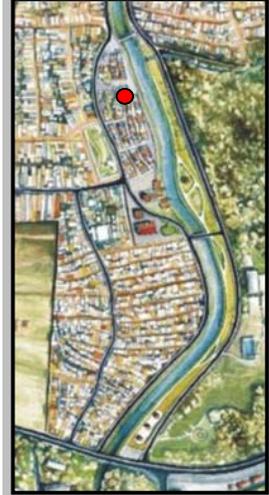
Aí veio o projeto, fui pro aluguel, eles disseram que não tinham dinheiro para indenizar a gente, eles nos enganaram, se eu tivesse sido indenizado eu não teria ido pro aluguel. Primeiro disseram que a casa que iria ser construída pelo projeto iria ser de acordo com a casa do morador. Na verdade, eles favoreceram alguns e desfavoreceram outros. Disseram que as casas com estabelecimentos comerciais seriam feitas com estabelecimentos comerciais. Você está vendo algum espaço aqui para estabelecimento comercial?

(Sr.º R., morador do Pantanal)



Moradores remanejados para as unidades sanitárias no Pantanal - Família 03

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR	MORADIA ATUAL	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a G, 40 anos, analfabeta, trabalha como temporária na fábrica de castanha, renda R\$350,00.			
	Sr. ^o J, marido da Sr. ^a G, 45 anos, analfabeto, está de benefício devido problemas de saúde e trabalha em uma mercearia em casa.			
	O filho da Sr. ^a G tem 05 anos e não estuda.			

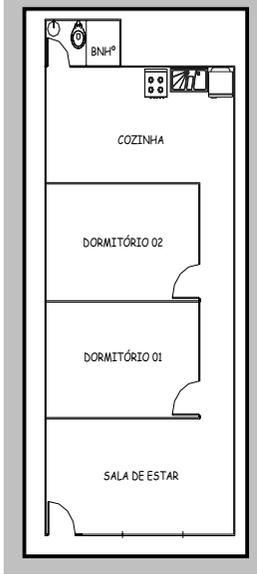
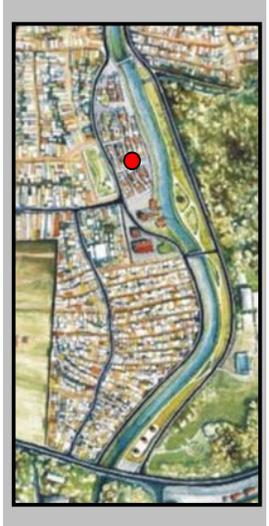
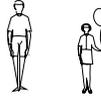
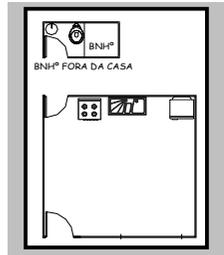
Avaliação

Sr.^a G. é da ilha do Maracujá, antes morava com a mãe, às margens do Tucunduba, com o projeto a mãe da Sr.^a G. voltou para o interior. A Sr.^a G. ficou morando com um irmão e logo depois casou com o Sr.^o J. e veio morar no Pantanal. Com o projeto PDL, a família morou de aluguel, e atualmente está na casa fornecida pelo projeto. Foram realizadas melhorias na habitação, a casa foi lajotada, na área livre para ampliação foi construído um bar e além do limite da casa foi construída uma mercearia que também ajuda na renda da família.



Moradores remanejados para as unidades sanitárias no Pantanal - Família 04

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (M1)	MORADIA ATUAL (M2)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.ª M, 40 anos, 4ª série, trabalha como doméstica			
	Sr.º J, marido da Sr.ª M., 4ª série, trabalha como motorista			
	O casal possui um filho de 16 anos que está concluindo a 8ª série e uma filha de 05 anos que também estuda			
	MORADIA INICIAL Mo			
				

Avaliação

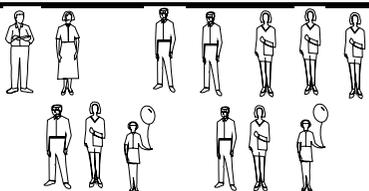
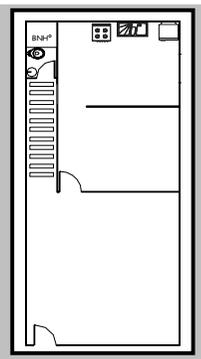
Sr.ª M. é de Belém, inicialmente morava nas margens do Igarapé (Mo), devido ao Projeto Tucunduba a moradora foi indenizada e comprou um terreno no Pantanal e lá construiu outra moradia (M1). Com o PDL a moradora teve sua casa desapropriada, recebeu o auxílio da prefeitura para morar de aluguel, e atualmente mora na casa promovida pelo projeto (M2). Sr.ª M., reconhece as melhorias realizadas pelo projeto, entretanto, afirma que depois do projeto a violência aumentou na área.

'Em uma parte era boa, porque tinha sossego e não tinha violência. Há 15 anos nós morávamos em casa de madeira que o fundo estava caindo e ninguém invadia. Melhorou por um lado e piorou pelo outro. Melhorou com relação ao saneamento, a passagem da casa de madeira para de alvenaria que não tem nem comparação com relação à higiene.'
(Sr.ª M., moradora do Pantanal).



Moradores remanejados para as unidades sanitáriasno Pantanal - Família 05

Projeto: PDL

MORADIA ANTERIOR (Mo e M1)		MORADIA ATUAL (M2)		LOCALIZAÇÃO
Nº DE OCUPANTES		Nº DE OCUPANTES	PERFIL	
			Sr.ª N. ,56 anos, 4ª série, aux. costureira, renda R\$200,00 / Sr.º J., marido da Sr.ª N., 64 anos, alfabetizado, aposentado, renda R\$350,00	
			Filhos do casal: C., 22 anos, faz supletivo,auxiliar de costureira, renda R\$200,00.	
			D. tem 17 anos e Valdomiro 15 anos, ambos estudam	
 <p>Mo</p>	 <p>M1</p>	 <p>M2</p>		

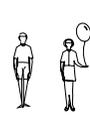
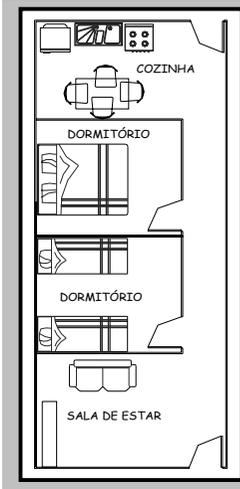
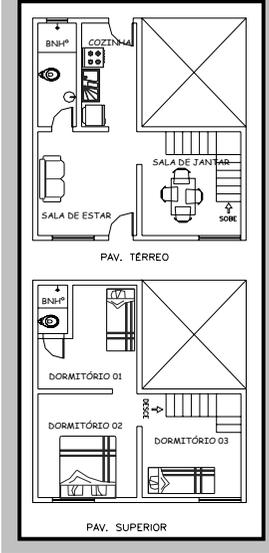
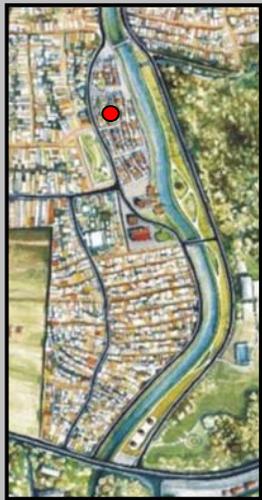
Avaliação

Sr.ª N. é de São Domingos do Capim, está em Belém há 15 anos, veio do interior por motivo de saúde. Antes de morar no assentamento, morou no bairro da Terra Firme com uma filha, depois o marido da Sr.ª N. vendeu a casa no interior e comprou um lote no Pantanal, e contruíram a casa com dois cômodos. Nessa casa moravam Sr.ª N., o marido, 07 filhos, 02 gênros e 02 netos. A melhoria da casa foi realizada com a ajuda de uma indenização recebida por Sr.ª N. em virtude da morte do filho que foi atropelado por um ônibus. Então, Sr.ª N., construiu dois quartos no fundo do quintal para as filhas casadas. Com o projeto PDL, a casa da Sr.ª N. foi desapropriada, as filhas casadas receberam ao auxílio da prefeitura e estão morando de aluguel e aguardam a entrega das casas. Os outros dois filhos da Sr.ª N. voltaram para o interior para a casa de parentes e atualmente moram a Sr.ª N, o esposo e 03 filhos. Sr.ª N. recebe o Bolsa Família e um auxílio dos padres capuchinhos.



Moradores remanejados para as unidades sanitárias no Pantanal - Família 06

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo e M1)	MORADIA ATUAL (M2)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.ª J., 33 anos, voltou a estudar e atualmente faz a 8ª série, manicure, renda R\$350,00			
	Sr. E., marido de Joana, 37anos, 5ª série, trabalha como fiscal de empresa de ônibus, renda R\$800,00			
	O casal tem 02 filhos uma de 14 anos e outro de 12 anos.			
		 <p style="text-align: center;">Mo</p>  <p style="text-align: center;">M1</p>	 <p style="text-align: center;">M2</p>	

Avaliação

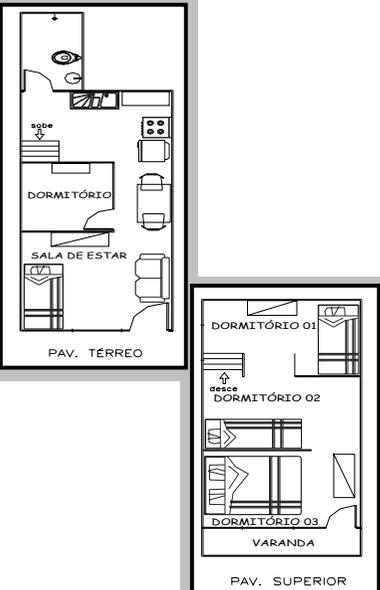
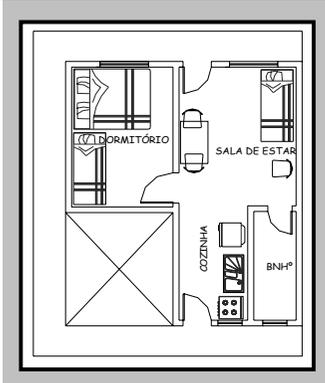
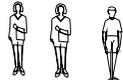
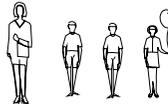
Sr.ª J. é de São Domingos do Capim, está em Belém há 21 anos. Antes de chegarem ao Pantanal moraram de aluguel na José Pio, e na Sacramento. Sr.º E. trabalhava em uma estância e com o dinheiro da indenização do marido compraram um terreno no Riacho Doce, começaram a fazer a casa (Mo), depois vieram os filhos, e resolveram trocar a casa por uma maior no Pantanal (M1). Com o início do PDL, a casa da família foi desapropriado e eles reberam o benefício da prefeitura e foram morar de aluguel. Moraram de aluguel 10 meses até receber a casa do projeto.

" Quando o projeto começou não tinha como reivindicar o terreno..., não tinha acordo com eles ou aceitava a indenização ou morava no que eles davam. Antes do projeto a vida era pior, agente vivia no meio do lixo, não era assim organizado como é agora, a agente não sente tanta falta da vida antes porque ficou uma coisa melhor . Aqui no Pantanal a melhor casa era a minha, quem pegou a indenização se arrependeu !"(Sr.ª J., moradora do Pantanal).



Moradores remanejados para as unidades sanitárias no Pantanal - Família 07

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a T. e o marido, 56 e 60 anos ambos analfabetos e trabalham na como faxineiros em uma empresa. renda 01 salário cada um.			
	Filho do casal, R., 25 anos, 3 ^a série, ajudante de pedreiro, renda R\$350,00			
	Filho do casal, J., 18 anos, 6 ^a série, trabalha na fábrica de vassoura, renda R\$300,00			
	Filhos do casal, G., L.e K 16, 14 e 8 anos respectivamente são estudantes			
	Filha do casal, M., tem 03 filhos, 23 anos, 8 ^a série, atualmente está desempregada.			

Avaliação

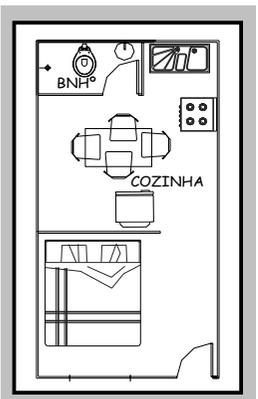
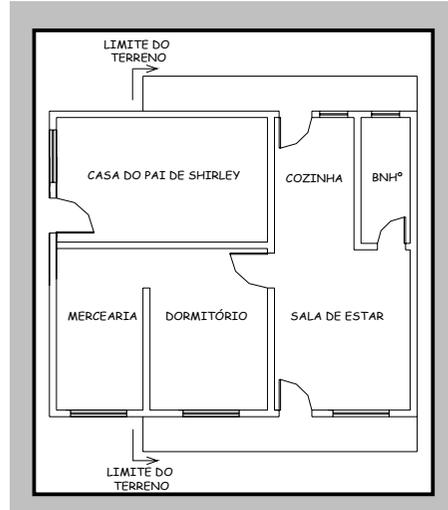
Sr.^a J. é de Breves, veio direto para o Pantanal, e está há 14 anos no assentamento. Com o projeto, a casa de Sr.^aJ. foi demolida e a moradora passou 6 meses morando de aluguel com o auxílio da prefeitura. A moradora reconhece as benfeitorias em relação à infra-estrutura, mas não está satisfeita em relação ao tamanho da casa.

"A nossa casa tava nova e a gente sente falta. Eles disseram que quem tinha casa altos e baixos iria ser entregue uma altos e baixos e agora só levanta quem tem condições. Pretendo modificar a casa, quero ampliar, falta lajota, quero passar o banheiro para fora porque a cozinha é muito estreita." (Sr.^a J., moradora do Pantanal).



Moradores remanejados para as unidades sanitárias no Patanal - Família 08

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL(M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.ª S., 23 anos, estudou até o 1º ano do 2º grau, dona de casa			
	Sr.º J., marido da Sr.ª S, 6º série, trabalha em uma empresa de refrigeração renda R\$500,00.			
	Srº F., Pai da Sr.ª S., 55 anos, 1ª série, trabalha na construção civil ganha em média R\$350,00 mensais			
	Sr.ª N. , mãe de Sr.ª S., 48 anos, 5ª série, diarista, ganha em média R\$300,00 mensais			
	P., irmão da Sr.ª S, tem 29 anos, trabalha em uma empresa de refrigeração renda R\$500,00			

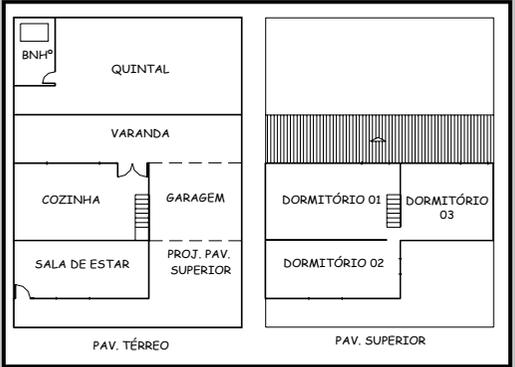
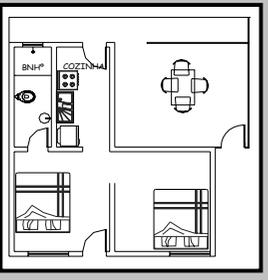
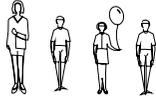
Avaliação

Sr.ª S. é do Maranhão, está no assentamento há 14 anos, antes morou de aluguel no Jurunas, na Cremação até chegar ao assentamento. A família da Sr.ª S. morava às margens do igarapé, com a desapropriação receberam a indenização do Projeto Tucunduba e compraram o terreno no Pantanal. Com o projeto PDL, tiveram novamente a casa desapropriada, moraram de aluguel até receber a casa edificada pelo projeto. A necessidade de ampliação da casa surgiu em virtude do alcoolismo do pai da Sr.ª S. A mãe da Sr.ª S. resolveu se separar depois que o pai a ameaçou de morte. A casa foi ampliada para além do limite permitido, foi construído um quarto para o pai da Sr.ª S e uma mercearia para ajudar nas despesas.



Moradores remanejados para as unidades sanitárias no Pantanal - Família 09

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º J., 53 anos, analfabeto, ajudante de pedreiro, não está trabalhando devido estar doente da coluna.			
	Sr.ª R., 47 anos, analfabeta, trabalhava com costureira mas teve um aneurisma e parou de trabalhar			
	S., filha do casal, 29 anos, 2º grau, secretária, renda R\$350,00.			
	R., filho do casal, 18 anos, trabalha como gari, renda R\$350,00			
	M., filha do casal, 26 anos, 2º grau completo, do lar. A mesma é viúva e possui 03 filhos. As crianças estudam.			

Avaliação

Sr.ª R informa que as filhas foram contempladas com 01 apartamento cada uma, mas enquanto não termina a obra, as mesmas continuam morando como Sr.ª R.

A moradora diz não ter gostado da mudança, e alega que não tinha outra opção se não aceitar a proposta em virtude da pressão feita pela prefeitura.

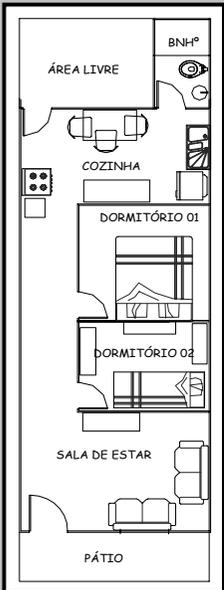
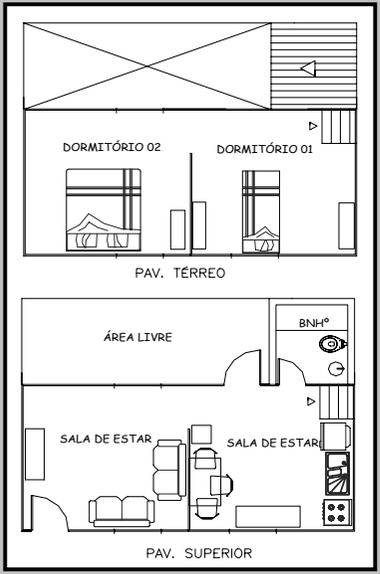
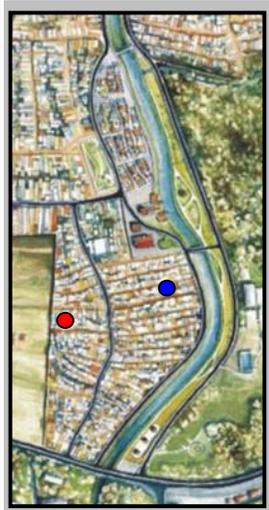
Sr.ª R enfatiza que a casa oferecida é muito quente, e mal feita e sente falta da casa grande, onde afirma que tinha mais liberdade.

Entretanto, a moradora afirma que atualmente se sente mais respeitada por morar em uma rua pavimentada e ter a casa regularizada.



Moradores Indenizados - Família 01

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR	MORADIA ATUAL	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a L., 36 anos, 1º grau, trabalha em uma empresa de limpeza			 <p>● Localização anterior ● Localização atual</p>
	Sr. ^o R., marido da Sr. ^a L, 33 anos, trabalha como flanelinha			
	I., filha de Lindalva, 7ª série, estudante			

Avaliação

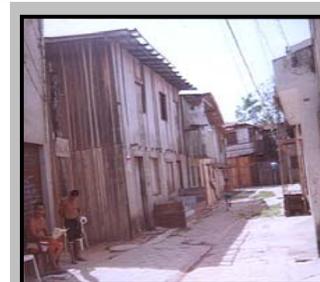
Sr.^a L. é de Bujarú, está em Belém há 20 anos e no assentamento há 13 anos. A moradora optou pela indenização devido a tipologia da habitação oferecida pela prefeitura, a mesma afirmou que não gostaria de morar em apartamento. O valor da casa ficou em R\$9.500,00.

" Se fosse casa, eu ia ficar porque a casa seria minha e eu ia saber manter o que é meu, já o apartamento mora todo mundo junto. Esse projeto não facilita, fizesse só a área da rua que o resto eu dava meu jeito com o tempo"

A casa que a Sr.^a L. comprou na Quadra 02 custou R\$8.500,00. Com a sobra do dinheiro da indenização a moradora trocou o assoalho da casa e construiu um banheiro em alvenaria.



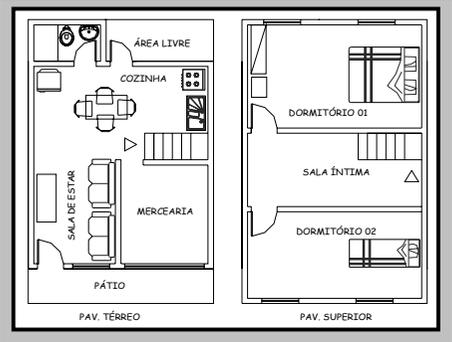
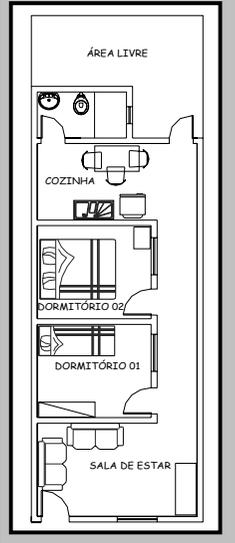
Moradia anterior



Moradia atual

Moradores Indenizados - Família 02

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR		LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a J., 51 anos, 2º grau, trabalha como aux. Administrativo, renda 1.003,00			 <p data-bbox="1709 912 1921 970"> ● Moradia anterior ● Moradia atual </p>
	Sr. ^o F., é marido de Sr. ^a J., 41 anos, 8ª série, motorista, renda R\$680,00			
	J., 16 anos, estudante			

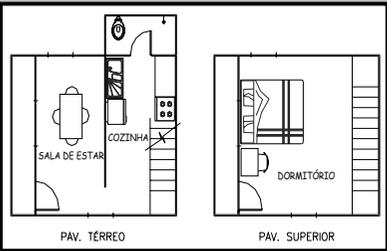
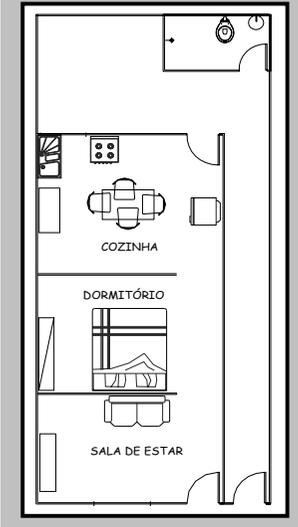
Avaliação

Sr.^a J. é de Abaetetuba e está no assentamento há 15 anos, morava na Quadra 15, sua casa era de alvenaria, 02 pavimentos e tinha um ponto comercial. Com o projeto PDL, a moradora foi indenizada e recebeu R\$20.000,00 pela casa. Com esse valor, a moradora comprou uma casa na Rua da Olaria nº 588 por R\$18.000,00. Com o valor restante Sr.^a J. realizou melhorias na casa como: pintura, fizeram uma laje no banheiro, assentamento de piso e melhoria da área de serviço. A moradora considera o saldo do projeto positivo, pois a rua em que mora atualmente é asfaltada e possui saneamento básico, apesar da deficiência do abastecimento de água.



Moradores Indenizados - Família 03

Projeto: PDL

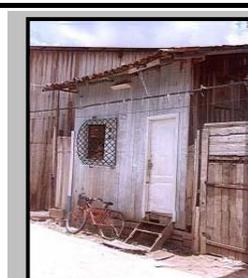
Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º R., 31 anos, 2º grau completo, desempregado			 <p>● Moradia anterior ● Moradia atual</p>
	Sr.ª M., 27 anos, 2º grau completo, empregada doméstica			
	Filho do casal, 04 anos, estuda na creche do Tucunduba			

Avaliação

Sr.º R. é de Belém. A moradia anterior do Sr.º R. ficava nos fundos da casa da mãe, na Quadra 15, na Pass. União. Segundo o morador, os técnicos da prefeitura alegavam que a casa não estava cadastrada no projeto, e portanto o morador não tinha direito nem à indenização nem ao auxílio moradia. Depois de muita negociação Sr.º R. conseguiu a indenização da casa por R\$6.000,00. O mesmo afirmou não querer ir para o apartamento fornecido pelo projeto em virtude do tamanho e da tipologia do mesmo. Sr.º R. está satisfeito com a nova moradia, e enfatiza que a vida melhorou e que agora o seu filho tem uma rua para brincar. A mãe de Sr.º R. optou pelo apartamento, e como a obra ainda não ficou pronta atualmente a mesma encontra-se recebendo o auxílio moradia.



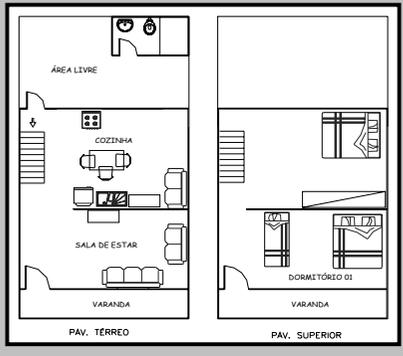
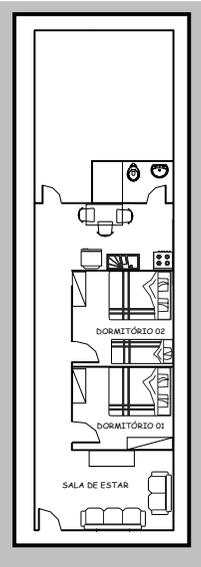
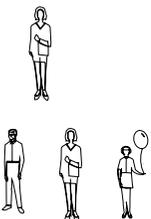
Moradia anterior (Mo)



Moradia atual (M1)

Moradores indenizados - Família 04

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	<p>Sr.^a M. , 45 anos, 4^a série, dona de casa.</p>			 <p data-bbox="1688 911 1928 971"> ● Moradia anterior ● Moradia atual </p>
	<p>Sr.^o A., marido de Míriam, 38 anos, 4^a série, carpinteiro, renda R\$500,00</p>			
	<p>Filhos do casal: E., 28 anos, 5^a série, é vendedor no Armazém Paraíba, renda R\$500,00 F., 27 anos, 5^a série, trabalhador informal (faz bico) é casado com B. ,24 anos, faz a 8^a série e trabalha como balconista, o casal tem uma filha E. de 06 anos, a menina estuda.</p>			

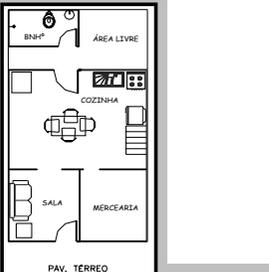
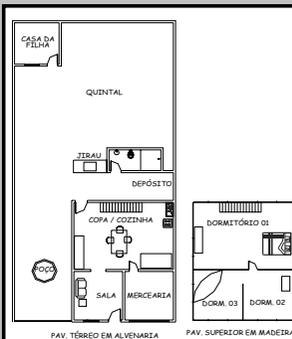
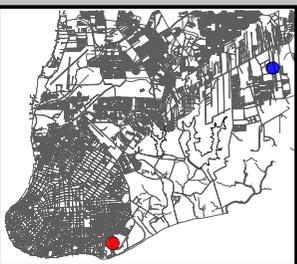
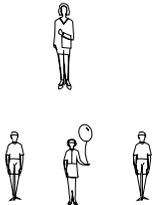
Avaliação

Sr.^a M. é de Bragança, está no Riacho Doce desde a década de 90. Antes de morar no Riacho Doce morava de aluguel na Pass. São Silvestre no bairro do Jurunas. Com o projeto, a casa de Sr.^a M. teve que ser desapropriada e a moradora recebeu uma indenização de R\$7500,00 pela casa que ficava na Quadra 15, e comprou uma casa na Quadra 01 por R\$8.500,00. A moradora afirma que ainda não pode realizar nenhuma melhoria na casa devido o valor da indenização da casa antiga ser inferior ao valor de compra da nova. Sr.^a M. se diz satisfeita com a nova localização, pois a moradora enfatiza que antes pisava na lama e agora mora em uma rua pavimentada. Com relação a casa, a moradora afirma que quando houve condições financeiras a primeira providência é construir um quarto para o filho E. nos fundos do terreno.



Moradores Indenizados - Família 05

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º J., 47 anos, trabalha na mercearia, parou de estudar devido a mudança, fazia a 4ª etapa.			 ● Localização anterior ● Localização atual
	Sr.ª M., esposa de Jesus, analfabeta, estava começando a estudar quando teve que se mudar, dona de casa.			
	S., filho do casal, 20 anos, 2º grau completo, ainda trabalha no Riacho Doce, renda R\$350,00			
	N., filha do casal, 24 anos, estudante, desempregada N. tem 03 filhos, uma com 05 anos, outra com 03 anos e o menor com 01 ano e 09 meses.			

Avaliação

Sr.º J. é de Bujarú, antes de ir morar no assentamento, morava de aluguel na Pass. São Domingos no mesmo bairro. Sr.º J. alega, que apesar da moradia atual ter mais espaço e ser no seco preferia morar no Riacho Doce. O filho S. continua tranalhando no Riacho Doce e tem que andar mais de 3 km para chegar à parade de ônibus mais próxima.

'Lá no Riacho Doce era melhor, apesar que a casa era inferior a essa daqui, porque lá a gente tava em cima da água, em cima da lama, mas a gente tava melhor. Ali enchia, mas a água não acumula. Eu não fiquei lá porque a primeira proposta da prefeitura era fazer o apartamento e quem tinha comércio ia ficar em baixo, aí na outra reunião eles já disseram que quem ia ficar em baixo eram os idosos deficientes e quem tinha comércio ia ganhar um boxe na feira. Eu não ia pra feira pra ficar todo mundo lá disputando freguês. Aí eu preferi a indenização de R\$ 6.000,00.' (Sr.º J. morando atualmente em Marituba).



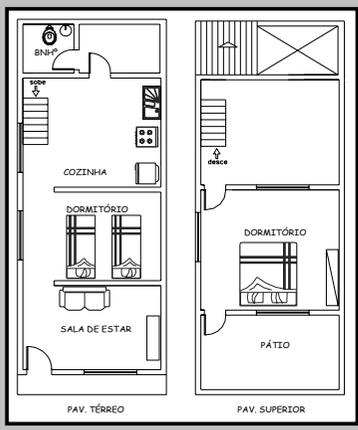
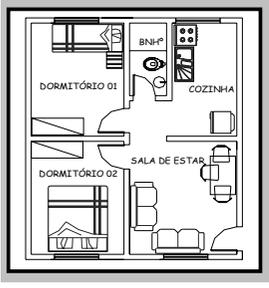
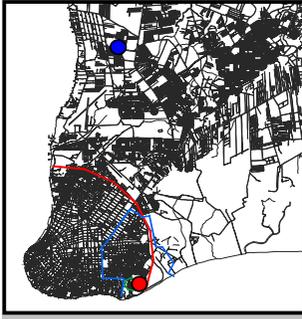
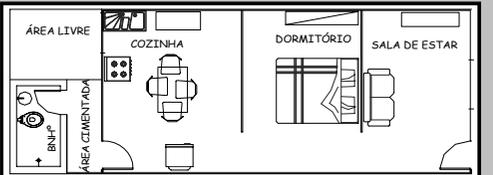
Moradia anterior (Mo)



Moradia atual (M1)

Moradores Indenizados - Família 06

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (M1)	MORADIA ATUAL (M2)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º I. , 42 anos, militar, 2º grau, renda R\$1800,00.			 ● Moradia anterior ● Moradia atual
	Sr.ª O, esposa do Sr.º I , 36 anos, 2º grau, atendente, renda R\$460,00.			
	D., filha do casal, 17 anos, faz cursinho pré-vestibular.			
	R. , 14 anos, estudante			
<p align="center">MORADIA INICIAL (Mo)</p> 				

Avaliação

Sr.º I. morava no assentamento desde o início de sua formação. O morador informou que na época da formação do assentamento o Srº Abel, loteador do assentamento, deu um lote para o Sargento na intenção do policial fazer a segurança da área. O morador afirma que não aderiu ao projeto, em virtude da falta de informação sobre o modelo de condomínio, custos, assim como segurança e manutenção. Além disso, o morador afirma que o problema do projeto é político. O morador recebeu R\$ 21.000 de indenização, época em que um amigo queria transferir um apartamento. O morador pagou a transferência com parte do dinheiro da indezação, e atualmente paga uma parcela de R\$180,00 à CEF e R\$60,00 de condomínio.



Moradia inicial (Mo)



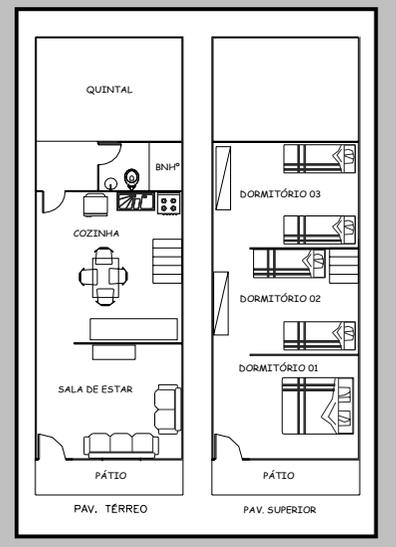
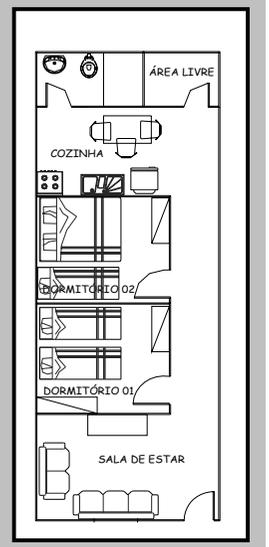
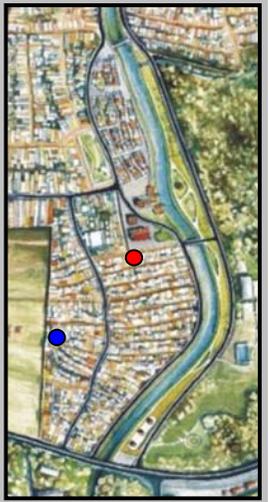
Moradia anterior (M1)



Moradia atual (M2)

Moradores Indenizados - Família 07

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr. ^a N. , 46 anos, 6 ^a série, doméstica renda R\$ 350,00			 <p>● Moradia anterior ● Moradia atual</p>
	Sr. ^o J. , marido de Sr. ^a N., 4 ^a série, trabalha na construção civil, renda R\$450,00			
	Filhos da Sr. ^a N: V., 21 anos, 2 ^o grau. H., 18 anos, 2 ^o grau. T., 25 anos, 2 ^o grau.			
	R., 23 anos, 2 ^o grau Todos moram com Sr. ^a N. e nenhum trabalha.			
	V. tem um filha de 02 anos que também mora na casa.			

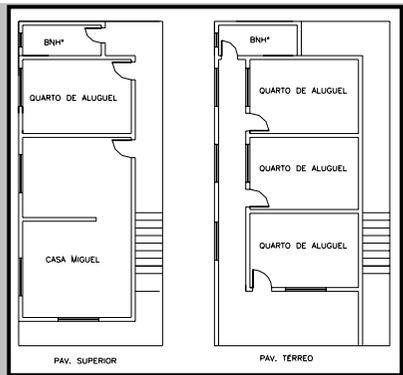
Avaliação

Sr.^a N. é de Breves, está em Belém há 18 anos e chegou no assentamento há 09 anos. Antes, morava em uma casa alugada na Cremação e diz que comprou o terreno no Riacho Doce na Quadra 15 de uma amiga e que na época custou 3,00 cruzeiros. Em virtude do projeto PDL, Sr.^a N. e a família tiveram que ser remanejados. A indenização da casa foi R\$10.500,00 e a moradora comprou uma casa na Quadra 03 por 8.500,00, o dinheiro restante serviu para a moradora melhorar a nova casa. Sr.^a N. que apesar da falta de infra-estrutura na Quadra 15, preferia morar lá, devido a casa ser de dois pavimentos. A moradora afirma que que a nova casa não couberam todos os seus móveis, e lamenta a mudança.



Moradores Indenizados - Família 08

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR (Mo)	MORADIA ATUAL (M1)	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º M. , 46 anos, 3ª série, pedreiro, renda R\$800,00			 <p>● Moradia anterior ● Moradia atual</p>
	Sr.ª C. , esposa do Sr.º M., 43 anos, dona de casa.			
	Sr.ª B, filha do Sr.º M.I, 20 anos, 2º grau, casada com Sr.º F, 20 anos, 2º grau, ajudante de pedreiro renda R\$400,00			
	C., filha do Sr.º M., 18 anos, estudante			

Avaliação

Sr.º M. é de Igarapé-Miri, está em Belém há 13 anos e quando chegou foi morar na Terra Firme, na Pass. Jabatiteua na casa da irmã. Ele, a esposa e 03 filhos. Depois de um ano a família se mudou para o Riacho Doce e morou de aluguel em um quarto 4x4m. Depois da morte do filho, que foi atropelado por um ônibus, Sr.º M. recebeu uma indenização de R\$15.000,00 e conseguiu comprar um terreno no Riacho Doce e construiu uma casa em alvenaria de 06 compartimentos onde alugava 04 e morava em 02 compartimentos. Com o projeto, Sr.º M. optou pela indenização. Pela casa recebeu R\$15.000,00 comprou uma casa na quadra 03. Atualmente, Sr.º M. está construindo na frente da casa quartos para alugar. De acordo com o morador, em termos de casa, a anterior era melhor, entretanto o morador prefere a moradia atual, em virtude do serviço de infra-estrutura que foi realizado na rua onde ele mora.



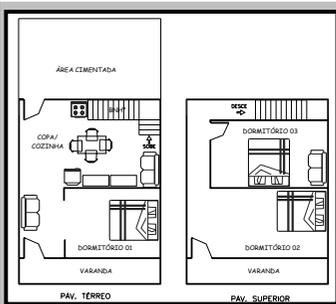
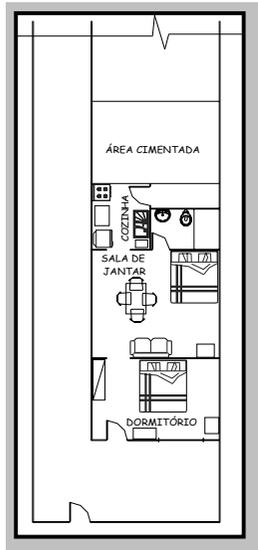
Moradia anterior (Mo)



Moradia atual (M1)

Moradores Indenizados - Família 09

Projeto: PDL

Nº DE OCUPANTES	PERFIL	MORADIA ANTERIOR	MORADIA ATUAL	LOCALIZAÇÃO
	Sr.º A. , 52 anos, pedreiro, analfabeto, renda R\$800,00			 <p>BAIRRO DO GUAMÁ</p> <p>● Moradia anterior ● Moradia atual</p>
	Sr.ª N, esposa do Sr.º A. 4ª série, dona de casa			
	J., filha do Srº Adelsino, 22 anos, universitária, estagiária , renda R\$300,00			
	V., filha do Sr.º A., 24 anos. 2º grau completo, vende roupas, renda R\$ 200,00			
	A., filha do Srº A., 15 anos, estudante.			

Avaliação

Sr.º A é do Maranhão, morava no Riacho Doce desde o início da invasão e sua casa já havia passado por diversas melhorias. Com o projeto, o morador optou pela indenização e a casa foi avaliada em R\$15.000,00. Sr.º A comprou outra casa na Pass. Joana Dárc no bairro do Guamá. O morador enfatiza que foi muito difícil encontrar uma casa com o dinheiro que dispunha mas se diz satisfeito em relação à nova localização, segundo o morador agora eles estão mais perto da feira, de farmácia, supermercado, etc. Com relação a casa, o morador acrescenta que ainda necessita de melhorias. Sr.º A está ampliando a casa. O morador enfatiza que preferiu a indenização pelo fato do Riacho Doce ser uma área de invasão e afirma que agora ele realmente conseguiu a casa própria.



moradia anterior



Moradia atual

Considerações finais

Iniciamos o trabalho identificando quem é o pobre moderno que habita na cidade, sua origem e as diversas definições sobre a pobreza. Neste contexto, Sprandel (2000) apontou que a pobreza não se configura como um problema recente no Brasil e que os mecanismos de assistência aos pobres evoluíram identificados à filantropia, inspirados no conceito de caridade cristã voltada aos mais pobres, e muito lentamente se realizou uma aproximação com o Estado no que diz respeito à responsabilidade deste no atendimento à população. A ausência de uma reflexão política sobre o assunto até a promulgação da Constituição de 1988 resultou na inadequação de políticas públicas voltadas para a classe pobre, e na supressão por um longo período de diversos direitos dentre eles o da moradia digna.

No entanto, conforme apontado no Capítulo I, a partir da década de 90, identificamos o início de um processo de reorganização das políticas sociais no Brasil. A pobreza foi reconhecida como tema político no mesmo período em que avançaram iniciativas no campo da segurança alimentar e nutricional, marcada pelo lançamento de campanhas tais como a da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, organizada pelo sociólogo Betinho e por vários integrantes dos movimentos sociais, além de ações do Governo Federal que fomentavam a transferência de renda como o programa Bolsa Família.

Dentre tais ações, observamos o enfrentamento da pobreza diretamente relacionado à capacidade de subsistência do indivíduo conforme descrito por Lavinias (2003) e por Josué de Castro em 1930. Neste sentido, observamos que o pouco amadurecimento político sobre o tema gerou ações desarticuladas, assistencialistas e de pouca abrangência, haja vista, que conforme apresentado no Capítulo II, setores estruturantes como da habitação passavam por momentos de colapso, com produção pouco expressiva, e nenhuma ação direcionada para a produção de habitação de interesse social.

No contexto atual, Salama & Valier (1997) sinalizaram uma perda de força do discurso da universalização da política do “bem-estar” social em prol de uma visão focalizada da pobreza que por beneficiar as camadas extremamente pobres apresenta-se como mais

inclusiva, entretanto, continua sem reconhecer os diferentes graus de vulnerabilidade dos indivíduos, levando em consideração apenas patamares de rendas. Ao fim e ao cabo, os programas oficiais voltados para a promoção de habitação e infra-estrutura em assentamentos informais vêm seguindo esta linha neoliberal. Nesse sentido, o trabalho de Cardoso (2002) nos permitiu constatar que, nos países em desenvolvimento, os programas oficiais garantem o acesso à provisão de infra-estrutura e habitação, no entanto, mais do que provisão se faz necessário a garantia de acesso concomitante a direitos constitucionais e ao mercado.

Longe de uma visão estritamente economicista, ao pesquisarmos o modo de produção da habitação informal em assentamentos urbanos, reconhecemos a capacidade dos pobres de resolver suas necessidades a partir de estratégias não monetárias praticando o fator solidariedade e percebemos o quanto a flexibilidade do espaço construído tem contribuído para o incremento das relações de vizinhança e funcionamento das redes de solidariedade, através da comunicação entre os lotes, na existência de atalhos no interior das quadras, na utilização da rua como prolongamento da habitação; por outro lado a utilização de quintais como espaços para criação de animais e cultivo de alimentos contribui para a subsistência e manutenção da identidade tradicional (rural, ribeirinha) dos moradores.

Dessa forma, assumimos que as oportunidades promovidas pelo espaço colaboram para o sucesso ou fracasso do indivíduo ou do grupo social e diante dos paradigmas econômicos-sociais que distorcem o conceito de pobreza e não permitem a extratificação dos pobres, o presente trabalho se propôs identificar de que forma os programas implementados pelo Governo Federal, voltados para a produção de infra-estrutura e habitação, modificam o modo de vida dos pobres que habitam em assentamentos informais em fase de consolidação. Assim, a análise efetuada no presente trabalho, apresenta considerações a respeito da concepção do Programa Habitar Brasil - BID e do Plano de Desenvolvimento Local – Riacho Doce e Pantanal.

Em um âmbito geral, o Programa Habitar Brasil - BID segue a tendência atual de urbanização de assentamentos informais e sua integração na malha urbana já existente se contrapõe à lógica das políticas desenvolvidas pelo BNH, ora apresentadas no

Capítulo II. No entanto, embora essas intervenções pretendam dar conta das diferentes dimensões que envolvem a sustentabilidade urbana, através da exigência da incorporação dos princípios econômicos, ecológicos e sociais, as normativas impostas para aplicação de recursos do BID subordina a intervenção à lógica da eficiência e valorização econômica.

Portanto, reconhecemos que o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce- Pantanal sinaliza um processo participativo e uma metodologia de diagnóstico para o desenvolvimento sócio-espacial, contudo é limitado pelas restrições do Habitar Brasil e pelos obstáculos da administração pública. Concluímos que os benefícios provenientes do Projeto Tucunduba e, por conseguinte do PDL não abrangem a comunidade de forma igualitária e estão diretamente relacionados ao perfil sócio-econômico das famílias. Conforme o perfil da população dos assentamentos informais estudados, identificamos como maiores beneficiados pelo projeto as famílias que contam com emprego formal ou renda fixa, maior grau de escolaridade e menor número de moradores no domicílio.

Observamos que os impactos mais relevantes estão relacionados ao espaço da habitação e ainda que houvesse um compromisso inicial do projeto com a produção de habitação adequada, em conformidade com o diagnóstico realizado pelo PEMAS, esse objetivo perdeu importância em virtude dos entraves de ordem burocrática e administrativa, e mesmo da falta de experiência no trato dessas novas questões em política habitacional, tendo em vista a necessidade urgente de se garantir que o projeto fosse implementado.

A urgência em garantir a implementação do projeto levou a prefeitura a considerar o terreno pertencente à Cooperativa dos funcionários da UFPa, sem antes ter de fato a propriedade do terreno, o que atrasou o andamento dos serviços e que levou o projeto à um descrédito perante a comunidade. Portanto houve a necessidade de elaboração de uma segunda proposta, que não contou com a participação da comunidade fugindo à proposta do programa de participação popular.

A segunda proposta apresentou-se totalmente desvirtuada dos objetivos do plano, além de ignorar as ações realizadas pelo subprograma Desenvolvimento Institucional (DI),

como a elaboração do PEMAS, resultando em um descompasso entre o projeto físico, particularmente no que tange a habitação, e os anseios da população local envolvida no processo. Nesse sentido, o projeto físico que deveria contribuir para incorporação do assentamento ao espaço urbano formal, oferecendo a seus habitantes um meio ambiente de qualidade, adaptado ao modo de vida da comunidade é deixado de lado e volta-se para a preocupação apenas relacionada à provisão a moradia relegando a um segundo plano a construção dos equipamentos comunitários, como a feira, que permitiriam o acesso da comunidade ao mercado. Percebemos que redução das alternativas de renda para as famílias colaborou para o abalo da auto-estima de alguns moradores.

No que tange o projeto habitacional, podemos afirmar que as exigências do órgão financiador “standartizou” o modelo proposto na medida em que foram sugeridas casas de 32 m² e apartamentos em prédios com 4 pavimentos. Tais limites também inibiram a conexão entre o projeto Desenvolvimento Institucional (DI) e o projeto de Urbanização (UAS), haja vista, que o sentido inicial do programa, indicado no DI de se criar uma legislação específica para assentamentos especiais para habitação de baixa renda ou localizados em Zonas especiais de Interesse Social (ZEIS) se perdeu, quando não foi possível a liberação de recursos para a criação de um ambiente mais favorável ao clima e à cultura local, optou-se pelo modelo embrião de habitação em alvenaria.

Como resposta às modificações ocorridas em relação às condições de habitação observamos que o projeto físico não atua como um facilitador do atendimento às necessidades locais. Em relação às famílias que foram remanejadas para as unidades sanitárias no Pantanal, verificamos que aquelas que dependiam da habitação como local de trabalho foram prejudicadas, haja vista, que a casa não possui área destinada para atividades de comércio ou serviço, nem ao menos mantiveram a mesma localização relativa dentro do assentamento ao serem transferidas para as ruas transversais, tendo desfeitos as suas redes de solidariedade.

Observamos também algumas famílias que já foram remanejadas e que aguardam o sorteio dos apartamentos. Estas famílias atualmente estão recebendo o auxílio moradia de R\$200,00, não reajustado desde o início do projeto, e estão prejudicadas em virtude

do tempo que estão aguardando pela entrega do imóvel. De acordo com os moradores a data para o recebimento do benefício é incerta, o que leva o morador a passar por várias mudanças de endereço, ocasionando perda de mobília e transtornos de toda ordem.

Tal circunstância contribui para o aumento da vulnerabilidade dentro do domicílio e contribui para a diminuição da auto-estima dos moradores. Identificamos que a partir da intensificação do processo de remanejamento, houve uma valorização imobiliária da área que já está concluída, tanto no Riacho Doce quanto no Pantanal, manifesta no aumento do valor do aluguel e também na sub-locação de cômodos em casas que resultam, mais uma vez, em moradias precárias.

A habitação proposta se enquadra ao perfil de famílias pouco numerosas, em virtude do tamanho da habitação, e àquelas que contam com uma renda fixa, proveniente de emprego formal ou aposentadoria. De acordo com entrevistas realizadas no local os moradores afirmaram que as casas são quentes, pequenas, e que normalmente o espaço destinado à área livre, ou “quintal” é transformado em mais um cômodo. Entretanto, a maioria dos moradores acreditam que as melhorias relacionadas à infra-estrutura, principalmente as que dizem respeito ao acesso à água encanada, compensam as dificuldades relacionadas à moradia.

Fatores como gerações coabitando, necessidade de acesso à renda e especulação imobiliária tem colaborado para a ampliação das casas que avançam para o meio fio e também tomam conta das ruas. De acordo com entrevista realizada com técnicos do projeto esses moradores deverão ser notificados e as modificações indevidas serão demolidas. Entretanto, não se sabe se por falta de funcionário ou por descaso, existe um descompasso entre a fiscalização e a rapidez com que essas habitações são transformadas, o que provavelmente tornará as mudanças irreversíveis a médio prazo.

Sobre os apartamentos, o principal questionamento se dá em relação ao pagamento de taxas referentes à condomínio, água e luz. Verificamos que a tipologia apresentada não se preocupa com aspectos como relações de vizinhança entre os membros da

comunidade, caracterizadas como um bem intangível que em momentos de vulnerabilidade mostram-se tão importantes quanto o dinheiro. Observamos ainda que o adensamento das unidades habitacionais (verticalização) distanciou as instâncias públicas (rua) e privada (habitação) e a interação entre moradores, limitando as relações de reciprocidade e confiança viabilizadas pelas redes de vizinhança (que pode envolver parentes ou não).

Quanto à tipologia, os apartamentos serão entregues sem nenhum acabamento, a fachada será pintada com cal e as janelas foram confeccionadas em madeira (ver figura 78). O acabamento utilizado dificultará a manutenção das fachadas, e a solução de esquadrias dificultará a iluminação natural, em virtude do clima chuvoso da região, transferindo custos com energia e com manutenção do prédio para os ocupantes em um curto intervalo de tempo. De acordo com a assistente social o prédio está pronto, entretanto os moradores estão recebendo orientações por parte do PDL para que possam efetuar a mudança.



Figura 78 - Bloco de Apartamentos. Foto da autora. Dezembro/2005

Os moradores que não aderiram ao projeto, denominados neste trabalho como indenizados, após o recebimento da indenização tiveram que resolver o problema da habitação sozinhos. Observamos que não houve por parte do projeto um controle em relação ao local de re-assentamento dessas famílias, que teoricamente poderiam mudar para qualquer área dentro da cidade. A falta de financiamento voltado para promoção da habitação para famílias com renda de até 03 salários mínimos dificulta o assentamento dessas famílias em virtude do baixo valor das indenizações, haja vista, que o projeto indenizou apenas a benfeitoria.

Dentre os indenizados que decidiram permanecer no bairro, detentores das casas mais amplas e mais valorizadas, prevaleceu uma busca longa, para identificar um imóvel compatível com a necessidade e o recurso disponível, mas que via de regra necessitava de reforma ou melhoria. A realização dessas melhorias teria sido mais fácil se houvesse algum tipo de financiamento para esse segmento, que apresentou grande discernimento quanto ao equacionamento das suas dificuldades, mostrando-se capazes de compreender o programa em sua totalidade, decorrente da maturidade e experiência acumulada em anos de vivência em assentamentos e produção de habitação, a despeito da baixa escolaridade e das dificuldades de obtenção de informação sobre o projeto.

As famílias que se estabeleceram no mesmo assentamento ou no bairro alegaram o fator localização como principal agente motivador para a compra da casa, estas famílias estão satisfeitas, apesar de terem que realizar alguns reparos nas casas que compraram, e todas afirmam que agora se sentem mais seguras. A família que se mudou para além da primeira légua patrimonial apresentou dificuldades em relação ao acesso à renda e transporte e enfatiza que o tamanho do terreno não compensa as dificuldades.

Como resposta às modificações ocorridas em relação à infra-estrutura dos assentamentos, percebemos que no Riacho Doce (parte beneficiada pelo projeto Tucunduba) a pavimentação das ruas propiciou a acessibilidade dentro dos assentamentos, fator que facilitou principalmente a entrada de ambulâncias e a coleta de lixo no local. Entretanto, as propostas de melhoria de calçadas com segregação dos

fluxos de pedestres e de veículos estão limitadas aos deslocamentos internos ao ambiente da comunidade.

O projeto final não prevê a melhoria das calçadas, nem a construção de ciclovias interligando o Riacho Doce ao centro comercial do Guamá, situado à cerca de 4 Km de distância, conforme informado no Capítulo III, para onde se dirige o maior número de viagens, nas quais pedestres e ciclistas têm significativas participações. O asfaltamento final da Rua Barão de Igarapé-Miri e da Av. Tucunduba propiciaram a implantação de uma linha de ônibus, no entanto, observamos que não foram realizados estudos específicos sobre demanda, o que dificultou o atendimento conforme as necessidade de mobilidade da população.

Outra questão relevante, refere-se ao aproveitamento dos recursos naturais, no caso o Igarapé do Tucunduba, para o transporte hidroviário. Quanto a isso, vale salientar que mesmo após a revisão do projeto de intervenções físicas para a inclusão do PDL, o compromisso declarado no projeto original de manter o transporte fluvial não foi alterado. No entanto, apesar da pesquisa sócio-econômica ter constatado que a subsistência da população ribeirinha, em grande parte, depende do comércio fluvial, não foram realizados, nem recomendados estudos específicos de demanda, a fim de obter o melhor aproveitamento da hidrovía para o desenvolvimento da economia local. A única ação para manter o comércio fluvial limitou-se à construção de pátios nos dois pontos de atracação para as embarcações, já existentes.

Na área do Riacho Doce, devido à falta de equipamentos urbanos destinados ao lazer, observamos que a pavimentação melhorou as condições de utilização da rua que já era utilizada como espaço de convivência. É comum observarmos no final da tarde famílias sentadas na porta das casas, crianças brincando, e durante os finais de semana é comum a realização de eventos como bingos e aniversários no espaço da rua.



Figura 73 - Pessoas conversando na porta da casa. Foto da autora. Dezembro/2005



Figura 74 - Passeio de bicicleta e festa de aniversário ao fundo. Foto da autora. Dezembro/2005



Figura 75 - Coleta de lixo. Foto da autora. Dezembro/2005

Entretanto, do outro lado da Rua da Olaria, onde os moradores aguardam o processo de remanejamento, ainda não houve nenhum serviço de pavimentação e devido ao desnível em relação à parte já pavimentada, quando chove, existe uma tendência da água escoar para essa área, o que agrava os problemas relacionados à saúde e impede a saída dos moradores de suas casas. No Pantanal, local para onde as famílias foram remanejadas para as unidades sanitárias, as ruas ainda não foram pavimentadas mas já se encontram compactadas.

Um fato observado durante as visitas é que as ruas deste setor estão sempre desertas apresentando contraste com o modo de vida observado nas áreas em que está previsto o remanejamento, mas o mesmo ainda não ocorreu, e naquelas onde o projeto já promoveu melhorias nas ruas pré-existentes. Concluimos que tal fato se deve ao remanejamento recente e ao rompimento das redes de vizinhança e observa-se que as famílias ainda passam por um período de adaptação e que nessas áreas a atuação do narcotráfico tem sido mais intensa, com a utilização do rio para transporte de drogas e coleta do material com horários marcados (principalmente na hora do almoço); nessas circunstâncias os níveis de insegurança percebidos pelos moradores desta área são superiores em relação ao resto do assentamento.



Figura 76 - Rua do Pantanal. Foto da autora. Dezembro/2005



Figura 77 - Rua do Pantanal II. Foto da autora. Dezembro/2005

A rua da Olaria continua sendo explorada como local de comércio. Quanto ao acesso à renda, observamos que nas ruas transversais é comum a incidência de pequenos comércios que vendem produtos a retalho (biscoitos vendidos por unidade, e produtos vendidos em mililitros ou por colheradas); curiosamente identificamos famílias que moravam na Rua Augusto Corrêa, localizada na fronteira do assentamento mas já incorporada à porção formal do bairro, e que mudaram para o assentamento porque identificaram na área um potencial mais favorável para a sua atividade comercial.

Apesar do serviço de infra-estrutura realizado observamos que a falta de água ainda é uma constante nos assentamentos e a falta de informação em relação à interligação do sistema de esgoto da casa com a rede coletora faz com que alguns moradores, mesmo com as ruas pavimentadas continuem morando no alagado.

Em síntese, observa-se que o Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce-Pantanal apresentou um descompasso no propósito de integração do Programa Sócio-Ambiental com o Projeto de Benefícios Físicos. Provavelmente, por falta de referências de experiências de práticas semelhantes, o enfoque da questão social mostrou-se mais absorvente e complexo dificultando a consolidação da interação entre as atividades de ambos (programa e projeto). O PDL continua em atividade com a fase de execução de obras em ritmo lento devido a entraves políticos e de ordem técnica.

Por fim, constatamos que um projeto dessa envergadura deveria ser precedido de pesquisas mais consistentes quanto a compreensão do funcionamento do espaço intra-domiciliar, e dos arranjos espaciais estabelecidos entre vizinhos para a superação de dificuldades cotidianas nas condições de moradia originais, para subsidiar uma articulação de etapas da transformação física do assentamento e da nova habitação com etapas financeiras e administrativas do projeto. Perdeu-se a oportunidade de realização de uma experiência piloto capaz de articular as políticas setoriais existentes em uma determinada área de interesse – convergindo elementos de políticas habitacionais, de defesa social, de promoção e proteção social, de desenvolvimento econômico, de controle urbanístico, etc., visando ao aperfeiçoamento da gestão em termos mais amplos conforme previsto no programa de Desenvolvimento Institucional.

Entretanto, as limitações políticas, e temporais impostas ao projeto, fizeram com que prevalecesse a formulação de abordagens setoriais específicas para o caso, internas ao projeto e descoladas de instrumentos de planejamento com o Plano Diretor Urbano de Belém, em que pese o avanço significativo da articulação de um projeto físico com um social e o reconhecimento da comunidade como agente social. O caso do PDL nos indica que a intervenção em assentamentos informais requer muita acuidade para detecção da importância dos detalhes no decorrer do processo, visão multidisciplinar e clareza de princípios e objetivos, visto que o problema da moradia transcende em muito a provisão do teto, necessitando de uma compreensão de habitat, e da instalação de um estado de direito, que garanta o acesso ao que a vida na cidade deve oferecer, em termos físicos e sociais; e reconhecendo a importância dos diferentes arranjos sociais criados pela população para compensar as deficiências de acesso aos direitos básicos, através da ajuda mútua e das redes de solidariedade.

Bibliografia

ABDALLA, Arthur. **SFH: apogeu e declínio de um vigoroso modelo habitacional.** In: **SFI um novo modelo habitacional.**— ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), 1996

ABELÉM, Auriléia. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA/ UFPA. Belém,1988

ABRAMO, Pedro. **Eu já tenho onde morar.**In, Pedro Abramo (org.). **A Cidade da Informalidade: O Desafio das Cidades Latino-Americanas.** FAPERJ. Rio de Janeiro,2003.

AZEVEDO, Sérgio de. & ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BANCO MUNDIAL. **Implementing de World Bank's strategy to reduce poverty, progress and change.** Washington,1993.

BARBOSA, Maria José. **Estudo de caso: Projeto Tucunduba: Belém-Pará.** Centro Sócio-Econômico.UFPA, Belém, 2003. Trabalho elaborado para a Caixa Econômica Federal programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local.

BONDUK, Nabil Georges. **Origens do Problema da Habitação da Habitação Popular em São Paulo.** Ed. Cortez. São Paulo, 1982

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa Habitar - Brasil / Bid. Regulamento Operacional.** Brasília: Maio de 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. **Manual do Programa Habitar Brasil/Bid. Orientações do Subprograma Desenvolvimento Institucional dos Municípios.** Versão 250500. Brasília: 2000a.

_____. **Manual do Programa Habitar Brasil/Bid. Orientações do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais.** Brasília: 2000b.

_____. **Programa Habitar Brasil/BID. Planos Estratégicos Locais para Assentamentos Subnormais. Anexo A: O Programa.** Sistemática 2001b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. **Programa Habitar Brasil/BID. Planos Estratégicos Locais para Assentamentos Subnormais.** Sistemática 2001a.

CARDOSO, Ana Cláudia. **The Alternative Space: Informal Settlements and Life Chances in Belém, Brazil.** Tese de Doutorado. Oxford. Oxford Brookes University. 2002.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. Lisboa, 1979. p.83-140 (O processo de urbanização: relação histórica entre sociologia e espaço).

COSTA, Solange Gayoso. **Razões ou ilusões de estabilidade: representações e referências imaginárias sobre a habitação na “ocupação espontânea” Riacho Doce – Belém – Pará**. Dissertação de Mestrado. Universidade federal do Pará: Belém, 2002.

DEMO, Pedro. **Combate à Pobreza: desenvolvimento como oportunidade**. Campinas, Autores Associados, 1996.

FANFANI, Emílio. "L'etat de l'État social en Argentine". In: **Colóquio do Greidd**. Mimeo, 1993.

FERREIRA, Carmena Fadul. **Produção do Espaço Urbano e Degradação Ambiental: um estudo sobre a várzea do igarapé do Tucunduba (Belém-Pará)**. Dissertação de Mestrado não publicada. USP. São Paulo, 1995.

FIGUEIREDO, Maria. **Avaliação Política e Avaliação de Políticas: um quadro de referência teórica**. IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo). São Paulo. 1986.

GOLDSCHIMIDT-CLERMONT, Luisella. " **Measuring Households non Monetary production**". In **Evans, Paul(Org): Real Life Economics**. Ed. Manfred Max-Neef, 1992.

GOUGH, Ian. **Global Capital, Human Needs and Social Policies**. Selected Essays: 1994-99. London, Palgrave, 2000.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.

IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Estudo de Avaliação da Experiência Brasileira sobre Urbanização de Favelas e Regularização Fundiária**. Relatório Final – Volume II. Consideração das Análises Parte I. Rio de Janeiro, outubro de 2002.

IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais). **Sistema Financeiro de Habitação**.— Rio de Janeiro, 1974.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), DAU (Departamento de Arquitetura e Urbanismo). **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: levantamento e análise dos problemas da gestão do uso e da ocupação do solo e proposição de políticas públicas para a Região Metropolitana de Belém – RMB**. Relatório nº 2. Belém, 1997

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar. In, O Espaço da Cidade: Contribuição à Análise Urbana.** Ricardo Farrer (org). Ed. Projeto. São Paulo,1985.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre território de vidas e territórios vividos.** São Paulo, Ed. Cortez, 2003.

LAUTIER, Bruno. "**Fixation restreinte dans le salariat, secteur informel et politique d'emploi en Amérique Latine**". In: **Tiers Monde**,nº110,Paris,1987.

LAVINAS, Lena. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão: contextos atuais.** Seminário Internacional da URB-AL 10. São Paulo,2003.

LEAL, Vitor. "**Conceituação e consequências do coronelismo**". **Sinais de crise do sistema. Perspectivas. In Meneses, D. (org.): O Brasil no Pensamento Social Brasileiro.** Brasília, Senado Federal, 1948, p 271-279.

LIMA, José Júlio. **Regulatory Instruments and Urban Form: Searching for Social Equity in Belém, Brazil.** Tese de Doutorado. Oxford. Oxford Brookes University. 2000.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo : ilegalidade, desigualdade e violência.** Ed. HUCITEC Ltda. São Paulo,1996.

MOSER, Caroline, The Asset Vulnerability Framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development.** Oxford, v.26, n.1, p. 1-19, jan. 1998.

PARACAMPO, Maria. **Da Questão Social à Questão Habitacional. A Política de Periferização / Metropolização da Pobreza na RMB.** IPPUR-UFRJ/FASE. FINEP: Rio de Janeiro, 2001.

PNUD/IPEA . **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil.** Rio de Janeiro/ IPEA, Brasília /PNUD, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 1: Concepção Geral.** Belém, 2001a.

_____. **Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 2: Dominial (Regularização Fundiária).** Belém, 2001b.

_____. **Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 3: Projeto Ambiental.** Belém, 2001c.

_____. **Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 4: Trabalho de Participação Comunitária.** Belém, 2001d.

_____. **Plano de desenvolvimento local Riacho Doce e Pantanal. Volume 5: Urbanístico e Engenharia.** Belém, 2001e.

RODRIGUES, Arlete. **Moradia nas Cidades Brasileiras.** Ed. Contexto. São Paulo, 2003.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Assembléia Geral das Nações Unidas. Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos - CNUAH – HABITAT. Istambul + 5. Relatório Nacional Brasileiro.** Brasília, junho de 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, CARDOSO, Adauto Lúcio (coord.). **Municipalização das políticas habitacionais: uma avaliação da experiência recente (1993-1996).** IPPUR-UFRJ/FASE. Finep: Rio de Janeiro, 1996.

SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. **Pobrezas e Desigualdades no 3º. Mundo.** São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Cláudio. **Políticas Federais de Habitação no Brasil:1964/1998.** Textos para discussão. IPEA, 1999

SILVA, Maria Ozanira. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso.** Editora Cortez. São Paulo, 1989

SINGER, Paul. **Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino-Americano.** In Economia Política de Urbanização, Ed. Brasiliense.São Paulo,1978.

SOUZA, Marcelo. **Mudar a Cidade.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

SPRANDEL, Márcia. **A Pobreza no Paraíso Tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil .** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política / UFRJ,2004.

TASCHENER, Suzana Pasternak. **O Brasil e suas Favelas.In, A Cidade da Informalidade: O Desafio das Cidades Latino-Americanas.**Pedro Abramo (org.). FAPERJ. Rio de Janeiro,2003.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em baixada saneada.** 1993. 180 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, niversidade Federal do Pará,Belém, 1993.

TOWNSEND, Peter. **The International Analysis of Poverty.** Londres: Ed. Prentice-Hall, 1993

VALENÇA, Márcio. **Globabitação: Sistemas Habitacionais no Brasil, Grã-Bretanha e Portugal**. Terceira Margem. São Paulo,2001.

VALLADARES, Lícia Prado. **Repensando a Habitação no Brasil**. Zahar Editores. Rio de Janeiro,1983

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para história do planejamento urbano no Brasil**. In: Déak C. & Schiffer, S. (eds) **O Processo de Urbanização no Brasil**. Edusp,P.169-243.

VASCONCELOS, Francisco **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde. Florianópolis, UFSC, 2005.

WEB SITES

Recursos destinados ao programa HBB. Fonte: <https://webp.caixa.gov.br/urbanizacao/programas/programas.asp?menu=1>. Acessado em 29/07/2005.

<https://www.ipea.gov.br>. Acessado em 30/10/2005.

<https://www.cidades.gov.br>. Acessado em 50/05/2005.

Bibliografia Complementar

GUIMARÃES, Danielle. **O desafio da habitação digna como condição para o desenvolvimento sócio-espacial**. Dissertação de Mestrado não publicada. UNB/DAU. Brasília. 2005.

LIMA, José Júlio. **Observações acerca da política habitacional na região metropolitana de Belém**. IPPUR-UFRJ/FASE. FINEP: Rio de Janeiro, 2001.

Anexos

Modelo das entrevistas – Modelo A e B

É válido citar que as questões colocadas nos modelos servem apenas para nortear o entrevistador para que não fossem esquecidos pontos importantes para a pesquisa.

Modelo A - Entrevista com os moradores:

1. Qual o seu município de origem?
2. Quanto tempo faz que o senhor chegou?
3. Porque o senhor veio para o Tucunduba?
4. Como era a vida antes do projeto?
5. Como era a casa antes do projeto?
6. Quantas pessoas moram na casa?
7. Como é a relação de vocês com os vizinhos?
- 8 Como vocês se mantêm?
9. Principal forma de lazer?
10. Meio de transporte utilizado?
11. Razão entre trabalhadores e não trabalhadores na habitação?

- Perguntas relacionadas ao perfil sócio-econômico

- a) Quantas pessoas moram na casa?
- b) Idade
- c) Escolaridade
- d) Profissão

12. Análise espacial da Residência

- Observações à serem feitas:

- a) Melhoria da habitação
- b) Material utilizado
- c) Lay-out
- d) Condições físicas do terreno
- e) Quantidade de cômodos

- d) Ocupação do lote
- e) Fornecimento de água
- f) Coleta de lixo
- g) Energia
- e) Água servida
- f) Acessibilidade:

13. Comentários

14. Resumo:

Modelo B - Entrevista com técnicos do projeto

1. Qual sua função dentro do projeto?
2. Você poderia descrever sua visão em relação ao projeto?
3. O partido urbanístico e arquitetônico foi construído a partir de quais informações?
4. Você considera que havia sempre informações suficientes para a tomada de decisões ou você mesma definia algumas coisas dentro do projeto físico?
5. Como ficaram os projetos urbano e arquitetônicos finais? Houve algum tipo de diferenciação no tratamento das famílias? Se sim, baseou-se em quais informações? (diferenciação: no caso de haverem duas ou mais tipologias das edificações como blocos de apartamentos, habitações individuais).
6. Todas as modificações do projeto foram discutidas com a população?
7. As obras andaram conforme o previsto? Houve atraso no cronograma? Por que?